



Anais da Assembléia

Nº 129

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 07 DE NOVEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI

Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO

1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO

2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY

1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO

2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO

3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI

4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antônio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Calto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA

ATA DA 098.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 1994

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Aníbal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, José Afonso Júnior, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (44). Ausentes os Senhores Deputados: Cleiton Kielse, Dalton Machuca, Domingos Carvalho, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Nilton Servo e Plauto Miró Guimarães (08). Em licença o Senhor Deputado Heinz Herwig (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 131/94

Curitiba, 26.10.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.909.047,00 (um milhão, novecentos e nove mil, quarenta e sete reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com o pagamento de ISS junto à Prefeitura de Paranaguá e folha de trabalhadores avulsos do Sindicato dos Arrumadores.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10699, de

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I			FL. 01 RS 1,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA DA DESPESA			VALOR	IN. DO IPROC ICOP
		I	II	III		
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I		I
4492	ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I	I		I
2728	GERENCIAMENTO DAS OPERAÇÕES PORTUARIAS	I	I	I		I
		I	3132.10	1501	1.159.047	14081
		I	3192.00	1501	750.000	14081
		T O T A L I			1.909.047	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		ANEXO II			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN. DO IPROC ICOP	
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES VINCULADAS	I I I	I I I		I I I	
4492	ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA E ANTONINA - APPA	I I	I I		I I	
1017	INVESTIMENTOS PORTUARIOS	I	I	750.000	I4081	
		I	I	1.159.047	I4081	
TOTAL				1.909.047	I	

A Diretoria Legislativa.

29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 1.909.047,00 (um milhão, novecentos e nove mil, quarenta e sete reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 132/94

Curitiba, 26.10.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com serviços de dragagem do Canal de Acesso e Baía de Evolução.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	IFTIDI I	VALOR	IN.DO I IFROC I ICOP I
4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES IVINCULADAS	I	I	I I I		I
4492	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I	I I I		I
2728	IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES I PORTUARIAS	I	I	I I I	2.500.000	I 4080
		T O T A L I			2.500.000	I

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	DA I	IFTIDI I	VALOR	IN.DO I IFROC I ICOP I
4400	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES - ENTIDADES IVINCULADAS	I	I	I I I		I
4492	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE IPARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I	I I I		I
1017	IINVESTIMENTOS PORTUARIOS	I	I	I I I	1.500.000	I 4080
2728	IGERENCIAMENTO DAS OPERACOES I PORTUARIAS	I	I	I I I	1.000.000	I 4080
		T O T A L I			2.500.000	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 133/94

Curitiba, 26.10.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de Dezembro de 1993, visando atender despesas com Acordo Trabalhista, serviços licitados de manutenção com terceiros e abertura de processo licitatório para dragagem do canal de acesso aos Portos de Paranaguá e Antonina.

Esclareço também que os recursos para

cobertura da referida programação são decorrentes da previsão de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados na Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, conforme Parecer nº C.3/017-94, da Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado,

aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 2.130.000,00 (dois milhões, cento e trinta mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação de recursos diretamente arrecadados na Administração dos

Portos de Paranaguá e Antonina - APPA.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL FT IRI	VALOR	IN DO IPROC ICOP
4400	SECRETARIA DE ESTADO DOS	I	I I I		I
	TRANSPORTES - ENTIDADES	I	I I I		I
	VINCULADAS	I	I I I		I
4492	ADMINISTRACAO DOS PORTOS DE	I	I I I		I
	PARANAGUA E ANTONINA - APPA	I	I I I		I
2728	GERENCIAMENTO DAS OPERACOES	I	I I I		I
	PORTUARIAS	I	3132.15171	630.000	I4079
		I	3191.00171	1.500.000	I4079
		T O T A L I		2.130.000	I

SUPLEMENTACAO DA RECEITA ANEXO		A N E X O I I		FL. 02 RS 1,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	I	FT	VALOR	IPROC
	ISECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES	I	I		I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I		I
	I	I	I		I
	IADMINISTRACAO DOS PORTOS DE PARANAGUA	I	I		I
	IE ANTONINA - APPA	I	I		I
1990.10.71	IEXCESSO DE ARRECADACAO - DIRETAMENTE	I	71 I	2.130.000	I4079
	IARRECADADOS	I	I		I
T O T A L		I		2.130.000	I

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 134/94

Curitiba, 26.10.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração,

aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com precatórios.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto

apreço e consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI
Governador do Estado, em exercício

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica inalterado o Demonstrativo da Receita.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I			FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICAÇÃO	INATUREZA I DA DESPESA I	IL I IFTIDI I IRI	VALOR	IN. DO IPROC ICOP	
2200	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS	I I I I I	I I I I I I I I I I I I I I I		I I I I I	
2254	INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARANA - IPE	I I I	I I I I I I I I I		I I I	
2714	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO IPE	I 3191.00I	50ILI	70.000	I1029	
		I 3291.00I	50ILI	175.000	I1029	
2715	ASSISTENCIA MEDICA AOS SEGURADOS DO IPE	I 3191.00I	71ILI	120.000	I1029	
		T O T A L I			365.000 I	

CANCELAMENTO DA DESPESA ANEXO		A N E X O I I		FL. 01 RS 1,00	
CODIGO I	ESPECIFICACAO	INATUREZA I	IL I	VALOR	IN. DO IPROC ICOP
2200	ISECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I
	IADMINISTRACAO - EN. IDADES	I	I I I		I
	IVINCULADAS	I	I I I		I
	I	I	I I I		I
2254	IINSTITUTO DE PREVIDENCIA E	I	I I I		I
	IASSISTENCIA AOS SERVIDORES DO	I	I I I		I
	IESTADO DO PARANA - IPE	I	I I I		I
2714	IADMINISTRACAO GERAL DO IPE	I	3132.04150ILI	70.000	I1029
	I	I	3256.00150ILI	175.000	I1029
2715	IASSISTENCIA MEDICA AOS SEGURADOS	I	I I I		I
	IDO IPE	I	3132.15171ILI	120.000	I1029
		T O T A L I		365.000	I

MENSAGEM Nº 135/94

Curitiba, 26.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Gilmar Dias de Oliveira e Gilvano Dias de Oliveira, o lote nº 15, do Imóvel denominado Cascata, no Município de Pitanga, com área de 236,3787 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a racionalmente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 1.310.107-8/92-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná-IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 136/94

Curitiba, 26.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Moacir Poleti, José Maria Ferreira, Graciano Mitsuo Yagura e Luiz Carlos Strozzi, o lote nº 86, do Imóvel denominado Cascata, no Município de Pitanga, com área de 365,2300 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso

XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a racionalmente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 1.789.633-4/94-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná-IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 137/94

Curitiba, 26.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar a Stefan Duhatschek, Antonio Duhatschek, José Duhatschek e Alberto Duhatschek, o lote nº 19, do Imóvel denominado Campina dos Freitas, no Município de Pitanga, com área de 296,7436 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a racionalmente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 1.724.429-9/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná-IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 138/94

Curitiba, 31.10.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com as disposições do art. 10, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis que especifica, de propriedade do Estado do Paraná, localizados nos Municípios de Piraquara e Curitiba e designados por: I - estação de tratamento (RALF) da Penitenciária Central, com 6.450,00 m², conforme parte da Transcrição nº 13.100 do Livro 3-L, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Capital; II - estação de tratamento (RALF) do Manicômio Judiciário, com 2.291,04 m², conforme parte da Transcrição nº 5.446 do Livro 3-D, do Cartório de Registro de Imóveis da 9.^a Circunscrição Imobiliária da Capital; III - estação de tratamento (RALF) da Colônia Penal, com 3.500,00 m², conforme parte da Transcrição nº 14.815 do Livro 3-N, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Capital; IV - estações de tratamento I e II (RALF) do Hospital São Roque, com 2.578,00 m² e 4.000,00 m², respectivamente, conforme parte da Transcrição nº 16.917 do Livro 3-I, do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição Imobiliária da Capital; e V - estação de tratamento (RALF) da Cidade Industrial, com 3.092,42 m², conforme parte da Transcrição nº 51.177 do Livro 3-AV, do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Capital.

A medida legal ora proposta consulta aos superiores interesses da Administração, eis que objetiva a regularização de áreas de propriedade do Estado, componentes do sistema de abastecimento de água e de tratamento de esgotos, da Região Metropolitana de Curitiba.

Relativamente à área da estação de tratamento (RALF) da Cidade Industrial, cabe esclarecer que, através da Lei nº 8.187, de 13 de dezembro de 1985, ficou o Poder Executivo autorizado a subscrever aumento do capital da SANEPAR, mediante a integralização pela incorporação de parte da questionada área. Ocorre, porém, que até o presente não houve dita incorporação, tendo, inclusive, aquela Companhia de Saneamento, se posicionado favoravelmente à cessão de uso ora proposta, conforme ma-

nifestação de seu Diretor-Presidente, expressa através do Ofício nº 855/94, de 11 de maio de 1994.

Vale ressaltar, ainda, que o anteprojeto de lei em questão contém disposições no sentido de que os imóveis serão utilizados exclusivamente para as finalidades previstas, sob pena de automático cancelamento da cessão, que terá duração até 31 de dezembro de 1998, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Por força do art. 10, da Constituição Estadual, fica o Poder Executivo autorizado a ceder à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, os imóveis abaixo relacionados:

I - Imóvel situado no Município de Piraquara, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, com 6.450,00 m², com a seguinte descrição: estabelecido o ponto de partida 0=PP, a aproximadamente 15,00 m do muro dos fundos da Penitenciária Central, seguiu-se no azimuth 88°00', medindo 86,00 m, até a estação I, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação I, em azimuth 178°00', mediu-se 75,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 2; da estação 2, em azimuth 268°00', mediu-se 86,00 m, confrontando com áreas remanescentes do Estado do Paraná, até a estação 3; da estação 3, em azimuth 358°00', mediu-se 75,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 0=PP, fechando o perímetro, área esta designada como estação de tratamento (RALF) da Penitenciária Central, parte da Transcrição nº 13.100 do Livro 3-L do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Capital;

II - Imóvel situado no Município de Piraquara, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, com 2.291,04 m², com a seguinte descrição: partindo da estação 0=PP, seguiu-se com azimuth 52°25'20" e mediu-se 68,20 m, até a estação 01, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 01, seguiu-se com azimuth 142°25'20" e mediu-se 33,00 m, até a estação 02, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 02, seguiu-se com azimuth 232°25'20" e mediu-se 69,40 m, até a estação 03, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 03, se-

guiu-se com azimute $324^{\circ}25'20''$ e mediu-se 33,00 m, até a estação 04=PP, seguindo a cerca de arame existente, confrontando com a Rua Ivone Pimentel, fechando o perímetro, área esta designada como estação de tratamento (RALF) do Manicômio Judiciário, parte da Transcrição nº 5.446 do Livro 3-D do Cartório de Registro de Imóveis da 9.^a Circunscrição Imobiliária da Capital;

III - Imóvel situado no Município de Piraquara, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, com 3.500,00 m², com a seguinte descrição: partindo da estação 0=PP, situada a 6,00 m da cerca de arame existente, seguiu-se com azimute $338^{\circ}07'00''$ e mediu-se 70,00 m, até a estação 01, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 01, seguiu-se com azimute $68^{\circ}07'00''$ e mediu-se 50,00 m, até a estação 02, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 02, seguiu-se com azimute $158^{\circ}07'00''$ e mediu-se 70,00 m, até a estação 03, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 03, situada a 23,00 m da margem esquerda do córrego existente, seguiu-se pelo azimute $248^{\circ}07'00''$ e mediu-se 50,00 m, até a estação 04=OPP, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, fechando o perímetro, área esta designada como estação de tratamento (RALF) da Colônia Penal, parte da Transcrição nº 14.815 do Livro 3-N do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Capital;

IV - Imóvel situado no Município de Piraquara, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, com 2.578,00 m², com a seguinte descrição: ponto de partida estabelecido na estação 0=PP, localizada a 3,50 m do meio-fio e a 33,00 m da Avenida Brasília; da estação 0=PP, com azimute $310^{\circ}17'00''$, mediu-se 80,00 m, até a estação 1, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 1, com azimute $40^{\circ}17'00''$, mediu-se 20,00 m, até a estação 2, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná; da estação 2, com azimute $113^{\circ}17'00''$, mediu-se 83,05 m, até a estação 3, confrontando com a área de segurança da R.F.F.S.A.; da estação 3, com azimute $220^{\circ}17'00''$, mediu-se 44,45 m, até a estação 4=OPP, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, fechando o perímetro, área esta designada com estação de tratamento I (RALF) do Hospital São Roque, parte da Transcrição nº 16.917 do Livro 3-I do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição Imobiliária da Capital;

V - Imóvel situado no Município de Piraquara, parte de área maior de propriedade do Estado do Paraná, com 4.000,00 m², com a seguinte descrição: ponto de partida estabelecido na estação 0=PP, localizado a

20,00 m do eixo da ferrovia no alinhamento da travessia aérea existente; da estação 0=PP, com azimute $152^{\circ}10'00''$, mediu-se 50,00 m, confrontando com área de segurança da R.F.F.S.A., até a estação 1; da estação 1, com azimute $242^{\circ}10'00''$, mediu-se 80,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 2; da estação 2, com azimute $332^{\circ}10'00''$, mediu-se 50,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 3; da estação 3, com azimute $62^{\circ}10'00''$, mediu-se 80,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 4=OPP, fechando o perímetro, área designada como estação de tratamento II (RALF) do Hospital São Roque, parte da Transcrição nº 16.917 do Livro 3-I do Cartório de Registro de Imóveis da 1.^a Circunscrição Imobiliária da Capital;

VI - Imóvel situado no Município de Curitiba, parte de área maior, de propriedade do Estado do Paraná, com 3.092,42 m², com a seguinte descrição: estação 0=PP, situada no alinhamento predial da Rua Antonio Rodrigues, a 70,60 m do córrego Ribeirão dos Mueller; da estação 0=PP, com azimute $308^{\circ}42'00''$, mediu-se 68,60 m, pelo alinhamento predial da Rua Antonio Rodrigues, até a estação 01; da estação 01, com azimute $38^{\circ}42'00''$, mediu-se 46,30 m, margeando o córrego Ribeirão dos Mueller, até a estação 02; da estação 02, com azimute $128^{\circ}42'00''$, mediu-se 43,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 03; da estação 03, com azimute $140^{\circ}12'00''$, mediu-se 26,00 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 04; da estação 04, com azimute $218^{\circ}42'00''$, mediu-se 39,60 m, confrontando com área remanescente do Estado do Paraná, até a estação 05=OPP, fechando o perímetro, área esta designada como estação de tratamento (RALF) da Cidade Industrial, parte da Transcrição nº 51.177 do Livro 3-AV do Cartório de Registro de Imóveis da 6.^a Circunscrição Imobiliária da Capital.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o art. 1º, desta lei, serão utilizados pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para manter instaladas e em funcionamento as estações de tratamento de esgoto já instaladas e funcionando, tendo esta cessão a duração até 31 de dezembro de 1988, podendo ser prorrogada mediante consenso entre as partes, não podendo ser utilizadas para outras finalidades, nem transferidos a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito, ficando, ainda, aquela Companhia, responsável pela guarda, proteção e conservação dos bens cedidos, bem como pelas medidas e despesas necessárias ao fiel cumprimento

do termo, sem direito a futuros ressarcimentos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 139/94

Curitiba, 31.10.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a V. Exa. a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo a, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, alienar Victor Negrelli e João Vilson Negrelli, o lote nº 04, do Imóvel Barra Grande, no Município de Curiúva, com área de 111,3040 ha.

A medida ora proposta é plenamente justa e oportuna, eis que, atendendo dispositivos da Lei nº 7.055, de 04 de dezembro de 1978 (Lei Estadual sobre Terras Devolutas) e os mandamentos constitucionais contidos no já mencionado art. 54, inciso XXXI, da Carta Estadual, visa a regularização da situação da questionada área aos seus legítimos ocupantes, que vêm explorando-a racionalmente, de modo a fazer com que cumpra a função social devida.

Por oportuno, vale ressaltar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob nº 1.555.700-1/93-SPI, o qual é instruído com pronunciamentos técnicos e jurídicos do Instituto Ambiental do Paraná-IAP e da Casa Civil, inclusive com laudo técnico de vistoria e outros documentos que dão pleno respaldo à medida.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ORLANDO PESSUTI

Governador do Estado, em exercício.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 140/94

Curitiba, 31.10.94.

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional visando alterar a redação do § 3º, do art. 125, daquela Carta.

O dispositivo que se propõe seja alterado dispõe sobre vedação, aos Procurado-

res do Estado, da advocacia fora das funções institucionais, assim como da percepção de honorários, decorrentes da sucumbência, nas causas em que o Estado do Paraná é vencedor. Esta modificação do texto constitucional deve-se ao fato de que, com o advento da Lei Federal nº 8.906, de 04 de julho de 1994 (Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil), os incisos I e II, do já mencionado § 3º, do art. 125, perderam eficácia e, portanto, não mais se justifica serem eles mantidos. Sob essa ótica e com base nos anexos pareceres dos Senhores Procuradores do Estado, Doutores Clemeron Merlin Clève e José Anacleto Abduch Santos, a Procuradoria Geral do Estado, através de expediente a mim dirigido (Of. 210/94-PGE-Prot.1.957.720-1), considera oportuna e necessária a proposição em causa.

Assim, entendo que, para solução do assunto, essa Casa poderá aprovar e promulgar Emenda Constitucional do seguinte teor, dando nova redação ao § 3º do art. 125, com supressão de seus incisos:

"Art. 1º - Suprimidos seus incisos, o § 3º, do art. 125, passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º - É vedado aos Procuradores do Estado o exercício de qualquer outra função pública, exceto o magistério."

Submeto, pois, à apreciação dessa Assembléia Legislativa a ora formulada proposta de Emenda, contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

Sra. Dra. Procuradora-Geral:

A Associação dos Procuradores do Estado do Paraná encaminhou expediente solicitando, com fundamento em dispositivo do novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei Federal nº 8906, de 04.07.94), sejam tomadas as providências necessárias para o recolhimento, em favor dos Procuradores de Estado, dos honorários de sucumbência.

O expediente vem acompanhado de manifestação opinativa de autoria do diligente Procurador do Estado José Anacleto Abduch Santos, bem como de artigo publicado recentemente em jornal de circulação diária de nossa Capital, escrito pelo consagrado jurista Dr. Heron Arzua, que se encontra, atualmente, exercendo o honroso cargo de Secretário da Fazenda de nosso Estado. Os argumentos desenvolvidos nos dois são suficientes para demonstrar a legitimidade da pretensão deduzida pela Associação dos

Procuradores do Estado do Paraná.

A questão que se coloca é apenas uma: a quem pertencem os honorários de sucumbência. Ao Estado do Paraná ou aos Procuradores de Estado?

A esse propósito dispõe a Constituição Estadual. Com efeito, a Lei Fundamental do Paraná, no art. 125, § 3º, item II, veda aos Procuradores a percepção de honorários decorrentes da sucumbência, os quais serão recolhidos ao Estado, como renda eventual, à conta da Procuradoria-Geral do Estado, para seu aperfeiçoamento, o de seus integrantes e o de seus equipamentos. Por outro lado, o novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil especifica que os honorários pertencem aos advogados (art. 23). Estabelece mais (art. 24, § 3º) que é "nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência".

Importa ter em conta qual diploma se aplica à situação dos Procuradores: - se o primeiro (a Constituição Estadual) ou o segundo (o Estatuto da advocacia). As normas contrastantes (antinômicas) insertas nos dois textos normativos não podem ser válidas ao mesmo tempo. Constituindo o direito um sistema coerente, parece evidente que os conflitos de normas devem ser resolvidos por algum critério válido (tempo, hierarquia, etc).

No presente caso, tratando-se de diplomas provenientes de Coletividades Políticas distintas (Estado-membro e União, respectivamente), cumpre verificar a qual delas o Constituinte deferiu a competência para legislar sobre a matéria.

Ninguém desconhece que os Estados-membros podem se auto-organizar por meio de suas próprias Constituições. O Poder Constituinte decorrente atribuído aos Estados-membros comporta, porém, limites. Não pode, evidentemente, a Coletividade Estadual, inscrever em sua Constituição norma tratando de matéria que não integra o feixe de competências estaduais autorizado pelo Constituinte Originário. O Estado legisla, inclusive quando elabora a sua Constituição, atendendo os limites definidos na Lei Fundamental da República.

Ora, a Constituição atual adotou um critério complexo de distribuição de competências entre os Entes que integram a Federação brasileira. Do modelo americano, adotado em 1891, o direito constitucional brasileiro transitou para um modelo misto, que acumula também algumas vertentes da experiência alemã (Lei Fundamental de Bonn). Todavia, salvo as matérias de competência privativa da União, daquelas de competência exclusivamente local (Município), das demais de competência comum e concorrente, o universo residual cabe aos

Estados-membros (art. 25 da Constituição Federal).

Pode e deve (poder-dever: função) o Estado legislar sobre matéria administrativa, especialmente sobre o regime jurídico de seus funcionários (observadas as normas de pré-ordenação definidas na Lei Fundamental da República), inclusive sobre os Procuradores de Estado. Tratando-se, porém, os Procuradores de Estado de advogados, estes profissionais subordinam-se também à legislação federal (como de resto igualmente os médicos, odontólogos, etc. do serviço público). Isto porque a Constituição Federal atribuiu à União competência privativa para legislar sobre "condições para o exercício das profissões". Impende verificar, então, até onde podem ir os legisladores estadual (seja Constituinte ou ordinário) e federal.

Certamente o Constituinte do Paraná, no instante em que inscreveu na Magna Carta Estadual o art. 125, II, imaginou que estava disciplinando matéria de sua competência (competência residual, remanescente ou reservada). O Constituinte naquele momento certamente não se deu conta de que, com a Constituição Federal de 1988, o dispositivo que dava à União competência para legislar sobre o exercício das profissões assumia nova redação que lhe outorgava sentido absolutamente novo. Ou seja, a competência legislativa da União em relação à matéria se fez ampliar com a promulgação da nova Lei Fundamental.

Atente-se para a evolução da competência da União nesse território. A Constituição de 1934 (art. 133, Inc. XIII) dispunha que era "livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade técnica e outras que a lei estabelecer, ditadas pelo interesse público". Em 1937, o art. 122, inciso 8, permitia o exercício de qualquer profissão, "observadas as condições de capacidade e as restrições impostas pelo bem público, na forma da lei". A Constituição de 1946 (art. 141, § 14) facultava a todos o "livre exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer". O princípio foi mantido na Constituição de 1967, inclusive com a Emenda nº 1, de 1969. O inciso XVI do art. 22 da Constituição de 1988 altera o sentido e a redação do disposto na letra "r" do inciso XVII do art. 8º da Emenda Constitucional nº 1/69 que assim dispunha: "r) condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas".

Com esta sorte de redação, no contexto da vigência da Constituição anterior, ficava a União autorizada, apenas, a legislar sobre as condições de capacidade para o exercício das profissões. Nada mais. Bem

por isso, certo autor, (José Celso de Melo Filho. Constituição Federal Anotada. São Paulo: Saraiva, 1986, p. 82) anotou, com inteira pertinência, que:

"A competência legislativa da União resume-se à fixação de condições de capacidade para o exercício das profissões liberais e técnico-científicas. Atividades profissionais, que não se revistam de caráter liberal ou técnico-científico, só podem ser disciplinadas pelos Estados-Membros, no desempenho de sua competência legislativa residual ou remanescente (CF, art. 13, § 1º). A regulamentação do exercício de atividade profissional, em lei ordinária, deve ater-se, exclusivamente, ao estabelecimento dos requisitos de capacidade para o seu desempenho".

Acrescente-se isso ao fato de que o antigo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, redigido sob o influxo de uma visão liberal da profissão do advogado, visão esta desmentida pelos anos subsequentes, não cuidava claramente das figuras do advogado-empregado e do advogado-funcionário do setor público. Se era assim, no contexto da Constituição Federal anterior, era natural que, com base em sua competência residual, pudesse o Estado dispor sobre os honorários advocatícios, se pertencentes a ele ou ao advogado.

Tanto não poderia ocorrer, porém, na textura da nova Constituição Federal. Esta, com efeito, confere à União competência para legislar privativamente sobre "organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício das profissões". Perceba-se a dicção ampla e abrangente: "condições para o exercício das profissões". Compare-se a dicção da nova Lei Fundamental com aquela inscrita na Constituição Federal revogada: "condições de capacidade para o exercício das profissões...". Se antes a União podia legislar apenas sobre os pressupostos de capacidade para o exercício das profissões, hoje pode legislar sobre todas as condições (não apenas relacionadas à capacitação) para o exercício das profissões.

A locução "condições de capacidade" refere-se exclusivamente ao problema dos pressupostos de formação e de capacitação para o exercício de determinada atividade. A locução "condições para o exercício", porém, sem qualquer qualificação específica assume, para além do pressuposto da capacitação, um sentido genérico de regulação de uma classe ou categoria, de definição de uma situação profissional, de delimitação de um território de atividade, bem como de ordenação de um regime jurídico para esta ou aquela profissão.

Não há dúvida, portanto, que pode a União perfeitamente, com fundamento nesse dispositivo constitucional, legislar am-

plamente sobre o regime jurídico da profissão do advogado, inclusive tratando sobre a questão dos honorários até para efeito de atribuí-los ao profissional, e não ao empregador (seja do setor público ou privado). O disposto, quanto à problemática dos honorários, no novo Estatuto da Ordem dos Advogados é, então, claramente constitucional.

Quanto ao art. 125, II, da Constituição Estadual, cumpre tecer alguns comentários. Promulgada a Constituição Federal de 1988, foi recepcionado o antigo Estatuto da advocacia que, como já referido, não dispunha claramente sobre a quem tocavam os honorários advocatícios, e, ademais, pautado sobre uma perspectiva liberal da profissão de advogado, pouco cuidava do advogado-servidor público.

Foi na circunstância desse relativo vazio normativo que o Constituinte paraense certamente desejou, exasperado as fronteiras do que supunha tratar-se de sua competência residual, atribuir ao Estado, e não ao Procurador, a percepção dos honorários de sucumbência. Como não havia norma federal tratando de modo inequívoco a respeito, o dispositivo da Constituição Estadual jamais foi impugnado, tendo sido aplicado até agora. Embora inconstitucional, sua permanência (até hoje) deveu-se, provavelmente, à observância, pelos Procuradores de Estado, do princípio segundo o qual, na dúvida toma-se a lei por constitucional ou, ainda, porque procurou-se até aqui salvar o dispositivo por meio da técnica designada pela doutrina como "interpretação conforme" (Ernst Friesenhahn. La giurisdizione costituzionale nella Repubblica Federale Tedesca. Milano: Giuffrè, 1973, p. 92 e Eduardo García de Enterría. La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional. Madrid: Editorial Civitas S.A., 1991, p. 95).

Ora, o princípio e a técnica referidos, pelos quais os operadores jurídicos procuram, às vezes desesperadamente, salvar uma lei sobre a qual pairam dúvidas à legitimidade, são inaplicáveis para a solução do caso em análise após a promulgação, pela União, do novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Definida agora (e por quem poderia, à luz do Texto Constitucional Federal, fazê-lo), a problemática dos honorários, inclusive de modo a desautorizar o disposto no art. 125, II, da Constituição Estadual, não pode restar a menor dúvida sobre o vício de inconstitucionalidade que macula irremediavelmente a norma constitucional estadual em questão.

Com o novo Estatuto da OAB não pode mais, portanto, ser aplicado por inconstitucional o disposto no art. 125, II, da

Constituição Estadual.

Cumpra ao Poder Público do Estado-membro, por meio da autoridade competente, determinar as providências para que, de modo imediato, possam os Procuradores passar a perceber os honorários de sucumbência, na forma determinada pela Lei Federal.

O disposto no art. 125, II, não merece aplicação. Trata-se de norma nula e irrita, posto que inconstitucional. E por ser inconstitucional deve o Poder Público deixar de aplicá-la (RTJ, 2:386, 3:760 e 41:669; RDA, 140:49; RT, 384:91). Afinal, como dispõe o art. 23, I, configura competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, "zelar pela guarda da Constituição...". Trata-se de aplicar, sim, quanto aos honorários, inclusive sob pena de censura judicial, o disposto no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

O imediato cumprimento do disposto no Estatuto da advocacia independe, evidentemente, de qualquer alteração formal no texto da Constituição Estadual. Afinal, ocorrente conflito de normas, trata-se para o intérprete de, fazendo uso dos critérios de solução oferecidos pelo sistema jurídico, dizer qual delas é válida, merecendo aplicação. Todavia, não parece ser aconselhável manter no discurso constitucional um texto normativo nulificado e despojado de eficácia. Bem por isso, seria prudente provocar a atuação do Poder de Reforma Constitucional para o fim de (I) revogar o disposto no art. 125, II da Constituição Estadual ou, então, para (II) adequá-lo ao especificado na Lei Federal.

Independente disto, porém, reitere-se, deve ser desde logo cumprido, através das providências que cabe à autoridade competente determinar, o especificado quanto aos honorários pela legislação federal.

Este é o parecer, s.m.j..

Curitiba, 15.09.94

(a) CLEMERSON MERLIN CLEVE

Procurador do Estado

OS EFEITOS DA LEI FEDERAL Nº 8906/94 NA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DO PARANÁ

Prende-se a análise que segue à necessidade da avaliação dos efeitos da Lei nº 8906/94, Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, na disciplina da carreira de Procurador do Estado do Paraná, em especial no tocante à percepção de honorários de sucumbência e à vedação da advocacia fora das funções institucionais.

Dispõe o artigo 125, § 3º, I e II, da Constituição Estadual, verbis:

Art. 125 - (...)

§ 3º - É vedado aos Procuradores do Estado:

I - exercer a advocacia fora das funções institucionais;

II - perceber honorários decorrentes da sucumbência, os quais serão recolhidos ao Estado, como renda eventual, à conta da Procuradoria Geral do Estado, para seu aperfeiçoamento, o de seus integrantes, e o de seus equipamentos;

O texto constitucional do Estado, embora no âmbito deste inegavelmente assumia roupagem de lei maior, fundamento de validade da legislação hierarquicamente inferior, subordina-se, (como soi acontecer no sistema constitucional de qualquer Estado Federativo) às prescrições da Constituição Federal. Qualquer dispositivo da Constituição Estadual em desacordo com esta assertiva é eivado de inconstitucionalidade. Esta, no entender da doutrina dominante pode se dar formal ou materialmente. Da inconstitucionalidade material não nos ocuparemos, visto que não é deste mal que padece o referido dispositivo.

Inconstitucionalidade formal: nela estará incursa toda a lei que violar dispositivos constitucionais relativos à sua elaboração e vigência, ou no que estabelecer a competência do órgão que a emana (in Curso de Direito Constitucional - Meirelles Teixeira, pág. 385). A inconstitucional formal pode resultar pela violação do preceito constitucional que estabelece a competência legislativa.

Adotou o sistema constitucional pátrio o princípio da predominância do interesse para nortear a repartição de competência entre entes federados, cabendo à União, em decorrência deste princípio as matérias e questões de interesse geral, nacional; aos Estados as matérias de interesse regional, e aos municípios aquelas de interesse local. Nesta liça, o nosso sistema constitucional adotou como técnica de repartição de competência, o de enumeração dos poderes da União, com poderes remanescentes para os Estados e poderes definidos indicativamente para os municípios, combinando esta reserva de campos com a possibilidade de delegação, áreas comuns e setores concorrentes (Curso de Direito Constitucional Positivo - José Afonso da Silva - pág. 413). A competência legislativa, como se depreende do texto constitucional (federal) subdivide-se em exclusiva, privativa, concorrente e suplementar.

A esfera de competência privativa da União (aquela enumerada como própria de uma entidade, com a possibilidade de delegação) enumera-a o artigo 22 da Constituição Federal:

Art. 22 - Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico,

espacial e do trabalho.

XVI - organização do sistema nacional de emprego e condições para o exercício de profissões;

Ressalva ainda no mesmo artigo, no parágrafo único que Lei Complementar poderá autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas neste artigo.

Logo, em tratando-se do artigo 22) de rol elencado a competência legislativa privativa da União, e ressalvada a possibilidade de delegação, os demais entes federados tão somente poderão legislar sobre as matérias apontadas mediante autorização manifesta através de lei complementar.

A matéria relativa a honorários de sucumbência é processual, e vinha elencada no Código de Processo Civil (art. 20 e seguintes até o advento da Lei nº 8906 de 05 de julho de 1994, que instituiu o novo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil. No tocante aos honorários de sucumbência, prescreve:

Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionados, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.

Art. 23 - Os honorários incluídos na condenação, por arbitramento ou sucumbência, pertencem ao advogado, tendo este direito autônomo para executar a sentença nesta parte, podendo requerer que o precatório, quando necessário, seja expedido em seu favor.

Art. 24 - (...)

§ 3º - É nula qualquer disposição, cláusula, regulamento ou convenção individual ou coletiva que retire do advogado o direito ao recebimento dos honorários de sucumbência.

Os dispositivos da Lei nº 8906/94 acima citados vêm dissipar qualquer questão relativa aos honorários de sucumbência: em qualquer circunstância ou situação, independente de disposição legal ou convencional anterior são do advogado os honorários devidos em razão da sucumbência. Avança mais ainda o dispositivo do § 3º do artigo 24, para decretar a nulidade de qualquer disposição anterior em contrário, seja qual for sua natureza jurídica (ressalvada obviamente a de natureza constitucional federal, que inexiste in casu).

Portanto, quando a Constituição do Estado do Paraná impõe a vedação ao Procurador do Estado à percepção de honorários de sucumbência, o faz invadindo a esfera de competência privativa da União, ao dispor

sobre matéria de direito processual, caracterizando objetivamente a inconstitucionalidade formal desta disposição. Há que se ressaltar que inexistente em favor do Estado do Paraná, lei complementar delegando-lhe tal competência, conforme exige a Constituição Federal.

Por igual fundamento, pode-se apontar vício de inconstitucionalidade do dispositivo da Constituição Estadual que veda a percepção de honorários de sucumbência e o exercício da advocacia fora das funções institucionais, por tratar este dispositivo de matéria relativa ao exercício de profissão.

O Procurador do Estado, seja pela natureza e especificidade de suas atribuições e funções, seja pelo fato de que é pressuposto para o exercício destas a inscrição no seu órgão de classe, a Ordem dos Advogados do Brasil, é advogado. O fato de que o Procurador do Estado é advogado, remete à União Federal a competência (privativa) para legislar sobre aspectos intrínsecos à profissão de advogado. As condições para o exercício de profissões somente podem ser estabelecidas pela União (artigo 22, XVI da C.F.). A imposição de vedações, como aquelas do art. 125, § 3º, I e II da Constituição do Estado é, sem qualquer sombra de dúvida, uma condição para o exercício da profissão, restando (repita-se) cristalina a invasão de competência legislativa do Estado-membro.

Ser advogado é pressuposto do cargo de Procurador do Estado e requisito indispensável à nomeação. Portanto, as prerrogativas e impedimentos que lhe podem ser conferidos ou impostos são estritamente aqueles consignados no Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

A vedação ao exercício da advocacia imposta pela Carta Constitucional do Estado extrapola a competência legislativa do Estado-membro para impor condição injustificada ao exercício da profissão.

o exercício da advocacia fora das funções institucionais permite o contínuo aprimoramento profissional através da prática forense, conferindo experiência fundamental para a boa defesa dos interesses do Estado. Desta prática forense pode ficar privado o Procurador se, ad argumentum, for aprovado em concurso para ingresso na carreira e em seguida lotado em uma procuradoria especializada na qual sua atribuição sejam tão somente processos e pareceres administrativos.

A advocacia (enquanto função essencial à aplicação do direito) é por essência dinâmica, e pode-se, sem temor do erro, afirmar que a experiência na advocacia e a prática forense são fatores preponderantes para o sucesso na lide.

A Lei 8906/94 no capítulo VII, que

trata das incompatibilidades e impedimentos ao exercício da advocacia dispõe expressamente no artigo 30, I, que:

Art. 30 - São impedidos de exercer a advocacia:

I - os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere ou à qual seja vinculada a entidade empregadora;

Ora, ao dispor que o impedimento da advocacia pelo servidor da administração direta (caso do Procurador do Estado) limita-se àquela contra a Fazenda Pública que o remunera, a lei federal taxativamente esgotou a questão, restando óbvia a ineficácia do dispositivo do art. 125, § 3º, da Constituição Estadual por ser formalmente inconstitucional.

Não bastasse o argumento invencível da necessidade de dar cumprimento à Lei 8906/94, emanada de ente competente para impor condições para o exercício de profissões, resta ainda salientar que, se o benefício da permissão da advocacia fora das funções institucionais resta evidente, não há qualquer fundamento que justifique a vedação, sendo perfeitamente compatível (pela própria natureza da função de procurador, que é primordialmente de advogado) a advocacia privada com a função de Procurador do Estado, dentro dos limites estabelecidos pelo Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil.

Ressalte-se ainda, que inexistirá qualquer ônus ou prejuízo ao Estado do Paraná em caso de retirada da referida vedação à advocacia privada, tanto que atualmente existem Procuradores do Estado aos quais a Constituição de 89 assegurou o direito adquirido à prática da advocacia fora das funções institucionais que se desincumbem de suas atribuições funcionais com maestria, sendo, para dizer o mínimo, indiferente para a instituição o fato de exercerem a advocacia privada.

DA NECESSIDADE DO CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Quando um ente público legisla sobre matéria não compreendida naquela esfera constitucional de sua competência, mas na de outra categoria de ente público, tal lei estará viciada de inconstitucionalidade (Meirelles Teixeira, Ob. cit. pág. 387).

Resta analisar a inconstitucionalidade de per si, e os seus efeitos no ordenamento jurídico.

No caso em exame, a lei federal expressamente declarou a nulidade de qualquer cláusula ou disposição que retire do advogado o direito ao recebimento dos ho-

norários de sucumbência (art. 24, § 3º já citado). Quando o texto legal utiliza as expressões "cláusula" e "disposição", evidentemente, de acordo com a terminologia técnica, quer se referir a contrato ou norma legal (esta em sentido lato, alcançando pois, as Constituições dos Estados). É de se concluir que a partir da entrada em vigor da Lei 8906/94, a par da inconstitucionalidade já existente em face do ordenamento jurídico anterior (pelas razões de direito já apontadas), tornou-se ineficaz a disposição do texto constitucional do Estado do Paraná que veda a percepção de honorários de sucumbência por Procurador do Estado.

Da mesma forma, se tem por ineficaz o dispositivo do inciso I, § 3º do art. 125 em face do disposto no artigo 30, da Lei 8906/94, que veda a advocacia fora das funções institucionais.

Inferindo, tem-se pelas razões expostas, que é imperiosa a necessidade de dar integral cumprimento ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, por ser o diploma legal competente para disciplinar as matérias acima referidas.

Embora cristalinas a nulidade e a ineficácia dos supracitados dispositivos constitucionais, sugere-se o encaminhamento de mensagem de emenda constitucional supressiva dos incisos I e II do § 3º do art. 125 da Constituição do Estado, para que formalmente sejam retirados do seu texto, eis que não mais se justifica sua permanência nele.

Curitiba, 13.09.94.

(a) JOSÉ ANACLETO ABDUCH SANTOS

Procurador do Estado

MENSAGEM Nº 141/94

Curitiba, 03.11.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na parte permanente do Quadro Geral do Estado, os cargos de provimento efetivo que especifica, para atender necessidades emergenciais de pessoal na Penitenciária Estadual de Londrina e nas unidades de Maringá e Cascavel, que serão agregadas ao Departamento Penitenciário do Estado - DEPEN.

A medida legal ora encaminhada consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que visa proporcionar condições no sentido de que as referidas instituições prisionais sejam dotadas dos recursos humanos necessários ao pleno cumprimento de suas funções.

Cabe ressaltar que a proposta em questão, originária de solicitação a mim formulada pelo Secretário de Estado da Administração, através do Ofício nº 524/94, foi previamente analisada pela Divisão de Recrutamento e Seleção de Recursos Humanos daquela Pasta, em conjunto com órgão técnico da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, que concluíram pela real necessidade do dimensionamento de recursos humanos, dos referidos estabelecimentos, na razão de 59 (cinqüenta e nove) cargos para a Penitenciária Estadual de Londrina, 169 (cento e sessenta e nove) para a unidade de Maringá e 109 (cento e sessenta e nove) para a unidade de Cascavel, todos de Agente Penitenciário, perfazendo o total de 397 cargos, valendo esclarecer, ainda, que destes, 17 já existem disponíveis no Quadro Geral e que poderão ser remanejados, havendo, portanto, necessidade da criação de mais 380, conforme o proposto.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados, na parte permanente do Quadro Geral do Estado, os cargos de provimento efetivo abaixo discriminados:

GRUPO OCUPACIONAL INTERMEDIÁRIO

CARGO	CÓDIGO	PADRAO/ NÍVEL	QTDE
Ag. Penitenciário	XQ04	FA	380

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 142/94

Curitiba, 04.11.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 53, inciso III, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA).

O plano de lei ora encaminhado a essa colenda Casa é decorrente de proposta a

min dirigida pelo Sr. Secretário de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 329/94, cujo texto, para melhor elucidação do assunto, vai adiante transcrito:

"Encaminhamos a V. Exa. anteprojeto de lei que tem por finalidade a aprovação da Tabela de valores (em anexo) para a cobrança do IPVA, no exercício de 1995, e, introduzir na Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, que dispõe sobre o mencionado tributo, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - adequação do texto em razão da troca de moeda para Real; introduzir mecanismo para obtenção da base de cálculo do imposto para veículos com mais de dez anos de fabricação, mediante aplicação de coeficiente médio de depreciação, na ordem de 8%, haja vista dificuldade de pesquisa do preço de mercado desses veículos, e, ainda, estabelecer o valor mínimo do imposto em 1 UPF/PR, sempre que o apurado for inferior àquele valor;

Alteração 2ª - redução da alíquota para a cobrança do IPVA sobre propriedade de veículos destinados à locação e pertencentes às empresas de locação, de 3% para 1,5%;

Alteração 3ª - inclusão de embarcações para fins de cobrança do IPVA e definição do valor das parcelas, na hipótese de pagamento do imposto parcelado;

Alteração 4ª - inserção da previsão de penalidade para o contribuinte que deixar de cadastrar embarcações junto a Secretaria da Fazenda;

Alteração 5ª - concessão de isenção do IPVA para embarcações de propriedade de pescador profissional, pessoa física, utilizada na atividade pesqueira e, nos veículos nacionais e importados, com mais de 20 e 25 anos respectivamente, excetuadas as embarcações;

Alteração 6ª - instituição do cadastro de embarcações, cujos procedimentos deverão ser detalhados em Instrução da Secretaria da Fazenda.

Para facilitar a análise da proposição em questão, estamos juntando ao presente uma cópia da supracitada lei, objeto de inúmeras alterações, devidamente consolidada."...

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam introduzidas na Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, as seguintes alterações:

Alteração 1ª - Os §§ 4º e 5º e o in-

ciso II do § 6º do art. 3º passam a vigorar com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o § 7º:

"§ 4º - O valor a que se refere o "caput" deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, uniforme em todo o território paranaense, será expresso em moeda corrente, convertido em Fator de Conversão e Atualização (FCA) no dia do seu vencimento, para aplicação do FCA vigente no dia do pagamento do imposto.

§ 5º - Caso o valor do imposto apurado resultar em montante inferior a uma Unidade Padrão do Paraná - UPF/PR, ter-se-á como carga tributária este valor, tomando-se por referência a unidade do mês do vencimento do imposto."

"§ 6º -
II - reconvertidos em moeda corrente pelo FCA do dia do pagamento do imposto."

"§ 7º - Os veículos com mais de dez anos de fabricação terão, como base de cálculo, 92% do valor do veículo fabricado no ano imediatamente posterior."

Alteração 2ª - O art. 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - As alíquotas do IPVA são:

I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN na categoria aluguel ou espécie carga;

II - 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) para veículos pertencentes às empresas locadoras e destinados à locação;

III - 3% (três por cento) para os demais veículos."

Alteração 3ª - Os incisos II e III do art. 8º passam a vigorar com a seguinte redação:

"II - para o caso previsto no inciso IV do § 1º do art. 2º, o IPVA terá seu vencimento no dia da ocorrência do fato gerador, podendo ser pago, atualizado monetariamente, sem multa e juros:

a) até a data do licenciamento adotada pelo órgão Estadual de Trânsito;

b) até a data fixada na Instrução a que se refere o "caput", para as embarcações.

III - O pagamento do imposto poderá ser feito em até três parcelas iguais."

Alteração 4ª - O art. 9º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º - Os infratores da legislação do IPVA ficam sujeitos às seguintes penalidades:

I - multa equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do imposto não pago;

II - multa equivalente ao valor de duas Unidades Padrão do Paraná - UPF/PR, ao sujeito passivo que não efetuar o cadastramento de embarcações, na forma e no prazo estabelecidos em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 1º - A multa prevista no inciso I

será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a) no 1º dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento);

b) do 2º ao 15º dia, contados da data indicada na alínea anterior, para 10% (dez por cento);

c) do 16º ao 30º dia, contados da data indicada na alínea "a", para 20% (vinte por cento).

§ 2º - A multa de que trata o inciso I será aplicada sobre o valor do imposto atualizado monetariamente."

Alteração 5ª - Fica revigorado o inciso III do art. 14 com a seguinte redação, acrescentando-se-lhe o inciso IX:

"III - nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 20 e 25 anos de fabricação, excetuadas as embarcações;"

"IX - tipo embarcação de propriedade de pescador profissional, pessoa física, e por ele utilizada na atividade pesqueira."

Alteração 6ª - Os §§ 1º e 2º do art. 16 passam a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º - O cadastro de veículos deverá ser mantido atualizado:

a) pelos órgãos estaduais de trânsito;

b) pela Secretaria de Estado da Fazenda, na forma estabelecida em instrução, relativamente às embarcações.

§ 2º - O Departamento Estadual de Trânsito não concederá licenciamento ou transferência de propriedade de veículos automotores, excetuadas as embarcações, sem quitação integral do imposto devido."

Art. 2º - Para os efeitos do § 4º do art. 3º da Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, fica aprovada a Tabela de valores em anexo, para cobrança do IPVA do exercício de 1995.

Art. 3º - Os proprietários de embarcações, com registro de matrícula na capitania dos portos do Estado, deverão cadastrá-las, obrigatoriamente, até 28 de fevereiro de 1995, no cadastro de embarcações da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1995. A Diretoria Legislativa.

TABELA DE VALORES VENAIIS - IPVA/1995

INDICE

- A - Automóveis, camionetas e utilitários - Nacionais - Pág. 01
- B - Motos e similares - Nacionais - Pág. 07
- C - Caminhões, ônibus e microônibus - Nacionais - Pág. 09
- D - Automóveis, camionetas e utilitários -

Importados - Pág. 14
 E - Motos e similares - Importados Pág. 22
 F - Caminhões, Ônibus, Microônibus - Im-
 portados - Pág. 23
 G - Embarcações - Pág. 24

Observações:

1 - Veículos importados com mais de 20

anos de fabricação, cujo valor venal não consta desta tabela, a base de cálculo se-
 rá igual a 92% do valor do veículo fabri-
 cado no ano imediatamente posterior (art.
 3º, parágrafo 7º, da Lei 8.925/88).
 2 - Desconsiderar os valores correspon-
 dentes aos modelos que não são fabricados nos
 respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPTA - 1995		ANO DE FABRICAÇÃO																	PAGINA: 1	
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
TABELA DE VALORES VENAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																				
C		ANO DE FABRICAÇÃO																		
A - AUTOMOVEIS, CAMIONETAS E UTILITARIOS - NACIONAIS		FIAT																		
1970/1981/1982/10 - TODOS																				
ALFA ROMEO (NACIONAL) - TODOS																				
CELDA CSL - TODOS		11 000	9 500	8 000	7 400	6 800	5 200	4 600	3 000	2 500	2 000	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500
CELDA WEEKEND 1.5 I.E. - TODOS		10 120	9 100	8 100	7 100	6 100	5 100	4 100	3 100	2 100	1 100	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000
CELDA - OUTRAS		10 120	9 100	8 100	7 100	6 100	5 100	4 100	3 100	2 100	1 100	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000
PAGRAMA/CELTA/FOURNO/PICAP-TODOS		8 000	8 000	7 200	6 500	5 800	5 100	4 400	3 700	3 000	2 300	1 600	900	200	1 600	1 100	500	1 600	1 100	500
PRENIO CS - TODOS		9 000	8 100	7 200	6 300	5 400	4 500	3 600	2 700	1 800	900	200	1 600	1 100	500	1 600	1 100	500	1 600	1 100
PRENIO CSL - TODOS		11 000	9 500	8 000	7 400	6 800	5 200	4 600	3 000	2 500	2 000	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500
PRENIO - OUTROS		10 000	9 000	8 000	7 000	6 000	5 000	4 000	3 000	2 000	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000
TEMPRA 0000 2.0/2.0 I.E. - TODOS		16 000	14 000	12 000	10 000	8 000	6 000	4 000	2 000	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500
TEMPRA 161 0000 - TODOS		21 000	18 000	16 000	14 000	12 000	10 000	8 000	6 000	4 000	2 000	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500
TEMPRA 161 - OUTROS		10 000	16 200	14 500																
TEMPRA - TODOS		24 000																		
TEMPRA - OUTROS		15 000	13 500	11 000	10 500															
000 CS - TODOS		9 000	8 000	7 000	6 500	5 800	5 100	4 400	3 700	3 000	2 300	1 600	900	200	1 600	1 100	500	1 600	1 100	500
000 CSL - TODOS		10 700	9 600	8 500	7 400	6 300	5 200	4 100	3 000	2 000	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000	500	1 500	1 000
000 NELLE - TODOS		7 000	6 300	5 600	4 900	4 200														
000 1.50/1.50 - TODOS		12 000	10 000	9 000	8 000	7 200	6 300	5 400	4 500	3 600	2 700	1 800	900	200	1 800	1 300	600	1 800	1 300	600
000 - OUTROS		8 000	8 000	7 200	6 500	5 800	5 100	4 400	3 700	3 000	2 300	1 600	900	200	1 600	1 100	500	1 600	1 100	500
OUTROS MODELOS - FIAT		12 000	10 000	9 000	8 000	7 200	6 300	5 400	4 500	3 600	2 700	1 800	900	200	1 800	1 300	600	1 800	1 300	600
FORD																				
000/000/000 11 - TODOS																				

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																							Página: 2
ANEXO A LEI Nº 64																							
ANO DE FABRICACAO																							
MODELOS	1950	1955	1957	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975			
FORD																							
CORCEL/CORCEL II - TODOS																							
DEL REY - TODOS			6 850		5 350			4 350		3 300		3 300		2 297		1 673		1 559		1 416			
ESCORT L - TODOS	11 000	9 500	8 800	8 000	7 400	6 800	6 200	5 600	5 160	4 600	4 140	3 600	3 306	2 855	2 426	2 053	1 689		1 738				
ESCORT GL - TODOS	12 100	10 500	9 700	8 900	8 100	7 260	6 500	5 700	5 000	4 460	3 950	3 420	3 036	2 637	2 260	1 913							
ESCORT GLH/LASER/GUARAJA - TODOS	17 000	15 300	14 200	13 100	12 000	10 900	9 800	8 700	7 600	6 500	5 400	4 300	3 200	2 100	1 000								
ESCORT CONT. E CARABOLLET - TODOS	23 000	16 400	17 600	16 200	14 800	13 400	12 000	10 600	9 200	7 800	6 400	5 000	3 600	2 200	800								
ESCORT MOBY 1.0 - TODOS	6 400	5 000																					
ESCORT XR-3 - TODOS (EXCETO CONT)	20 000	17 200	14 900	13 200	11 500	9 800	8 100	6 400	4 700	3 000	1 300	0											
ESCORT - OUTROS	11 000	9 500	8 800	8 000	7 400	6 800	6 200	5 600	5 160	4 600	4 140	3 600	3 306	2 855	2 426	2 053	1 689		1 738				
F-100 - TODOS	17 100	15 550	14 000	12 500	11 000	9 500	8 000	6 500	5 000	3 500	2 000	500	0										
F-1000 SUPER SERIE - OUTRAS	19 000	17 000	15 000	13 000	11 000	9 000	7 000	5 000	3 000	1 000	0												
F-1000 SUPER SERIE DIESEL - TODOS	27 000	22 000	19 000	17 000	15 000	13 000	11 000	9 000	7 000	5 000	3 000	1 000	0										
F-1000 SUPER - OUTRAS	18 000	16 200	14 400	12 600	10 800	9 000	7 200	5 400	3 600	1 800	0												
F-1000 SUPER DIESEL - TODAS	24 000	20 000	18 000	16 000	14 000	12 000	10 000	8 000	6 000	4 000	2 000	0											
F-1000/2000 ESP/ADAPT - DIESEL	34 000	30 000	27 500	23 450	21 100	18 500	16 460	14 630	13 200	11 750	10 310	8 945	7 321	5 949	4 921	3 525	2 984						
F-1000/2000 ESP/ADAPT - OUTRAS	30 700	27 500	25 200	21 150	19 000	16 720	14 880	13 250	11 950	10 650	9 390	8 014	6 755	5 700	4 824	4 083							
F-1000 4x4 - OUTRAS	26 000	24 500																					
F-1000 4x4 DIESEL 1000 - TODAS	30 000	26 000																					
F-1000 - OUTRAS	25 000	22 500	20 000	18 000	16 000	14 000	12 000	10 000	8 000	6 000	4 000	2 000	0										
F-1000 - OUTRAS	20 000	25 200	22 400	18 600	16 800	14 000	12 200	10 400	8 600	6 800	5 000	3 200	1 400	0									
GALAXIE/LAMBDA/1.0 - TODOS																							
PIRPA - TODAS	9 000	8 100	7 200	6 300	5 400	4 500	3 600	2 700	1 800	900	0												
ROYALE GL 1.0 - TODOS	15 200	13 900	12 500																				

Obs: Descontar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

Página: 3
19/10/94

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPTA EM UNIDADE DE REAL
ANEXO I Lei nº 7.311

ANO DE FABRICAÇÃO

MODELOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
FORD																								
ROYALE GL 2.0/2.0i - TODOS	20 600	17 000	15 700																					
ROYALE GLX 2.0/2.0i - TODOS	22 800	19 100	18 000																					
ROYALE - OTROS	22 800	19 100	18 000																					
VERONA LX - TODOS	11 000	10 000	9 000	7 600	6 850	6 100																		
VERONA GLX - TODOS	12 550	11 900	10 700	8 700	7 800	7 000																		
VERONA GLX - TODOS	17 000	15 300																						
VERSAILLES GL 1.8 - TODOS	17 100	16 000	13 500	12 150																				
VERSAILLES GL 2.0 - TODOS	18 000	16 100	14 200	12 630																				
VERSAILLES GLX 2.0/2.0i - TODOS	24 000	19 000	17 000	15 130																				
VERSAILLES - OTROS	18 000	16 100	14 200	12 630																				
OTROS MODELOS - FORD	17 100	15 500	14 000	11 000	10 600	9 300	8 300	7 400	6 700	6 000	5 520	5 070	4 672	4 298	3 950	3 630	3 307	3 079	2 835	2 606				

GENERAL MOTORS

GENERAL MOTORS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
----------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPTA - 1995	TABELA DE VALORES VENTAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																		PREÇO: R\$ 35/10/94		
	ANO DE FABRICACAO																				
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010				
MODELOS																					
GENERAL MOTORS																					
BUICK CADILLAC SIMPLES - TODAS	20 000	25 000	22 000	18 500	16 650	14 650	13 400	10 500	10 500	9 200	8 100	7 452	6 056	6 300	5 003	5 359	4 912	4 519	4 157	3 824	3 510
BUICK - ESPECIALIS/ADAPT - TODAS	41 800	38 000	35 000	29 400	26 400	23 300	20 740	18 460	16 600	14 800	13 616	12 527	11 525	10 603	9 755	8 975	8 257	7 586	6 968	6 429	
BUICK C BUICK TURBO - TODAS	30 000	27 000	24 300	20 400																	
BUICK C BUICK - OUTRAS	28 000	25 300	21 500	19 000	17 100	15 050	13 400	12 000	10 800	9 700	8 924	8 210	7 555	6 949	6 395	5 882	5 411	4 970	4 580	4 214	
BUICK CUSTOM LUXE - TODAS	27 000	24 300	21 600	18 100	16 300	14 350	12 700	11 300	10 200	9 100	8 372	7 702	7 086	6 519	5 997	5 517	5 076	4 670	4 296	3 952	
BUICK CADILLAC SIMPLES - OUTRAS	26 000	22 500	20 000	16 800	15 200	13 400	12 000	10 700	9 700	8 700	8 004	7 364	6 775	6 235	5 734	5 275	4 853	4 465	4 100	3 779	
BUICK 65 - TODOS (EXCETO COMERSITEL)	15 400	14 000	12 600	10 600	9 550	8 400	7 500														
BUICK 65 - (COMERSITEL)	20 300	18 500	16 600	14 000	12 600	10 800	9 600														
BUICK 651 - TODOS (EXCETO COMERSITEL)	22 000	19 800	18 000	15 100	13 600	10 800	9 600														
BUICK 651 - (COMERSITEL)	29 000	25 000	22 700	19 100	17 100	15 050	13 400														
BUICK SLE/CLS - TODOS	15 000	12 800	10 800	9 100	8 200	7 300	6 500														
BUICK SLE/EL - TODOS	12 700	11 500	10 400	8 800	7 900	7 000	6 300														
BUICK IPANEMA SLE/EL - TODOS	15 400	14 000	13 000	10 900	9 800	8 600	7 650														
BUICK IPANEMA SLE/CLS - TODOS	16 300	14 800	14 100	11 650	10 600	9 300	8 300														
BUICK IPANEMA - OUTROS	13 500	12 200	11 000	9 250	8 350	7 350	6 550														
BUICK - OUTROS	12 600	11 400	10 300	8 700	7 850	7 000	6 250														
BUICK - TODOS					5 100	4 500	4 000	3 600	3 250	2 900	2 660	2 455	2 259	2 070	1 912	1 759	1 610	1 469	1 370	1 260	
BUICK CLASSIC - OUTROS (EXCETO MPFI)	17 000	16 100	14 500	12 200	11 000	9 700	8 600	7 650	6 900	6 150	5 650	5 205	4 789	4 406	4 054	3 730	3 432	3 157	2 904	2 672	
BUICK CLASSIC SE MPFI/EL - TODOS	21 000	19 000	17 000	14 300	12 900	11 400	10 200	9 100	8 200	7 300	6 716	6 179	5 685	5 230	4 812	4 427	4 073	3 747	3 447	3 171	
BUICK CLASSIC SE ELI - TODOS	19 000	17 200	15 500	13 100	11 800	10 300	9 200	8 200	7 400	6 550	6 026	5 544	5 100	4 692	4 317	3 972	3 654	3 362	3 093	2 846	
BUICK SLE/CLS/BUICK/CLASS-TODOS	15 400	14 400	12 600	10 600	9 600	8 400	7 500	6 600	6 000	5 400	4 960	4 571	4 205	3 859	3 559	3 274	3 012	2 771	2 549	2 345	
BUICK SLE/SE - TODOS	17 100	15 600	14 000	11 800	10 600	9 300	8 300	7 400	6 700	6 000	5 520	5 078	4 672	4 290	3 954	3 630	3 307	3 079	2 835	2 606	
BUICK - OUTROS	12 300	11 100	10 000	8 500	7 600	6 700	5 950	5 300	4 800	4 300	3 956	3 640	3 349	3 081	2 835	2 600	2 389	2 207	2 030	1 868	

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

Página: 5
75/10/90

TABELA DE VALORES VERAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL

ANEXO A LEI Nº 790

ANO DE FABRICACAO

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

TABELA DE VALORES VERAIS PARA CALCULO DO IPTA - EM UNIDADES DE REAL																			Folha: 6 15/10/2000	
ARTIGO A LEI Nº 794																				
ANO DE FABRICAÇÃO																				
	1994	1995	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012		
VOLKSWAGEN																				
FUSCA/BAZILLIA - TONS	7 300	6 300	6 000	5 850	4 550	3 900	3 550	3 200	2 650	2 550	2 345	2 150	1 905	1 635	1 510	1 422	1 300	1 203		
CEL TIGO - TONS	7 300	6 600	6 000	5 850																
CEL SAV/CEL - TONS	8 500	7 000	7 000	5 900	5 300	4 700	4 200	3 700	3 400	3 100	2 852	2 620	2 410	2 221	2 043	1 880	1 530	1 300		
CEL GL - TONS	10 000	9 100	8 200	6 900	6 200	5 500	4 900	4 400	4 000	3 500	3 220	2 962	2 725	2 507	2 305	2 122	1 952	1 570		
CEL GL/ELS - TONS	10 700	13 300	12 000	10 100	9 100	8 000	7 100	6 400	5 700	5 100	4 632	4 317	3 972	3 659	3 363	3 085	2 809	2 316		
CEL GLT - TONS	17 200	15 600	14 000	11 800	10 600	9 300	8 300	7 400												
CEL FURGÃO - TONS	8 000	7 200	6 500	5 500	4 900	4 300	3 850	3 450	3 100	2 800	2 576	2 370	2 108	2 005	1 845	1 690	1 522	1 216		
CEL - OUTRAS	8 500	7 000	7 000	5 900	5 300	4 700	4 200	3 700	3 400	3 100	2 852	2 620	2 410	2 221	2 043	1 880	1 530	1 300		
CEL - TONS	7 700	7 000	6 300	5 300	4 800	4 200	3 800	3 400	3 000	2 700	2 484	2 285	2 107	1 930	1 779	1 632	1 506	1 173		
LOGOS CL CL/CEL GL - TONS	15 900	10 200	13 900																	
LOGOS GLS/CLS - TONS	21 600	19 200	17 200																	
PARATI GLS/CLP - TONS	15 400	10 000	12 600	10 700	9 600	8 400	7 500	6 700	6 000	5 400	4 900	4 571	4 265	3 983	3 559	3 274	2 982	2 345		
PARATI - OUTRAS	13 200	12 000	10 000	9 100	8 200	7 200	6 400	5 700	5 200	4 600	4 232	3 933	3 582	3 255	3 031	2 789	2 568	1 990		
PASSAT - TONS						5 100	4 600	4 100	3 700	3 300	3 036	2 793	2 570	2 369	2 185	2 001	1 841	1 433		
POINTER GL	10 200																			
POINTER GL	15 100																			
POINTER GL	23 000																			
QUANTUM GLS/CL - TONS	10 500	13 100	11 600	10 000	8 900	7 900	7 000	6 200	5 600	5 000	4 600	4 232	3 933	3 582	3 255	3 031	2 789	2 172		
QUANTUM GL GLS/CLS - TONS	10 400	16 700	15 000	12 600	11 400	10 000	8 900	7 900	7 100	6 300	5 796	5 332	4 985	4 533	4 157	3 820	3 510	2 716		
QUANTUM GLS GLS/CLS - TONS	20 000	10 900	17 000	16 500	12 900	11 300	10 000	9 000	8 000	7 200	6 624	6 090	5 646	5 150	4 703	4 345	4 016	3 127		
QUANTUM - OUTRAS	15 500	14 500	13 000	11 000	9 900	8 700	7 700	6 900	6 200	5 500	5 060	4 635	4 283	3 940	3 625	3 335	3 060	2 369		
SANTANA GL/CL/CLS - TONS	13 500	12 200	11 000	9 500	8 400	7 400	6 600	5 900	5 300	4 700	4 321	3 970	3 640	3 367	3 090	2 850	2 622	2 011		
SANTANA GL/CL/CLS/CLS - TONS	15 000	10 000	12 600	10 600	9 600	8 400	7 500	6 700	6 000	5 300	4 876	4 405	4 127	3 797	3 495	3 210	2 932	2 307		

Obs: Considerar os valores correspondentes aos modelos que são os fabricados nos respectivos anos.

		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
VOLKSWAGEN																										
SANTANA GLS/GLSI/CU/EXECUT - TODOS	20 900	19 000	17 100	14 400	12 700	11 300	10 000	9 000	8 100	7 200	6 624	6 094	5 606	5 158	4 745	4 365	4 016	3 695	3 399	3 177						
SANTANA - OUTROS	13 500	12 200	11 000	9 300	8 400	7 400	6 600	5 800	5 300	4 700	4 324	3 978	3 660	3 367	3 098	2 850	2 622	2 412	2 219	2 041						
SAFARI - TODAS	10 300	9 400	8 500	7 100	6 400	5 600	5 000	4 500	4 000	3 600	3 312	3 047	2 803	2 579	2 373	2 183	2 000	1 847	1 699	1 561						
TIGUAN - TODOS	9 400	8 600	7 700	6 500	5 800	5 100	4 600	4 100	3 600	3 200	2 944	2 708	2 491	2 292	2 109	1 910	1 785	1 642	1 511	1 390						
OUTROS MODELOS - VOLKSWAGEN	12 000	11 000	9 900	8 300	7 500	6 600	5 900	5 200	4 700	4 200	3 864	3 555	3 271	3 009	2 760	2 507	2 343	2 156	1 984	1 825						

FABBRICANTES DIVERSI

FABRICANTES DIVERSOS																				
ABDALUZ - TODOS	36 668	33 300	30 000	25 200	22 760	19 960	17 800	15 800	14 300	12 700	11 681	10 749	9 889	9 098	8 320	7 700	7 084	6 517	5 996	5 516
BUGEST - TODOS	6 200	5 600	5 100	4 300	3 908	3 480	3 600	2 700	2 400	2 200	2 073	1 862	1 713	1 576	1 450	1 331	1 227	1 129	1 039	956
ENVEDO - TODOS	12 200	11 100	10 000	8 100	7 600	6 700	6 000	5 300	4 800	4 200	3 864	3 555	3 271	3 009	2 760	2 517	2 313	2 156	1 981	1 825
FURGALINE/IBIZA - TODOS	46 400	42 200	38 000	32 800	28 700	25 360	22 500	20 000	18 000	16 000	14 720	13 592	12 459	11 462	10 515	9 701	8 925	8 211	7 554	6 950
PURA - TODOS	11 800	10 800	9 700	8 200	7 300	6 400	5 700	5 100	4 500	4 100	3 772	3 470	3 192	2 937	2 702	2 486	2 287	2 101	1 936	1 781
TOTOTA - TODOS	20 500	18 600	16 800	14 100	12 700	11 200	10 000	8 900	8 000	7 100	6 552	6 009	5 518	5 085	4 679	4 305	3 961	3 641	3 352	3 000

CARRICANTES E/OU MODELOS NAO ESPECIFICADOS

FABRICANTES E/OU MODELOS NA/D ESPECIFICADOS																				
AUTOMOVEIS ATE 60 CV	7 800	7 100	6 400	5 400	4 850	4 300	3 800	3 400	3 050	2 700	2 424	2 285	2 102	1 934	1 779	1 637	1 506	1 386	1 275	1 175
AUTOMOVEIS DE 61 CV ATE 81 CV	10 740	9 800	8 800	7 400	6 650	5 850	5 200	4 600	4 200	3 700	3 408	3 132	2 881	2 651	2 439	2 244	2 064	1 899	1 741	1 607
AUTOMOVEIS DE 82 CV ATE 108 CV	14 600	15 500	12 000	10 100	9 100	8 000	7 100	6 300	5 700	5 100	4 532	4 317	3 972	3 654	3 362	3 033	2 816	2 618	2 409	2 216
AUTOMOVEIS DE 101 CV ATE 150 CV	22 500	28 400	18 400	15 450	14 000	12 200	10 900	9 700	8 800	7 800	7 175	6 602	6 074	5 588	5 141	4 730	4 352	4 004	3 684	3 389
AUTOMOVEIS ACIMA DE 150 CV	33 000	30 000	27 000	22 700	20 400	18 000	16 000	14 300	12 800	11 400	10 428	9 649	8 877	8 167	7 516	6 915	6 360	5 851	5 363	4 952
CAMIOINETAS/UTIL. ATE 65 CV	10 760	9 600	8 800	7 400	6 600	5 800	5 200	4 600	4 100	3 700	3 404	3 132	2 881	2 651	2 439	2 244	2 064	1 899	1 747	1 607
CAMIOINETAS/UTIL. DE 66 CV ATE 80 CV	22 800	20 000	18 000	15 200	13 600	12 000	10 600	9 500	8 500	7 600	6 932	6 433	5 918	5 445	5 009	4 608	4 239	3 900	3 588	3 301
CAMIOINETAS/UTIL. DE 89 CV ATE 130 CV	34 200	31 800	28 000	23 500	21 200	18 600	16 500	14 700	13 200	11 800	10 856	9 908	9 109	8 434	7 778	7 156	6 584	6 057	5 572	5 126
CAMIOINETAS/UTIL. ACIMA DE 130 CV	40 000	44 400	40 000	33 600	30 200	26 600	23 600	21 100	19 000	16 800	15 456	14 228	13 002	12 055	11 072	10 186	9 371	8 621	7 931	7 297

Q - MOIS E SIMILARES - NACIONAIS

AGRALE

[illegible]

TABELA DE VALORES VERAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																			PAGINA: 25/10/94
ANEXO A LEI Nº 794																			
ANO DE FABRICACAO																			
1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
AGRALE																			
16.5 - TODAS	1 560	1 520	1 300	1 140	1 010	910	830	750	670	600	552	508	467	430	396	364	335	308	
27.5 - TODAS	2 100	2 050	1 750	1 540	1 350	1 230	1 120	1 000	900	800	736	677	623	573	527	485	446	410	
30.0 - TODAS	2 570	2 450	2 100	1 750	1 650	1 450	1 250	1 200	1 050	950	874	801	740	681	627	577	531	489	
OUTROS MODELOS - AGRALE	2 650	2 500	2 200	1 800	1 700	1 550	1 300	1 200	1 100	1 000	920	846	776	716	659	606	558	477	
HONDA																			
ATE 125 cc -	2 500	2 400	2 050	1 800	1 600	1 450	1 300	1 200	1 050	950	874	801	740	681	627	577	531	489	
9E 126 cc a 150 cc	3 300	3 200	2 750	2 400	2 000	1 900	1 750	1 500	1 400	1 200	1 104	1 016	935	860	791	728	670	616	
9E 151 cc a 250 cc	3 600	3 500	3 000	2 600	2 350	2 100	1 900	1 700	1 550	1 400	1 208	1 105	1 030	1 003	923	849	781	719	
9E 251 cc a 400 cc	4 500	4 400	3 800	3 200	2 900	2 600	2 400	2 200	1 970	1 750	1 610	1 481	1 363	1 254	1 154	1 062	977	899	
9E 401 cc a 450 cc	6 020	5 850	5 000	4 200	3 700	3 200	2 900	2 600	2 300	2 350	2 162	1 993	1 830	1 684	1 549	1 425	1 311	1 206	
9E 451 cc a 600 cc	8 400	8 200	7 000	6 450	5 400	4 930	4 450	4 000	3 630	3 270	3 000	2 767	2 546	2 342	2 155	1 983	1 824	1 678	
9E 601 cc a 750 cc	10 500	10 000	9 000	7 800	7 000	6 300	5 700	5 200	4 670	4 200	3 864	3 555	3 271	3 009	2 768	2 547	2 345	2 194	
ACIMA DE 750 cc	12 000	11 700	10 000	8 800	7 800	7 000	6 400	5 700	5 200	4 650	4 270	3 935	3 621	3 331	3 065	2 820	2 591	2 019	
YAMAHA																			
ATE 135 cc	2 050	1 800	1 700	1 500	1 300	1 200	1 100	900	800	700	610	559	510	473	435	400	368	319	
9E 136 cc a 180 cc	2 500	2 450	2 100	1 800	1 650	1 400	1 350	1 200	1 100	900	802	703	607	595	547	503	463	416	
9E 181 cc a 200 cc	3 200	3 100	2 700	2 350	2 100	1 800	1 700	1 600	1 400	1 250	1 150	1 050	973	855	823	757	696	582	
9E 201 cc a 350 cc	5 400	5 250	4 500	4 000	3 500	3 200	2 800	2 600	2 350	2 100	1 932	1 777	1 635	1 504	1 384	1 273	1 171	912	
9E 351 cc a 600 cc	6 700	6 500	5 600	4 900	4 400	3 950	3 600	3 200	2 900	2 600	2 392	2 201	2 025	1 863	1 714	1 577	1 451	1 130	
9E 601 cc a 750 cc	12 000	11 700	10 000	8 800	7 800	7 000	6 400	5 700	5 100	4 600	4 232	3 893	3 582	3 295	3 031	2 789	2 566	1 998	
9E 751 cc a 1000 cc	17 400	17 000	14 500	12 700	11 300	10 200	9 300	8 370	7 500	6 700	6 164	5 671	5 217	4 800	4 416	4 063	3 738	2 911	
ACIMA DE 1000 cc	19 000	18 700	16 000	14 000	12 500	11 200	10 200	9 300	8 300	7 400	6 800	6 263	5 762	5 301	4 877	4 487	4 128	3 214	
FABRICANTES DIVERSOS																			
ATC HAZARDAS/CHOPPER - TODAS	7 900	7 700	6 600	5 800	5 200	4 650	4 200	3 800	3 400	3 000	2 760	2 559	2 356	2 149	1 977	1 819	1 673	1 303	

Obs: Descontar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPTA - 1995		TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPTA EM UNIDADE DE REAL																Página: 9 25/10/94
		ANEXO A LEI Nº 1.794																
		ANO DE FABRICACAO																
MODELOS		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
FABRICANTES DIVERSOS																		
CICLOMOTORES ATE 50 cc - 1000S		1 100	1 050	900	750	600	570	520	460	420	386	355	327	301	277	255	235	199
TRICICLOS E QUATRICICLOS - 1000S		2 400	2 300	2 000	1 750	1 400	1 280	1 150	1 040	960	865	796	732	673	619	569	523	443
TRISPA - 1000S		2 000	1 900	1 700	1 500	1 200	1 090	900	800	720	665	615	566	521	479	441	406	344
FABRICANTES E/OU MODELOS NAO ESPECIFICADOS																		
NOTOS - 1000S		2 400	2 300	2 000	1 750	1 400	1 280	1 150	1 040	960	865	796	732	673	619	569	523	443
C - CAMINHÕES, ONIBUS, MICROONIBUS - NACIONAIS																		
AGRALE																		
ULTRAVAN - 1000S		21 000	20 000	19 000	18 000	17 000	16 000	15 000	14 000	13 000	12 000	11 100	10 212	9 395	8 643	7 951	7 316	6 731
OUTROS MODELOS - AGRALE		18 000	17 100	16 200	15 400	14 500	13 600	12 800	12 000	11 300	10 600	9 900	9 222	8 577	7 975	7 407	6 877	6 355
FORD																		
CARGO 1100/1200/1300/1400 - 1000S		35 000	34 000	33 000	32 000	31 000	30 000	29 000	28 000	27 000	26 000	25 000	24 000	23 000	22 000	21 000	20 000	19 000
CARGO 1500/1600-1000S (EXET 1619)		36 000	37 000	36 000	35 000	34 000	33 000	32 000	31 000	30 000	29 000	28 000	27 000	26 000	25 000	24 000	23 000	22 000
CARGO 1619 - 1000S		41 000	40 000	39 000	38 000	36 000	35 000	34 000	33 000	32 000	31 000	30 000	29 000	28 000	27 000	26 000	25 000	24 000
CARGO 2210 Tendo - 1000S		51 000	48 500	46 000	43 700	41 100	39 000	36 000	34 500	32 000	30 000	28 000	26 000	24 000	22 000	20 000	18 000	16 000
CARGO 2200 - 1000S (EXCETO TENDO)		37 000	35 000	33 400	31 700	30 000	28 000	26 500	25 000	23 500	22 000	21 000	20 000	19 000	18 000	17 000	16 000	15 000
CARGO 2300/2400/2500 - 1000S		49 000	47 000	45 000	42 000	40 000	37 500	35 000	33 500	31 000	29 000	27 000	25 000	23 000	21 000	19 000	17 000	15 000
CARGO 3510 - 1000S		37 000	35 000	33 400	31 700	30 000	28 000	26 500	25 000	23 500	22 000	21 000	20 000	19 000	18 000	17 000	16 000	15 000
CARGO 4010 - 1000S		31 000	29 000	27 000	25 000	23 000	21 000	19 000	17 000	16 000	15 000	14 000	13 000	12 000	11 000	10 000	9 000	8 000
F-11000/12000 - 1000S		39 000	38 000	37 000	36 000	35 000	34 000	33 000	32 000	31 000	30 000	29 000	28 000	27 000	26 000	25 000	24 000	23 000
F-13000/14000 - 1000S		34 000	32 000	30 000	28 000	26 000	24 000	22 000	20 000	18 000	16 000	15 000	14 000	13 000	12 000	11 000	10 000	9 000
F-19000 - 1000S		39 000	38 000	37 000	36 000	35 000	34 000	33 000	32 000	31 000	30 000	29 000	28 000	27 000	26 000	25 000	24 000	23 000
F-3500/4000/5000/6000/7500 - 1000S		20 000	19 000	18 000	17 000	16 000	15 000	14 000	13 000	12 000	11 000	10 000	9 000	8 000	7 000	6 000	5 000	4 000
F-4000/6000/7000/8000/9500-1000S		31 000	29 000	27 000	25 000	23 000	21 000	19 000	17 000	16 000	15 000	14 000	13 000	12 000	11 000	10 000	9 000	8 000

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPVA - 1995		TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADES DE REAL																		PAGAR: 10 25/10/94		
		ANEXO A LEE Nº 10.194																				
MODELOS		ANO DE FABRICAÇÃO																				
		1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
FORD		30.000	28.500	27.000	25.700	24.500	23.000	21.000	20.000	18.000	17.200	16.000	14.720	13.502	12.459	11.462	10.545	9.701	8.925	8.211	7.554	6.958
GENERAL MOTORS		30.000	27.000	24.000	22.000	20.000	18.000	16.000	14.000	13.000	12.000	11.000	10.157	9.344	8.596	7.900	7.275	6.693	6.150	5.665	5.212	4.797
		31.000	28.000	25.000	23.000	21.000	19.000	17.000	15.000	14.000	13.000	12.000	11.150	10.337	9.589	8.900	8.265	7.672	7.129	6.636	6.183	5.768
		35.000	30.000	26.000	24.000	22.000	20.000	18.000	16.000	15.000	14.000	13.000	12.150	11.337	10.589	9.900	9.265	8.672	8.129	7.636	7.183	6.768
		36.000	31.000	27.000	25.000	23.000	21.000	19.000	17.000	16.000	15.000	14.000	13.150	12.337	11.589	10.900	10.265	9.672	9.129	8.636	8.183	7.768
		37.000	32.000	28.000	26.000	24.000	22.000	20.000	18.000	17.000	16.000	15.000	14.150	13.337	12.589	11.900	11.265	10.672	10.129	9.636	9.183	8.768
A-10/A-60/A-68 - 1000S		15.000	14.000	13.000	12.000	11.000	10.000	9.000	8.000	7.000	6.000	5.200	4.672	4.229	3.859	3.550	3.305	3.079	2.863	2.657	2.461	2.265
C-10/C-50/C-65/C-68 - 1000S		16.000	15.000	14.000	13.000	12.000	11.000	10.000	9.000	8.000	7.000	6.200	5.672	5.229	4.859	4.550	4.305	4.079	3.863	3.657	3.461	3.265
C-650S/C-680S/C-700S - 1000S		18.000	16.200	14.400	13.400	12.300	11.000	9.900	8.700	7.600	6.500	5.700	5.172	4.729	4.359	4.050	3.805	3.579	3.363	3.157	2.961	2.765
B-10/B-58/B-70/B-88 - 1000S		2.000	15.000	13.000	12.000	10.000	9.000	8.000	7.000	6.000	5.000	4.200	3.672	3.229	2.859	2.550	2.305	2.079	1.863	1.657	1.461	1.265
B-610S/B-650S/B-680S - 1000S		10.300	16.200	14.400	13.400	12.300	11.000	9.900	8.700	7.600	6.500	5.700	5.172	4.729	4.359	4.050	3.805	3.579	3.363	3.157	2.961	2.765
B-700S/B-750S/B-780S - 1000S		11.500	10.100	9.100	8.400	7.700	6.900	6.200	5.500	4.800	4.200	3.600	3.072	2.629	2.259	1.950	1.705	1.479	1.263	1.057	0.861	0.665
OUTROS MODELOS - GM		22.900	20.300	18.100	16.000	15.400	13.000	12.400	11.000	10.000	9.200	8.400	7.707	7.160	6.591	6.060	5.579	5.133	4.722	4.344	3.999	3.644
MERCEDES-BENZ		70.000	64.000	58.000	53.000	47.000	41.000	36.000	33.000	30.000	27.000	24.000	22.000	21.000	19.900	18.700	17.400	16.000	14.500	13.000	11.500	10.000
1933 a 1941 - 1000S		70.000	64.000	58.000	53.000	47.000	41.000	36.000	33.000	30.000	27.000	24.000	22.000	21.000	19.900	18.700	17.400	16.000	14.500	13.000	11.500	10.000
1942 a 1949 - 1000S		70.000	64.000	58.000	53.000	47.000	41.000	36.000	33.000	30.000	27.000	24.000	22.000	21.000	19.900	18.700	17.400	16.000	14.500	13.000	11.500	10.000
2000 - 1000S		50.000	54.000	58.000	62.000	66.000	70.000	74.000	78.000	82.000	86.000	90.000	94.000	98.000	102.000	106.000	110.000	114.000	118.000	122.000	126.000	130.000
2100 - 1000S		50.000	54.000	58.000	62.000	66.000	70.000	74.000	78.000	82.000	86.000	90.000	94.000	98.000	102.000	106.000	110.000	114.000	118.000	122.000	126.000	130.000
2200 - 1000S		50.000	54.000	58.000	62.000	66.000	70.000	74.000	78.000	82.000	86.000	90.000	94.000	98.000	102.000	106.000	110.000	114.000	118.000	122.000	126.000	130.000
2300 - 1000S		50.000	54.000	58.000	62.000	66.000	70.000	74.000	78.000	82.000	86.000	90.000	94.000	98.000	102.000	106.000	110.000	114.000	118.000	122.000	126.000	130.000
2400/2500 - 1000S		70.000	64.000	58.000	53.000	47.000	41.000	36.000	33.000	30.000	27.000	24.000	22.000	21.000	19.900	18.700	17.400	16.000	14.500	13.000	11.500	10.000
6000/7000/8000 - 1000S		50.000	27.000	24.000	21.000	18.000	15.000	12.000	9.000	6.000	3.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
1-10-100-1000-10000		43.000	40.000	38.000	36.000	34.000	32.000	30.000	28.000	26.000	24.000	22.000	20.000	18.000	16.000	14.000	12.000	10.000	8.000	6.000	4.000	2.000

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos edifícios que são sua fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995

TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE R\$

ANEXO A LEI Nº 10.791

Página: 11
25/10/94

ANO DE FABRICACAO

MODELOS

MERCEDES-BENZ

L-LS 15xx - TODOS (EXCETO 1525)	56 000	57 000	48 000	44 000	40 000	38 000	34 000	30 000	27 000	25 000	23 000	21 160	19 467	17 910	16 477	15 159	13 946	12 830	11 804	10 860
L-LS 14-LK-LAK 13xx/14xx/16xx-TODOS	50 000	46 000	43 000	40 000	36 000	35 000	33 000	30 000	27 000	25 000	23 000	21 160	19 467	17 910	16 477	15 159	13 946	12 830	11 804	10 860
LO-0xx/0-371-R-PLATAFERRA - TODOS	50 000	45 000	40 000	36 000	29 000	27 000	24 000	20 000	17 000	15 000	13 800	12 656	11 680	10 746	9 866	9 095	8 367	7 698	7 082	6 515
0 - 371, 0-UP/0-371 R-RS-RSD-RSE	50 000	45 000	40 000	36 000	29 000	27 000	24 000	20 000	17 000	15 000	13 800	12 656	11 680	10 746	9 866	9 095	8 367	7 698	7 082	6 515
0 - 31x - TODOS (EXCETO 0-371)	50 000	45 000	40 000	36 000	29 000	27 000	24 000	20 000	17 000	15 000	13 800	12 656	11 680	10 746	9 866	9 095	8 367	7 698	7 082	6 515
0 - 4xx - TODOS	50 000	45 000	40 000	36 000	29 000	27 000	24 000	20 000	17 000	15 000	13 800	12 656	11 680	10 746	9 866	9 095	8 367	7 698	7 082	6 515
0-LO-6xx/7xx - TODOS	42 000	37 000	33 000	30 000	27 000	25 000	22 000	19 000	16 000	13 000	11 960	11 003	10 123	9 313	8 568	7 883	7 252	6 672	6 138	5 647
0F-11xx - TODOS			32 000	28 000	25 000	23 000	20 000	17 000	15 000	13 000	11 960	11 003	10 123	9 313	8 568	7 883	7 252	6 672	6 138	5 647
0F-13xx/0K-13xx/14xx/15xx - TODOS	50 000	45 000	40 000	36 000	29 000	27 000	24 000	20 000	17 000	15 000	13 800	12 656	11 680	10 746	9 866	9 095	8 367	7 698	7 082	6 515
OUTROS MODELOS - MERCEDES	43 000	40 000	38 000	35 000	33 000	30 000	29 000	25 000	23 000	21 000	19 320	17 774	16 352	15 044	13 840	12 733	11 710	10 777	9 915	9 122

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPTA - 1995		TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPTA EM UNIDADE DE REAI																	PAGINA: 12 25-10-91	
		ANEXO A LET Nº 1/94																		
		ANO DE FABRICACAO																		
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
SCANIA																				
L-113 CL 412 200 - 1000S	60 000	55 000	58 000	60 000	62 000	64 000	66 000	68 000	70 000	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000
L-113 CL 412 210 - 1000S	65 000	60 000	63 000	66 000	69 000	72 000	75 000	78 000	81 000	84 000	87 000	90 000	93 000	96 000	99 000	102 000	105 000	108 000	111 000	114 000
R-112/113 RS-MV - 1000S	76 000	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000	102 000	104 000	106 000	108 000
R-112/113 ES-EV - 1000S	79 000	75 000	77 000	79 000	81 000	83 000	85 000	87 000	89 000	91 000	93 000	95 000	97 000	99 000	101 000	103 000	105 000	107 000	109 000	111 000
R-102 RS-MV - 1000S	70 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000	102 000	104 000	106 000	108 000	110 000
R-102 ES-EV - 1000S	80 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000	102 000	104 000	106 000	108 000	110 000	112 000
R-103 ES-EV - 1000S	115 000	109 000	113 000	117 000	121 000	125 000	129 000	133 000	137 000	141 000	145 000	149 000	153 000	157 000	161 000	165 000	169 000	173 000	177 000	181 000
R-103 RS-MV - 1000S	115 000	109 000	113 000	117 000	121 000	125 000	129 000	133 000	137 000	141 000	145 000	149 000	153 000	157 000	161 000	165 000	169 000	173 000	177 000	181 000
S-102 - 1000S	43 000	40 500	42 500	44 500	46 500	48 500	50 500	52 500	54 500	56 500	58 500	60 500	62 500	64 500	66 500	68 500	70 500	72 500	74 500	76 500
S-113 AL 412 310 - 1000S	51 300	48 400	50 400	52 400	54 400	56 400	58 400	60 400	62 400	64 400	66 400	68 400	70 400	72 400	74 400	76 400	78 400	80 400	82 400	84 400
S-113 CL 412 280 - 1000S	60 000	56 000	58 000	60 000	62 000	64 000	66 000	68 000	70 000	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000
S-113 CL 412 310 - 1000S	68 000	64 000	66 000	68 000	70 000	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000
T-112 RS-MV - 1000S	74 500	70 300	72 300	74 300	76 300	78 300	80 300	82 300	84 300	86 300	88 300	90 300	92 300	94 300	96 300	98 300	100 300	102 300	104 300	106 300
T-112 ES-EV - 1000S	80 500	75 000	77 000	79 000	81 000	83 000	85 000	87 000	89 000	91 000	93 000	95 000	97 000	99 000	101 000	103 000	105 000	107 000	109 000	111 000
T-113 M 412 370 - 1000S	74 500	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000	102 000	104 000	106 000	108 000
T-113 M 412 350 - 1000S	75 000	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000	102 000	104 000	106 000	108 000
T-113 M 412 450 - 1000S	82 000	76 500	79 500	82 500	85 500	88 500	91 500	94 500	97 500	100 500	103 500	106 500	109 500	112 500	115 500	118 500	121 500	124 500	127 500	130 500
T-102 RS-MV - 1000S	77 000	73 500	75 500	77 500	79 500	81 500	83 500	85 500	87 500	89 500	91 500	93 500	95 500	97 500	99 500	101 500	103 500	105 500	107 500	109 500
T-102 ES-EV - 1000S	81 700	77 000	79 000	81 000	83 000	85 000	87 000	89 000	91 000	93 000	95 000	97 000	99 000	101 000	103 000	105 000	107 000	109 000	111 000	113 000
T-103 ES-EV - 1000S	78 000	73 000	75 000	77 000	79 000	81 000	83 000	85 000	87 000	89 000	91 000	93 000	95 000	97 000	99 000	101 000	103 000	105 000	107 000	109 000
T-103 RS-MV - 1000S	76 000	72 000	74 000	76 000	78 000	80 000	82 000	84 000	86 000	88 000	90 000	92 000	94 000	96 000	98 000	100 000	102 000	104 000	106 000	108 000
OUTROS MODELOS - SCANIA	49 700	46 800	48 800	50 800	52 800	54 800	56 800	58 800	60 800	62 800	64 800	66 800	68 800	70 800	72 800	74 800	76 800	78 800	80 800	82 800
VOLKSWAGEN																				
11.100/12.100/1300 - 1000S	40 000	39 000	37 000	35 000	33 000	31 000	29 000	27 000	25 000	23 000	21 000	19 000	17 000	15 000	13 000	11 000	9 000	7 000	5 000	3 000

Obs: Descontar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

Página: 13
25/10/94

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995

ANO DE FABRICAÇÃO

MODELOS	1991	1993	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
	1991	1993	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
VOLKSWAGEN																																
11.210 - TODOS	57 000	53 000	49 200	45 000	41 000	38 700	36 000	33 000	31 000	29 000	26 600	24 500	22 500	20 775	19 113	17 504	16 177	14 883	13 692	12 591												
10.100/16.111/16.210 - TODOS	60 000	55 000	50 000	45 000	41 000	38 000	35 000	33 500	31 100	29 000	26 600	24 500	22 500	20 775	19 113	17 504	16 177	14 883	13 692	12 591												
35.300 - TODOS	63 000	50 000	45 000	40 000	35 000	32 000	30 200	35 100	32 600	30 000	27 900	25 731	23 673	21 779	20 037	18 434	16 959	15 602	14 354	13 205												
22.111/24.111 - TODOS	65 000	60 000	55 000	50 000	46 500	42 800	39 400	36 200	33 700	31 300	28 790	26 432	24 373	22 423	20 629	18 979	17 461	16 064	14 779	13 597												
6.50 S/7.50 S - TODOS	32 000	30 000	28 000	26 000	24 000	22 000	20 000	19 000	18 000	17 000	15 840	14 309	13 230	12 179	11 205	10 309	9 404	8 725	8 027	7 385												
6.111 - TODOS	26 000	25 100	23 200	21 300	19 700	18 300	17 000	15 600	14 600	13 700	12 694	11 596	10 668	9 815	9 030	8 300	7 633	7 032	6 469	5 951												
7.111 - TODOS	34 000	32 000	30 000	28 000	26 000	24 000	22 000	19 000	17 600	16 400	15 000	13 401	12 771	11 749	10 869	9 944	9 140	8 416	7 743	7 124												
8.111 - TODOS	35 000	33 000	30 500	28 000	26 000	24 100	22 200	20 000	19 000	18 000	16 500	15 235	14 016	12 895	11 863	10 914	10 011	9 230	8 499	7 819												
OUTROS MODELOS - VW	29 000	27 500	25 500	23 500	21 500	20 000	18 500	17 200	16 000	15 000	13 000	12 600	11 600	10 746	9 866	9 095	8 367	7 690	7 082	6 515												

VOLVO

8-10 N 412 - TODOS	109 600	102 400	95 600	91 200	84 400	74 700	69 200	61 000	60 400	5 700	5 200	4 820	4 430	4 003	3 756	3 456	3 100	2 926	2 692	2 477											
8-10 N 612 - TODOS	120 100	113 200	106 000	100 700	93 500	82 600	76 400	70 000	66 700	63 000	57 900	53 320	49 057	45 132	41 521	38 199	35 143	32 332	29 745	27 165											
8-12 412 - TODOS	109 600	102 400	95 600	91 200	84 400	74 700	69 200	61 000	60 400	57 000	52 400	48 245	44 385	40 834	37 567	34 562	31 797	29 253	26 913	24 760											
8-12 612 - TODOS	120 100	113 200	106 000	100 700	93 500	82 600	76 400	70 000	66 700	63 000	57 900	53 320	49 057	45 132	41 521	38 199	35 143	32 332	29 745	27 165											
8-50 E 412 - TODOS	90 300	84 400	79 600	75 100	69 600	61 000	57 000	52 000	49 000	47 000	43 200	39 701	36 599	33 671	30 977	28 499	26 219	24 121	22 191	20 416											
8-50 DIATRICULUM - TODOS	116 700	109 000	102 000	97 000	89 500	79 550	73 600	68 200	61 300	60 700	55 044	51 376	47 266	43 485	40 006	36 006	33 062	31 153	28 661	26 368											
8006 - TODOS	62 400	58 700	55 000	51 300	48 400	42 000	39 600	36 700	34 600	32 700	30 000	27 677	25 463	23 426	21 552	19 828	18 242	16 703	15 400	14 205											
8107M - TODOS	61 000	57 000	53 700	50 700	46 900	41 500	38 400	35 600	33 600	31 700	29 100	26 831	24 605	22 710	20 893	19 222	17 606	16 289	14 967	13 770											
8107M6 - TODOS	64 600	60 300	56 400	53 700	49 700	44 000	40 700	37 700	35 600	33 600	30 912	28 458	26 104	24 071	22 145	20 573	18 745	17 244	15 804	14 595											
8108 - TODOS	55 200	51 500	46 600	43 300	42 500	37 600	34 000	32 000	29 500	28 700	26 000	24 292	22 349	20 581	18 916	17 403	16 011	14 708	13 552	12 468											
810811 - TODOS	69 000	64 100	60 300	56 700	52 100	45 300	41 700	38 400	36 100	33 900	31 100	28 635	26 380	24 266	22 343	20 556	18 912	17 399	16 007	14 776											
810811 - TODOS	66 000	61 400	57 700	54 200	49 800	43 400	40 000	36 700	34 500	32 500	29 800	27 500	25 307	23 282	21 419	19 705	18 129	16 679	15 345	14 117											
810811 - TODOS	62 300	58 200	54 900	51 000	48 000	42 400	39 300	35 600	31 000	32 400	29 000	27 425	25 229	23 211	21 351	19 646	18 074	16 628	15 298	14 074											

Obs: Considerar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DO FISCAL SECRETARIA DE FISCALIA		TABELA DE VALORES VERBAIS PARA CÁLCULO DO IPTU EM UNIDADE DE R\$ 100																				Pág. 10 25/10/94																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
		ANO DE FABRICAÇÃO																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																										
		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092

Página: 15
25/10/98

TABELA DE VALORES VERBAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE PEA

ANEXO A LEI Nº 790

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995

ANO DE FABRICACAO

1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

AUDI

80 2.0 90 (ATE 115 CV)	39 475																		
80 2.6 90 (116-150 CV)	40 649																		
100 2.0 90 (151-174 CV)	49 529																		
52/54 90 (175-230 CV)	61 007																		
OUTROS MODELOS 90 (ACIMA DE 230 CV)	69 170	59 777	55 799	46 500	40 136	35 866	32 105	28 864	25 961	23 911	21 990	20 238	18 619	17 129	15 759	14 498	13 338	12 271	11 209

BMW

316i 90 ATE 165 CV	31 853	28 181	24 765	21 348	18 787	16 653	15 030	13 433	12 169	11 102	10 214	9 397	8 605	7 953	7 317	6 737	6 193	5 698	5 247
318i 90 (166-170)CV	34 150	29 089	26 044	23 107	19 641	17 677	15 969	14 307	12 894	11 610	10 685	9 838	9 004	8 310	7 651	7 042	6 479	5 961	5 484
318iS 90 (171-185)CV	37 574	33 304	29 632	25 790	21 907	19 727	17 677	15 969	14 307	12 937	11 902	10 950	10 074	9 268	8 577	7 845	7 217	6 600	6 109
320i 90 (186-180)CV	46 204	40 950	36 464	31 767	27 839	24 253	21 061	19 611	17 677	15 884	14 613	13 444	12 368	11 379	10 469	9 631	8 861	8 152	7 500
325i/325i 90 (161-195)CV	51 237	45 260	39 709	36 293	29 809	26 779	24 002	21 690	19 470	17 591	16 104	14 889	13 698	12 602	11 590	10 666	9 813	9 028	8 306
520i/730i 90 (196-220)CV	69 512	61 485	56 361	47 566	40 332	35 464	32 792	29 547	26 473	23 911	21 990	20 238	18 619	17 129	15 759	14 498	13 338	12 271	11 209
540i 90/740i/740i 3 90 (221-290)CV	77 287	68 316	60 802	52 945	44 918	40 478	36 370	32 792	29 461	26 473	24 355	22 407	20 614	18 965	17 408	16 052	14 768	13 507	12 500
730i/830i 90/930i 90 (295-389)CV	87 104	76 856	68 316	59 520	50 554	45 515	40 998	36 890	33 135	29 803	27 419	25 225	23 207	21 350	19 642	18 071	16 625	15 295	14 071
8 5 90 (374-550)CV	105 091	93 935	82 833	71 671	64 647	55 678	50 042	45 903	40 563	36 464	33 547	30 863	28 390	26 122	24 032	22 109	20 340	18 715	17 216
OUTROS MODELOS 90 ACIMA DE 350 CV	115 796	102 475	91 373	79 410	67 462	60 631	54 654	49 103	44 006	39 795	36 611	33 682	30 907	28 500	26 227	24 129	22 199	20 423	18 789

CITROEN

ALICE 90 90 ATE 120 CV	17 336	15 371	13 663	11 956	10 877	9 852	8 190	7 429	6 576	5 977	5 489	5 059	4 654	4 282	3 939	3 624	3 330	3 067	2 822
2419 VULCAN 90 (121-133)CV	25 890	22 702	19 727	17 165	14 682	13 151	11 070	10 674	9 565	8 625	7 935	7 300	6 716	6 179	5 685	5 230	4 812	4 427	4 073
2019/2101/2101A 90 (140-175)CV	35 012	30 742	27 372	23 911	20 153	18 190	16 396	14 773	13 279	11 870	10 920	10 046	9 242	8 503	7 823	7 197	6 621	6 081	5 556
OUTROS MODELOS 90 ACIMA DE 175 CV	47 021	42 690	38 001	33 040	28 101	25 619	22 801	20 495	18 405	16 610	15 201	14 059	12 944	11 859	10 947	10 071	9 265	8 524	7 842

DAEWOO

1900 90 OUTROS (ATE 110 CV)	17 531																		
-----------------------------	--------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Obs: Descontar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPTA - 1995	TABELA DE VALORES VERAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																	Página: 16 25/10/94
	ANO DE FABRICAÇÃO																	
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	
DAEWOO																		
ESPERO DLX	20 751																	3 596
OUTROS MODELOS DO LACINA DE 110 CV	23 911	21 340	18 787	16 567	14 085	12 639	11 357	10 248	9 223	8 283	7 620	7 010	6 449	5 933	5 458	5 021	4 619	3 909
DAIHATSU																		
CHARADE (ATE 83 CV)	15 115																	
APPLAUSE/FERDIA OU (84-103 CV)	10 019																	
OUTROS MODELOS DO LACINA DE 103 CV	23 056	20 060	17 933	15 942	13 236	11 936	10 674	9 650	8 711	7 856	7 220	6 650	6 110	5 629	5 179	4 765	4 384	3 710
FERRARI																		
310 ou ATE 310 CV	165 200	143 721	127 922	111 271	94 533	85 139	76 599	68 916	62 002	55 934	51 459	47 302	43 555	40 071	36 865	33 916	31 203	28 410
-512 ou (321)-430CV	253 624	222 020	196 410	170 791	145 172	120 655	117 590	105 091	94 789	85 336	78 584	72 279	66 497	61 177	56 283	51 780	47 638	43 827
456 ou (431)-450CV	276 602	240 816	213 409	186 418	158 835	142 610	128 033	115 454	103 926	93 081	85 635	78 788	72 481	66 683	61 348	56 440	51 925	47 771
OUTROS MODELOS DO LACINA DE 450 CV	301 582	258 804	265 500	231 422	196 410	176 768	158 835	143 464	128 947	116 138	106 847	98 299	90 455	83 200	76 544	70 420	64 786	59 603
FIAT																		
CAMPAGNOLA - 1000S	13 493	11 956	10 589	9 265	7 856	7 008	6 319	5 722	5 123	4 611	4 242	3 903	3 591	3 304	3 040	2 797	2 573	2 367
TIPO - 1000S	13 065	11 357																
OUTROS MODELOS - FIAT	15 371	13 322	11 956	10 333	8 796	7 942	7 131	6 405	5 765	5 123	4 713	4 336	3 989	3 670	3 376	3 106	2 858	2 629
FORD																		
ATE 90 CV	23 313	20 665	18 616	16 482	14 347	13 065	11 765	10 760	9 820	8 882	8 171	7 517	6 916	6 363	5 854	5 386	4 955	4 559
DE 91 CV ATE 139 CV	35 066	31 767	28 687	25 362	21 947	19 382	18 190	16 567	15 030	13 663	12 570	11 564	10 639	9 708	8 285	7 622	7 012	6 451
DE 200 CV ATE 239 CV	57 215	50 554	45 601	40 392	35 855	31 853	29 835	26 382	23 911	21 340	19 640	18 069	16 623	15 243	14 070	12 944	11 908	10 955
DE 300 CV ATE 399 CV	70 393	63 427	62 503	55 337	48 163	43 273	39 795	36 165	32 870	29 889	27 498	25 290	23 274	21 412	19 699	18 123	16 673	15 339
LACINA DE 339 CV	172 970	100 452	90 205	87 104	75 661	68 743	62 589	56 708	51 664	46 966	43 211	39 754	36 574	33 640	30 956	28 408	26 282	24 106
GENERAL MOTORS																		
ATE 90 CV	20 155	17 933	16 054	14 261	12 502	11 272	10 240	9 398	8 450	7 686	7 071	6 505	5 985	5 506	5 066	4 661	4 288	3 945
																		3 339

Obs.: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ Secretaria de Estado da Fazenda IPVA - 1995	TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																
	ANEXO A LEI Nº 794																
	ANO DE FABRICACAO																
MODELOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
GENERAL MOTORS																	
CALIBRA ou OUTROS (1.9-1.99) CV	35 866	31 767	26 697	25 277	22 832	19 982	18 190	16 567	15 030	13 663	12 570	11 561	10 639	9 780	9 005	8 285	7 622
DE 200 CV ATE 399 CV	71 733	63 449	57 129	50 556	43 970	39 366	36 293	33 008	30 059	27 327	25 141	23 130	21 260	19 578	18 012	16 571	15 245
ACIMA DE 399 CV	122 970	100 452	96 205	87 104	75 575	62 509	56 708	51 237	46 908								
HONDA																	
CIVIC (SI) ou ATE 90 CV	19 727	17 421	15 713	13 919	12 126	10 931	9 991	9 052	8 283	7 510	6 913	6 360	5 851	5 383	4 952	4 556	4 197
CIVIC LX ou (1.9-1.99) CV	23 911	21 340	18 787	16 567	14 805	12 639	11 443	10 248	9 223	8 283	7 620	7 010	6 449	5 933	5 458	5 021	4 619
CIVIC EX/ES/ACCEL LX ou (1.70-1.90) CV	25 021	22 202	20 495	17 165	14 602	13 151	11 785	10 674	9 650	8 625	7 935	7 308	6 716	6 179	5 685	5 238	4 812
PRELUDE S ou (1.9-1.99) CV	35 866	31 767	26 697	25 277	22 832	19 982	18 190	16 567	15 030	13 663	12 570	11 561	10 639	9 780	9 005	8 285	7 622
CIVIC VT/AE/EX/EXE ou (1.90-1.60) CV	44 032	39 674	35 695	31 596	27 498	25 021	22 715	20 665	18 787	17 079	15 713	14 456	13 300	12 236	11 257	10 356	9 528
LEGEND ou (1.65-1.10) CV	59 777	52 945	47 130	40 990	34 801	31 340	28 101	25 362	22 801	20 500	18 934	17 419	16 025	14 743	13 564	12 479	11 481
NSX ou (2.11-2.70) CV	105 891	93 935	84 370	74 616	64 900	59 808	55 628	48 761	44 328	40 307	37 082	34 115	31 386	28 875	26 565	24 440	22 485
OUTROS ou ACIMA DE 270 CV	125 531	111 014	100 083	88 555	77 027	70 024	63 628	57 890	52 603	47 821	43 995	40 475	37 237	34 258	31 517	28 996	26 676
HYUNDAI																	
SCORPIO/EXCEL ou ATE 80 CV	12 553	11 102	9 394	8 582	7 259	6 576	5 977	5 290	4 782	4 269	3 977	3 613	3 324	3 050	2 813	2 598	2 381
ELANTRA ou (1.0-1.15) CV	20 751	19 641	18 767	14 805	11 876	10 674	9 659	8 711	7 856	7 007	6 442	5 927	5 453	5 017	4 616	4 247	3 907
SOLARA ou (1.70-1.50) CV	29 889	26 473	23 911	20 495	17 421	15 713	14 050	12 639	11 443	10 248	9 223	8 283	7 510	6 716	6 179	5 685	5 238
OUTROS ou ACIMA DE 150 CV	36 293	32 024	28 522	24 765	21 007	18 958	17 421	15 713	14 050	12 639	11 443	10 248	9 223	8 283	7 510	6 716	6 179
KIA MOTORS																	
OSTIA TODOS	21 300	18 000	16 000	14 600													
CERES TODOS	14 500	13 100	11 950	10 800													
SEPHIA SLX	15 600	14 000															
SEPHIA GTX	21 000	19 500															
OUTROS MODELOS KIA MOTORS	19 500	17 000	15 600	14 400	13 000	12 000	11 000	10 000	9 000	8 200	7 500	6 900	6 385	5 974	5 400	4 972	4 574

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPVA - 1995		TABELA DE VALORES VERBAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE R\$ 1																	Página: 18 25-10-94		
		ANEXO A LEI Nº 734																			
		ANO DE FABRICAÇÃO																			
MODELOS		1994	1995	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975
		1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955
LADA																					
LAIKA - TODOS		5 722	5 123	4 611	3 920	3 416	2 989														
NIWA - OUTROS		8 454	7 472	6 668	5 807	4 897	4 440														
NIWA PANTANAL - TODOS		9 137	8 113	7 259	6 394	5 294	4 782														
SARANA - TODOS		6 917	6 191	5 465	4 782	4 014	3 672														
OUTROS MODELOS		6 917	6 191	5 465	4 782	4 014	3 672														
LAND ROVER																					
DEFENDER ou ATE 108 CV		28 810	24 765	22 032	19 128	16 311	14 688	13 236	11 956	10 674	9 650	8 878	8 168	7 515	6 914	6 361	5 852	5 384	4 953	4 557	4 192
DISCOVERY ou (108-150)CV		38 598	34 158	30 401	26 473	22 544	19 982	18 190	16 396	14 773	13 236	12 177	11 203	10 307	9 482	8 723	8 025	7 383	6 792	6 249	5 749
RANGE ROVER ou (151-200)CV		67 588	59 777	53 201	46 284	39 367	35 435	31 938	28 693	25 875	23 228	21 370	19 660	18 087	16 640	15 309	14 084	12 957	11 920	10 866	10 089
OUTROS ou ACTINA DE 200 CV		72 586	64 047	56 959	49 615	42 186	37 915	34 158	30 742	27 668	24 893	22 902	21 070	19 384	17 833	16 406	15 094	13 886	12 775	11 753	10 813
MASERATI																					
ATE 96 CV		63 620	56 361	50 383	43 657	37 861	33 390	30 053	27 078	24 338	21 904	20 152	18 540	17 057	15 632	14 437	13 282	12 219	11 241	10 342	9 515
DE 97 CV ATE 160 CV		71 391	63 193	56 361	48 932	41 587	37 403	33 689	27 327	24 594											
DE 161 CV ATE 300 CV		86 847	76 856	68 407	59 777	50 554	45 515	40 990	36 890	33 133	29 889	27 498	25 298	23 274	21 412	19 699	18 123	16 673	15 359	14 117	12 983
ACTINA DE 300 CV		125 531	111 014	98 803	85 396	73 013	65 754	59 179	53 286	47 987	43 124	39 674	36 500	33 580	30 894	28 422	26 148	24 056	22 152	20 361	18 732
MAZDA																					
PROTEGE ou ATE 109 CV		21 348	18 787	15 371	12 818	11 356	10 102	9 091	8 366	7 759	7 259	6 878	6 444	5 952	5 580	5 280	4 984	4 689	4 375	4 077	3 793
616/616-5 ou (110-120)CV		34 670	30 742	27 327	23 911	20 153	18 190	16 396	14 773	13 236	11 956	11 000	10 128	9 310	8 565	7 888	7 250	6 670	6 156	5 645	5 193
MPV ou (121-160)CV		40 563	35 866	31 853	27 753	23 578	21 264	19 128	17 258	15 456	13 919	12 805	11 781	10 839	9 972	9 174	8 440	7 765	7 144	6 572	6 046
929 ou (161-310)CV		55 954	49 529	44 884	38 343	32 621	29 290	26 473	23 748	21 348	19 244	17 677	16 263	14 962	13 765	12 644	11 651	10 719	9 861	9 072	8 346
OUTROS ou ACTINA DE 310 CV		67 462	59 777	53 201	46 284	39 282	35 353	31 853	28 697	25 790	23 228	21 370	19 660	18 087	16 640	15 309	14 084	12 957	11 920	10 866	10 089
MERCEDES-BENZ																					
C 180 ou ATE 130 CV		48 478	35 866	31 853	27 753	23 578	21 264	19 128	17 258	15 456	13 919	12 805	11 781	10 839	9 972	9 207	8 466	7 789	7 166	6 593	6 066

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que são aos fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995

TABELA DE VALORES GERAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE PREÇO
ABRIL A DEZ DE 1994

PARANÁ: 19
25/10/94

ANO DE FABRICAÇÃO

MODELOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	31
---------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	----

TABELA DE VALORES VENCIAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																	Página: 70 25-10-94
ANEXO A LEI Nº 794																	
ANO DE FABRICACAO																	
MODELOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	1975
NISSAN																	
PATROLER GAS 00 (170-180CV)	30 598	34 158	30 742	25 619	22 544	20 239	18 190	16 356	14 688	13 236	12 177	11 203	10 307	9 482	8 723	8 025	7 349
OUTROS 00 ACIMA DE 160 CV	83 381	38 428	34 158	29 718	25 277	22 715	20 495	18 360	16 653	14 944	13 748	12 648	11 636	10 705	9 819	9 061	8 336
PEUGEOT																	
504 PICK-UP 00 AIE 75 CV	13 483	11 956	10 674	9 223	7 856	7 088	6 405	5 722	5 209	4 697	4 321	3 975	3 657	3 364	3 095	2 847	2 619
205 (OUTROS) 00 (76-86CV)	14 517	12 810	11 357	9 906	8 454	7 514	6 631	6 148	5 551	5 039	4 636	4 265	3 924	3 610	3 321	3 055	2 811
405 (OUTROS) 00 (87-91CV)	21 519	19 043	16 567	14 688	12 553	11 272	10 162	9 137	8 283	7 429	6 835	6 288	5 785	5 327	4 896	4 504	4 144
405 SR 00 (82-103CV)	24 594	21 776	19 385	16 823	14 261	12 894	11 614	10 419	9 394	8 454	7 778	7 156	6 584	6 057	5 572	5 126	4 716
205 C16/G11 00 (104-105CV)	26 045	23 056	20 495	17 933	15 115	13 663	12 297	11 167	9 991	8 966	8 249	7 589	6 982	6 423	5 909	5 436	5 001
505 SR/SR 00 (106-110CV)	28 919	25 619	22 801	19 897	16 823	15 280	13 663	12 297	11 016	9 991	9 192	8 457	7 780	7 158	6 585	6 058	5 573
605 SR 00 (111-123CV)	32 792	29 035	25 790	22 459	19 128	17 165	15 456	13 919	12 553	11 272	10 370	9 540	8 777	8 075	7 429	6 835	6 288
505 SR 00 (128-140CV)	34 670	30 742	27 327	23 856	20 153	18 190	16 356	14 773	13 236	11 956	11 000	10 120	9 310	8 565	7 880	7 250	6 670
405 SR 00 (124-127CV)	33 732	29 889	26 558	23 162	19 641	17 677	15 959	14 307	12 980	11 614	10 685	9 850	9 044	8 320	7 654	7 042	6 479
605 SR 00 (141-140CV)	55 831	46 968	40 998	36 293	30 913	27 839	25 021	22 544	20 239	18 274	16 412	15 467	14 230	13 092	12 045	11 081	10 195
OUTROS 00 ACIMA DE 180 CV	57 898	51 237	45 681	39 789	34 156	30 315	27 327	24 594	22 202	19 897	18 360	16 841	15 494	14 254	13 114	12 065	11 100
PORSCHE																	
911 00 AIE 300 CV	185 837	95 881	82 835	72 586	62 842	55 166	49 615	44 661	40 136	36 122	33 232	30 573	28 127	25 877	23 807	21 902	20 158
928 00 (301-350CV)	136 633	120 488	106 744	95 881	79 410	70 879	64 447	57 215	51 237	46 968	43 211	39 750	36 574	33 648	30 956	28 480	26 202
OUTROS 00 ACIMA DE 350 CV	141 756	125 531	111 814	96 497	82 835	74 294	66 688	59 777	53 799	48 675	44 781	41 199	37 903	34 871	32 081	29 515	27 154
RENAULT																	
10160 00 AIE 55 CV	11 187	9 906	8 796	7 688	6 490	5 892	5 394	4 702	4 289	3 883	3 536	3 253	2 993	2 754	2 534	2 331	2 145
10161/15 165 00 (56-80CV)	13 493	11 956	10 674	9 223	7 856	7 088	6 405	5 722	5 209	4 697	4 321	3 975	3 657	3 364	3 095	2 847	2 619
10161/15 165 00 (61-105CV)	17 336	15 371	12 810	11 357	9 906	8 454	7 514	6 631	5 722	5 039	4 636	4 265	3 924	3 610	3 321	3 055	2 811
10161/15 165 00 (106-120CV)	20 495	17 933	16 225	13 919	11 705	10 674	9 565	8 508	7 771	7 082	6 442	5 927	5 453	5 017	4 616	4 247	3 907

Obs: Descontabilizar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

Página: 71
25/10/94

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995
TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE R\$
ANEXO A LEI Nº 794

ANO DE FABRICACAO

MODELOS		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
RENAULT																																							
OUTROS DE ACIMA DE 120 CV		29 835	25 619	22 001	19 097	16 908	15 200	13 663	12 297	11 102	9 991	9 192	8 457	7 780	7 158	6 585	6 058	5 573	5 127	4 717	4 340																		
SUBARU																																							
LEGACY 1.8 GL 40 ATE 110 CV		21 630	19 216	16 439	14 459	12 639	11 357	10 240	9 223	8 283	7 514	6 913	6 360	5 851	5 383	4 957	4 566	4 192	3 837	3 500	3 180	2 881	2 602	2 342	2 101	1 878	1 672	1 482	1 307	1 146	9 911	8 496	7 200	6 013	4 944	3 984	3 133	2 381	
LEGACY 617/MAZDA 00 (1111-1501CV)		31 596	28 181	25 192	21 776	18 531	16 653	14 944	13 578	11 956	11 016	10 135	9 324	8 578	7 892	7 261	6 680	6 146	5 654	5 202	4 781	4 389	4 025	3 687	3 374	3 084	2 814	2 562	2 328	2 111	1 911	1 727	1 558	1 394	1 244	1 106	9 846		
SUE 3.3 00 (151-2501CV)		54 935	48 675	43 295	37 740	32 824	28 770	25 075	23 313	21 087	18 873	17 363	15 974	14 696	13 520	12 438	11 443	10 528	9 686	8 911	8 196	7 531	6 916	6 341	5 806	5 311	4 856	4 431	4 036	3 671	3 336	3 031	2 756	2 501	2 266	2 051	1 856		
OUTROS DE ACIMA DE 750 CV		64 980	57 642	51 237	44 661	37 915	34 158	30 742	27 668	24 850	22 373	20 583	18 936	17 421	16 027	14 745	13 565	12 480	11 482	10 563	9 718	8 961	8 292	7 707	7 166	6 660	6 189	5 752	5 339	4 950	4 585	4 244	3 926	3 631	3 356	3 101	2 866		
SUZUKI																																							
SAMBAI 00 ATE 64 CV		12 382	11 102	9 920	8 540	7 382	6 576	5 977	5 281	4 702	4 269	3 927	3 613	3 324	3 058	2 813	2 588	2 381	2 191	2 016	1 855																		
SHIFT SEDAN 00 (65-681CV)		12 818	11 357	10 077	8 796	7 514	6 669	5 863	5 465	4 868	4 440	4 085	3 750	3 437	3 160	2 926	2 692	2 477	2 279	2 097	1 929																		
VITARA 00 (69-751CV)		20 239	17 933	16 100	14 517	11 956	10 674	9 565	8 625	7 771	7 002	6 412	5 927	5 453	5 017	4 616	4 247	3 907	3 594	3 306	3 042																		
SHIFT/STOCK 00 (76-1201CV)		20 751	18 360	16 511	14 176	12 800	10 589	9 020	8 796	7 982	7 173	6 599	6 071	5 585	5 138	4 727	4 349	4 001	3 681	3 387	3 116																		
OUTROS DE ACIMA 120 CV		25 619	22 630	20 068	17 586	14 944	13 663	12 126	10 845	9 735	8 796	8 092	7 445	6 849	6 301	5 797	5 333	4 906	4 514	4 153	3 821																		
TOYOTA																																							
HILUX 02 00 ATE 84 CV		22 202	19 641	17 506	15 200	12 937	11 614	10 503	9 396	8 456	7 688	6 992	6 435	5 918	5 445	5 009	4 608	4 239	3 900	3 588	3 301																		
HILUX 041/500 00 (05-1001CV)		25 107	22 202	19 727	17 165	14 682	13 151	11 785	10 674	9 658	8 625	7 935	7 380	6 716	6 179	5 685	5 230	4 812	4 427	4 073	3 747																		
COROLLA 00 (101-1301CV)		29 835	25 619	22 001	19 097	16 908	15 200	13 663	12 297	11 102	9 991	9 192	8 457	7 780	7 158	6 585	6 058	5 573	5 127	4 717	4 340																		
CAMRY 00 (131-2001CV)		43 381	38 428	31 450	29 710	25 277	22 001	20 455	19 295	18 653	18 944	13 748	12 648	11 636	10 705	9 861	9 061	8 336	7 669	7 055	6 491																		
OUTROS DE ACIMA DE 200 CV		51 490	44 832	39 000	34 670	29 461	26 550	23 911	21 519	19 385	17 421	16 027	14 745	13 565	12 480	11 482	10 563	9 718	8 961	8 292	7 707	7 166																	
VOLKSWAGEN																																							
ATE 84 CV		26 985	23 911	21 340	18 445	15 790	14 176	12 724	12 382	10 240	9 223	8 457	7 892	7 421	6 987	6 582	6 202	5 847	5 516	5 207	4 918	4 648																	
BEAT 011 00 (07-1501 CV)		36 720	32 450	28 066	25 192	21 340	19 214	17 250	15 582	14 085	12 553	11 549	10 625	9 775	8 993	8 274	7 612	7 003	6 443	5 928	5 450																		
ACIMA DE 150 CV		43 381	38 428	34 150	29 710	25 277	22 001	20 455	19 295	18 653	18 944	13 748	12 648	11 636	10 705	9 861	9 061	8 336	7 669	7 055	6 491																		
VOLVO																																							
100/400 00 ATE 150 CV		26 000	22 000	19 000	17 000	15 000	13 000	11 000	9 000	7 000	5 000	4 000	3 000	2 000	1 000	500	250	125	62	31	15	7																	

Obs.: Considerar os valores correspondentes aos modelos que são os fabricados nos respectivos anos.

[illegible]

QUESTIONS TO ASK YOUR CONTRACTOR

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA IPVA - 1995		TABELA DE VALORES VERAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAI																	Página: 20
		ANEXO A LEI Nº 1.791/94																	25/10/94
MODELOS		ANO DE FABRICAÇÃO																	
		1994	1995	1997	1991	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999	1998	1999
ASIA MOTORS																			
AN 025 I	37 390																		
OUTROS MODELOS - ASIA MOTORS	37 390	32 540	29 034	25 169	21 394	19 236	17 349	15 641	14 023	12 585	11 576	10 652	9 800	9 016	8 295	7 631	7 021	6 459	5 942
KIA MOTORS																			
K 3500 S	23 000	20 010	17 809																
OUTROS MODELOS KIA MOTORS	23 000	20 010	17 809	15 494	13 170	11 855	10 667	9 600	8 640	7 777	7 155	6 583	6 056	5 572	5 126	4 716	4 339	3 997	3 673
FABRICANTES E/OU MODELOS NAO ESPECIFICADOS																			
CAMINHOS/ONIBUS IMPORTADOS	89 890	80 002	71 013	62 024	52 586	47 372	42 608	38 303	34 510	31 102	28 616	26 325	24 219	22 261	20 499	18 859	17 350	15 962	14 685
G - EMBARCACOES																			
JET SKI ATE 3.20 M DE COMPRIMENTO																			
COLUMBIA (52 HP)	4 974	3 976	3 107	2 785	2 583	2 391													
COLUMBIA (70 HP)	5 637	4 513	3 607	3 150	2 927	2 789													
KAWASAKI (52 HP)	4 639	3 716	2 959	2 600	2 416	2 231													
KAWASAKI (51 HP)	6 895	5 519	4 412	3 858	3 590	3 313													
KAWASAKI (69 HP)	7 298	5 830	4 672	4 003	3 791	3 498													
SEA DOO/PIELER (55 HP)	6 162	6 526	5 217	4 571	4 240	3 917													
SEA DOO/PIELER (60 HP)	9 900	7 969	6 366	5 570	5 175	4 773													
YAMAHA (42 HP)	5 841	4 855	3 729	2 827	2 617	2 416													
YAMAHA (50 HP)	4 974	3 976	3 107	2 785	2 583	2 391													
JET SKI - OUTRAS MARCAS E/OU MODELOS																			
MAIE 30 HP)	3 976	3 107	2 559	2 231	2 072	1 912													
(51 - 50 HP)	4 974	3 976	3 107	2 785	2 583	2 391													
(51 - 70 HP)	5 972	4 773	3 817	3 307	3 100	2 889													
(ACIMA DE 70 HP)	6 635	5 310	4 240	3 716	3 407	3 107													

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
IPVA - 1995

Página 25
25/10/94

ANO DE FABRICACAO

MODELOS

1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035	2036	2037	2038	2039	2040	2041	2042	2043	2044	2045	2046	2047	2048	2049	2050	2051	2052	2053	2054	2055	2056	2057	2058	2059	2060	2061	2062	2063	2064	2065	2066	2067	2068	2069	2070	2071	2072	2073	2074	2075	2076	2077	2078	2079	2080	2081	2082	2083	2084	2085	2086	2087	2088	2089	2090	2091	2092	2093	2094	2095	2096	2097	2098	2099	2100	2101	2102	2103	2104	2105	2106	2107	2108	2109	2110	2111	2112	2113	2114	2115	2116	2117	2118	2119	2120	2121	2122	2123	2124	2125	2126	2127	2128	2129	2130	2131	2132	2133	2134	2135	2136	2137	2138	2139	2140	2141	2142	2143	2144	2145	2146	2147	2148	2149	2150	2151	2152	2153	2154	2155	2156	2157	2158	2159	2160	2161	2162	2163	2164	2165	2166	2167	2168	2169	2170	2171	2172	2173	2174	2175	2176	2177	2178	2179	2180	2181	2182	2183	2184	2185	2186	2187	2188	2189	2190	2191	2192	2193	2194	2195	2196	2197	2198	2199	2200	2201	2202	2203	2204	2205	2206	2207	2208	2209	2210	2211	2212	2213	2214	2215	2216	2217	2218	2219	2220	2221	2222	2223	2224	2225	2226	2227	2228	2229	2230	2231	2232	2233	2234	2235	2236	2237	2238	2239	2240	2241	2242	2243	2244	2245	2246	2247	2248	2249	2250	2251	2252	2253	2254	2255	2256	2257	2258	2259	2260	2261	2262	2263	2264	2265	2266	2267	2268	2269	2270	2271	2272	2273	2274	2275	2276	2277	2278	2279	2280	2281	2282	2283	2284	2285	2286	2287	2288	2289	2290	2291	2292	2293	2294	2295	2296	2297	2298	2299	2300	2301	2302	2303	2304	2305	2306	2307	2308	2309	2310	2311	2312	2313	2314	2315	2316	2317	2318	2319	2320	2321	2322	2323	2324	2325	2326	2327	2328	2329	2330	2331	2332	2333	2334	2335	2336	2337	2338	2339	2340	2341	2342	2343	2344	2345	2346	2347	2348	2349	2350	2351	2352	2353	2354	2355	2356	2357	2358	2359	2360	2361	2362	2363	2364	2365	2366	2367	2368	2369	2370	2371	2372	2373	2374	2375	2376	2377	2378	2379	2380	2381	2382	2383	2384	2385	2386	2387	2388	2389	2390	2391	2392	2393	2394	2395	2396	2397	2398	2399	2400	2401	2402	2403	2404	2405	2406	2407	2408	2409	2410	2411	2412	2413	2414	2415	2416	2417	2418	2419	2420	2421	2422	2423	2424	2425	2426	2427	2428	2429	2430	2431	2432	2433	2434	2435	2436	2437	2438	2439	2440	2441	2442	2443	2444	2445	2446	2447	2448	2449	2450	2451	2452	2453	2454	2455	2456	2457	2458	2459	2460	2461	2462	2463	2464	2465	2466	2467	2468	2469	2470	2471	2472	2473	2474	2475	2476	2477	2478	2479	2480	2481	2482	2483	2484	2485	2486	2487	2488	2489	2490	2491	2492	2493	2494	2495	2496	2497	2498	2499	2500	2501	2502	2503	2504	2505	2506	2507	2508	2509	2510	2511	2512	2513	2514	2515	2516	2517	2518	2519	2520	2521	2522	2523	2524	2525	2526	2527	2528	2529	2530	2531	2532	2533	2534	2535	2536	2537	2538	2539	2540	2541	2542	2543	2544	2545	2546	2547	2548	2549	2550	2551	2552	2553	2554	2555	2556	2557	2558	2559	2560	2561	2562	2563	2564	2565	2566	2567	2568	2569	2570	2571	2572	2573	2574	2575	2576	2577	2578	2579	2580	2581	2582	2583	2584	2585	2586	2587	2588	2589	2590	2591	2592	2593	2594	2595	2596	2597	2598	2599	2600	2601	2602	2603	2604	2605	2606	2607	2608	2609	2610	2611	2612	2613	2614	2615	2616	2617	2618	2619	2620	2621	2622	2623	2624	2625	2626	2627	2628	2629	2630	2631	2632	2633	2634	2635	2636	2637	2638	2639	2640	2641	2642	2643	2644	2645	2646	2647	2648	2649	2650	2651	2652	2653	2654	2655	2656	2657	2658	2659	2660	2661	2662	2663	2664	2665	2666	2667	2668	2669	2670	2671	2672	2673	2674	2675	2676	2677	2678	2679	2680	2681	2682	2683	2684	2685	2686	2687	2688	2689	2690	2691	2692	2693	2694	2695	2696	2697	2698	2699	2700	2701	2702	2703	2704	2705	2706	2707	2708	2709	2710	2711	2712	2713	2714	2715	2716	2717	2718	2719	2720	2721	2722	2723	2724	2725	2726	2727	2728	2729	2730	2731	2732	2733	2734	2735	2736	2737	2738	2739	2740	2741	2742	2743	2744	2745	2746	2747	2748	2749	2750	2751	2752	2753	2754	2755	2756	2757	2758	2759	2760	2761	2762	2763	2764	2765	2766	2767	2768	2769	2770	2771	2772	2773	2774	2775	2776	2777	2778	2779	2780	2781	2782	2783	2784	2785	2786	2787	2788	2789	2790	2791	2792	2793	2794	2795	2796	2797	2798	2799	2800	2801	2802	2803	2804	2805	2806	2807	2808	2809	2810	2811	2812	2813	2814	2815	2816	2817	2818	2819	2820	2821	2822	2823	2824	2825	2826	2827	2828	2829	2830	2831	2832	2833	2834	2835	2836	2837	2838	2839	2840	2841	2842	2843	2844	2845	2846	2847	2848	2849	2850	2851	2852	2853	2854	2855	2856	2857	2858	2859	2860	2861	2862	2863	2864	2865	2866	2867	2868	2869	2870	2871	2872	2873	2874	2875	2876	2877	2878	2879	2880	2881	2882	2883	2884	2885	2886	2887	2888	2889	2890	2891	2892	2893	2894	2895	2896	2897	2898	2899	2900	2901	2902	2903	2904	2905	2906	2907	2908	2909	2910	2911	2912	2913	2914	2915	2916	2917	2918	2919	2920	2921	2922	2923	2924	2925	2926	2927	2928	2929	2930	2931	2932	2933	2934	2935	2936	2937	2938	2939	2940	2941	2942	2943	2944	2945	2946	2947	2948	2949	2950	2951	2952	2953	2954	2955	2956	2957	2958	2959	2960	2961	2962	2963	2964	2965	2966	2967	2968	2969	2970	2971	2972	2973	2974	2975	2976	2977	2978	2979	2980	2981	2982	2983	2984	2985	2986	2987	2988	2989	2990	2991	2992	2993	2994	2995	2996	2997	2998	2999	3000	3001	3002	3003	3004	3005	3006	3007	3008	3009	3010	3011	3012	3013	3014	3015	3016	3017	3018	3019	3020	3021	3022	3023	3024	3025	3026	3027	3028	3029	3030	3031	3032	3033	3034	3035	3036	3037	3038	3039	3040	3041	3042	3043	3044	3045	3046	3047	3048	3049	3050	3051	3052	3053	3054	3055	3056	3057	3058	3059	3060	3061	3062	3063	3064	3065	3066	3067	3068	3069	3070	3071	3072	3073	3074	3075	3076	3077	3078	3079	3080	3081	3082	3083	3084	3085	3086	3087	3088	3089	3090	3091	3092	3093	3094	3095	3096	3097	3098	3099	3100	3101	3102	3103	3104	3105	3106	3107	3108	3109	3110	3111	3112	3113	3114	3115	3116	3117	3118	3119	3120	3121	3122	3123	3124	3125	3126	3127	3128	3129	3130	3131	3132	3133	3134	3135	3136	3137	3138	3139	3140	3141	3142	3143	3144	3145	3146	3147	3148	3149	3150	3151	3152	3153	3154	3155	3156	3157	3158	3159	3160	3161	3162	3163	3164	3165	3166	3167	3168	3169	3170	3171	3172	3173	3174	3175	3176	3177	3178	3179	3180	3181	3182	3183	3184	3185	3186	3187	3188	3189	3190	3191	3192	3193	3194	3195	3196	3197	3198	3199	3200	3201	3202	3203	3204	3205	3206	3207	3208	3209	3210	3211	3212	3213	3214	3215	3216	3217	3218	3219	3220	3221	3222	3223	3224	3225	3226	3227	3228	3229	3230	3231	3232	3233	3234	3235	3236	3237	3238	3239	3240	3241	3242	3243	3244	3245	3246	3247	3248	3249	3250	3251	3252	3253	3254	3255	3256	3257	3258	3259	3260	3261	3262	3263	3264	3265	3266	3267	3268	3269	3270	3271	3272	3273	3274	3275	3276	3277	3278	3279	3280	3281	3282	3283	3284	3285	3286	3287	3288	3289	3290	3291	3292	3293	3294	3295	3296	3297	3298	3299	3300	3301	3302	3303	3304	3305	3306	3307	3308	3309	3310	3311	3312	3313	3314	3315	3316	3317	3318	3319	3320	3321	3322	3323	3324	3325	3326	3327	3328	3329	3330	3331	3332	3333	3334	3335	3336	3337	3338	3339	3340	3341	3342	3343	3344	3345	3346	3347	3348	3349	3350	3351	3352	3353	3354	3355	3356	3357	3358	3359	3360	3361
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA C - I P V A - 1995		TABELA DE VALORES GERAIS PARA CÁLCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																Página: 35 25/10/94
		ANO DE FABRICAÇÃO																
MODELOS		1994	1995	1997	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	1999	
CASCO DE FIBRA (9 - 9,99 M) MOTOR DIESEL																		
(ACIMA DE 200 HP)		76 138	58 555	65 052	34 651	28 880	22 522	15 059	14 419	13 513	12 842	11 815	10 870	10 000	9 200	8 484	7 787	1976
CASCO DE FIBRA (10-11,99 M) MOTOR DIESEL																		
(ATE 400 HP)		94 893	72 992	56 149	43 190	35 993	28 875	20 806	17 967	16 083	16 084	14 724	13 506	12 462	11 465	10 548	9 704	1978
(101 - 500 HP)		133 235	102 493	78 839	60 635	50 538	59 500	26 414	25 231	23 654	22 071	20 673	19 819	17 497	16 097	14 809	13 624	1979
(ACIMA DE 500 HP)		105 926	112 240	86 306	66 416	55 352	43 173	28 922	27 630	25 902	24 610	22 641	20 830	19 164	17 631	16 221	14 933	1979
CASCO DE FIBRA (12-13,99 M) MOTOR DIESEL																		
(ATE 400 HP)		171 299	131 775	101 360	77 975	64 973	50 680	33 955	32 436	30 406	28 886	26 577	24 451	22 495	20 695	19 039	17 516	1979
(101 - 600 HP)		222 064	170 813	131 398	101 075	84 232	65 695	44 020	42 049	39 415	37 404	34 440	31 637	29 157	26 824	24 670	22 704	1979
(ACIMA DE 600 HP)		253 779	195 214	150 170	115 511	96 261	75 081	50 303	48 055	45 852	42 796	39 372	36 222	33 374	30 658	28 205	25 919	1979
CASCO DE FIBRA (14-18,99 M) MOTOR DIESEL																		
(ATE 600 HP)		253 779	195 214	150 170	115 511	96 261	75 081	50 303	48 055	45 852	42 796	39 372	36 222	33 374	30 658	28 205	25 919	1979
(ACIMA DE 600 HP)		348 949	268 424	206 479	158 627	132 362	103 239	69 167	66 072	61 945	58 850	54 142	49 811	45 876	42 160	38 787	35 604	1979
CASCO DE FIBRA (19-21,99 M) MOTOR DIESEL																		
QUALQUER POTENCIA		412 395	317 275	244 023	187 705	156 470	122 812	81 749	78 004	73 202	69 545	63 981	58 863	54 154	49 822	45 836	42 169	1979
CASCO DE FIBRA (22-26,99 M) MOTOR DIESEL																		
QUALQUER POTENCIA		761 304	585 609	450 502	346 511	288 782	225 251	150 917	144 155	135 147	128 395	118 123	108 673	99 979	91 981	84 673	77 853	1979
CASCO DE FIBRA (ACIMA DE 26,99 M) MOTOR DIESEL																		
QUALQUER POTENCIA		1903369	1468132	1126255	866 353	721 954	583 128	377 292	360 398	337 877	320 983	295 504	271 680	249 946	229 950	211 554	194 630	1979
CASCO DE OUTRO MATERIAL. ATE 6,99 METROS																		
(ATE 10 HP)		1 505	1 217	959	721	604	470	310	302	277	268	247	227	209	192	177	163	1979
(11 - 30 HP)		2 533	1 954	1 501	1 158	965	746	503	478	453	428	394	362	333	306	282	259	1979
(31 A 50 HP)		3 800	2 927	2 248	1 728	1 443	1 124	755	721	671	637	586	539	496	456	420	386	1979
(51 A 90 HP)		5 075	3 900	3 003	2 307	1 921	1 501	1 007	956	897	856	788	725	667	614	565	520	1979

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA PVA - 1985	TABELA DE VALORES VENIAIS PARA CALCULO DO IPVA EM UNIDADE DE REAL																	Página: 27 31/10/94
	ANEXO A LEI Nº 194																	
	ANO DE FABRICACAO																	
MODELOS	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1975
CASCO DE OUTRO MATERIAL, ATE 6.99 METROS																		
(ACIMA DE 90 HP)	7 616	5 855	4 504	3 464	2 885	2 248	1 510	1 443	1 350	1 283	1 180	1 086	999	919	845	777	715	605
CASCO DE OUTRO MATERIAL, MAIS DE 6.99 METROS																		
(ATE 130 HP)	9 520	7 323	5 628	4 328	3 607	2 818	1 887	1 893	1 686	1 602	1 474	1 356	1 248	1 148	1 056	972	894	756
(131 - A 260 HP)	12 691	9 764	7 507	5 779	4 815	3 749	2 516	2 399	2 248	2 139	1 968	1 811	1 666	1 535	1 410	1 297	1 193	1 010
(261 - 500 HP)	50 756	39 046	30 037	23 100	19 250	15 014	10 057	9 613	9 009	8 556	7 872	7 242	6 663	6 130	5 640	5 189	4 774	3 718
(ACIMA DE 500 HP)	126 893	97 611	75 081	57 760	48 130	37 545	25 156	24 023	22 522	21 398	19 686	18 111	16 662	15 329	14 103	12 975	11 937	10 103
MOTOR COMPLEMENTAR (6.99 - 8.99 m)	12 691	9 764	7 507	5 779	4 815	3 749	2 516	2 399	2 248	2 139	1 968	1 811	1 666	1 535	1 410	1 297	1 193	1 010
MOTOR COMPLEMENTAR (9.00 - 10.99 m)	19 032	14 637	11 265	8 665	7 222	5 628	3 775	3 598	3 380	3 213	2 956	2 720	2 502	2 302	2 118	1 949	1 793	1 518
MOTOR COMPLEMENTAR (11.00 A 15.99 m)	31 773	24 401	18 772	14 436	12 028	9 386	6 291	6 006	5 678	5 352	4 924	4 530	4 168	3 835	3 528	3 246	2 986	2 527
MOTOR COMPLEMENTAR (ACIMA DE 15.99 m)	63 447	48 801	37 545	28 880	24 065	18 772	12 574	12 012	11 265	10 695	9 839	9 052	8 328	7 662	7 049	6 485	5 966	5 050

Obs: Desconsiderar os valores correspondentes aos modelos que não são fabricados nos respectivos anos.

II - no momento do ingresso no território nacional de veículo adquirido do exterior;

III - no momento do arremate em leilão;

IV - no primeiro dia de cada ano.

§ 2º Em relação aos veículos novos, enquanto a propriedade for de concessionárias com o fim de revenda, não ocorre o fato gerador do IPVA.

§ 3º O IPVA é vinculado ao veículo. No caso de sua alienação, o comprovante do pagamento será transferido ao novo proprietário para efeito de registro ou averbação no órgão de trânsito.

CAPITULO II

DA BASE DE CALCULO

Art. 3º A base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo.

§ 1º No caso de veículo novo, o preço constante do documento fiscal de aquisição, incluído o valor dos opcionais e acessórios, nunca inferior ao valor autorizado pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) ou outro órgão que vier a disciplinar.

§ 2º Quando se tratar de veículo importado não licenciado no país, o valor constante do documento de importação acrescido dos tributos e despesas incidentes por ocasião do despacho aduaneiro ou do valor da arrematação em leilão oficial, acrescido dos tributos incidentes e das despesas debitadas ao arrematante.

LEI Nº 8.925

Data 28 de dezembro de 1988.

Súmula: Dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao imposto sobre a propriedade de Veículos Automotores — IPVA.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

DO PARANA

decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), instituído pela Lei nº 8.216, de 31.12.86, e mantido no âmbito de competência do Estado pelo art. 155, inciso I, alínea c da Constituição Federal do Brasil.

CAPITULO I

DO FATO GERADOR

Art. 2º O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador:

i - no momento da aquisição de veículo novo; (1)

(1) Nova redação dada pelo art. 4º, alteração 1ª, da Lei nº 9.885, de 26.12.91.

Redação anterior:

i - no momento da aquisição de veículo nacional novo;

4 LEI Nº 8.925/88

LEI Nº 8.925/88 3

Notas (1 e 2) da página anterior:

(1) Nova redação dada pelo art. 1º, alteração 1ª, da Lei nº 10.564, de 17.12.93.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 23.12.88:

"§ 4º O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, expresso em cruzados e convertido em obrigações do Tesouro Nacional (ONT), do mês de novembro do exercício anterior ao fato gerador, uniforme em todo o território paranaense para aplicação do valor desta obrigação vigente no mês do vencimento do imposto."

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"§ 4º O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, expresso em cruzados novos e convertidos em bônus do Tesouro Nacional (BTN), do mês de novembro do exercício anterior ao fato gerador, uniforme em todo o território paranaense para aplicação do valor deste bônus vigente do mês de vencimento do imposto."

c) da Lei nº 9.485, de 18.12.90:

"§ 4º O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV, § 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense, expresso em cruzeiros e convertidos em bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BNFiscal) no primeiro dia do mês de novembro do exercício anterior ao do fato gerador, para aplicação do valor deste bônus no dia do vencimento do imposto."

d) da Lei nº 9.886, de 26.12.91:

"§ 4º O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense, expresso em cruzeiros."

e) da Lei nº 10.235, de 28.12.92:

"§ 4º O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, será o constante da tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense, expresso em cruzeiros, convertido em fator de conversão e atualização (FCA) no 1º dia do mês de novembro do exercício anterior ao do fato gerador, para aplicação do valor deste FCA no dia do pagamento do imposto."

(2) A tabela com valores da base de cálculo, por ser anual, não este reproduzida nesta consolidação.

§ 3º Nas hipóteses dos parágrafos anteriores, a base de cálculo será calculada em 1/12 (um doze avos) por mês, a partir da data da ocorrência do fato gerador.

§ 4º O valor a que se refere o caput deste artigo, na hipótese do inciso IV do § 1º do art. 2º, será o constante da Tabela anexa, uniforme em todo o território paranaense, expresso em cruzeiros reais, convertido em fator de conversão e atualização (FCA) no dia do seu vencimento, para aplicação do valor deste FCA no dia do pagamento do imposto. (1.2).....

§ 5º Os veículos com mais de vinte anos, bem como aqueles cujo imposto apurado resultar em montante inferior a uma Unidade Padrão Fiscal do Paraná - UPF/PR, terão como carga tributária este valor, tomando-se por referência a Unidade do mês do vencimento do imposto. (3)

§ 6º Os valores a que se referem os §§ 1º e 2º deste artigo serão: (4)

I - convertidos em FCA:

a) na data da aquisição, na hipótese do inciso I do § 1º do art. 2º;

b) na data do despacho, de desembaraço aduaneiro, na hipótese do inciso II do § 1º do art. 2º;

c) na data do arremate, na hipótese do inciso III do § 1º do art. 2º;

II - reconvertidos em cruzeiros pelo FCA do dia do pagamento do imposto.

(1.2) Estas notas estão transcritas na página seguinte.

(3.4) Estas notas estão transcritas na página 5.

6 LEI Nº 8.925/88

LEI Nº 8.925/88 5

CAPITULO III

DA ALIQUOTA

Art. 4º As alíquotas do IPVA são:

- I - 1% (um por cento) para ônibus, caminhões e quaisquer outros veículos registrados no DETRAN na categoria aluquel ou espécie carga. (1)
- II - 3% (três por cento) para os demais veículos. (2)

CAPITULO IV

DO CONTRIBUINTE E DO RESPONSÁVEL

Art. 5º São contribuintes do IPVA a pessoa-natural ou jurídica que detenha a propriedade de veículo automotor.

Art. 6º São responsáveis pelo pagamento do IPVA devido:

- I - solidariamente:

Notas (1 e 2) da página 1:

(1) Nova redação dada pelo art. 1º, alteração 2ª, da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"§ 5º O valor da base de cálculo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo será convertido em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), tomando-se por referência o valor, desta obrigação no mês da ocorrência do fato gerador, aplicando-se a variação percentual ocorrida até o mês de vencimento do imposto."

b) da Lei nº 9.186, de 27.12.89:

"§ 5º O valor da base de cálculo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo será convertido em Bônus do Tesouro Nacional tomando-se por referência o valor deste bônus no mês da ocorrência do fato gerador, aplicando-se a variação percentual ocorrida até o mês do vencimento do imposto."

c) da Lei nº 9.485, de 18.12.90:

"§ 5º O valor da base de cálculo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo será convertido em Bônus Fiscal mediante o valor deste no dia da ocorrência do fato gerador, para aplicação do valor do bônus vigente no dia do vencimento do imposto."

(4) Revogado pelo art. 2º da Lei nº 9.886, de 26.12.91 e revogado pelo art. 1º, alteração 2ª, da Lei nº 10.235, de 28.12.92.

Redação anterior (Acréscitado pelo art. 1º da Lei nº 9.485, de 18.12.90):

"§ 6º No caso de extinção do Bônus Fiscal serão observados, para determinação do valor da base de cálculo do imposto, os critérios de atualização de tributos utilizados pela União."

Notas (1, 2 e 3) da página anterior

(1) Nova redação dada pelo art. 4º da Lei nº 9.166, de 27.12.89.

Redação anterior:

"d) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo, mesmo a título precário."

(2) Nova redação dada pelo art. 1º, alteração 4ª, da Lei nº 10.235, de 28.12.92.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"§ 2º No caso de ocorrer duplo recolhimento do IPVA, a restituição do recolhido a mais deverá ser feita a requerimento de qualquer um dos que responder solidariamente pelo pagamento, conforme mencionados no caput deste artigo, à autoridade fazendária, tendo este prazo de 30 (trinta) dias para proceder a devolução."

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"§ 2º No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita a requerimento do contribuinte, à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida pela BTRF do dia do deferimento do pedido."

c) da Lei nº 9.886, de 26.12.91:

"§ 2º No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita, a requerimento do contribuinte ou do responsável solidário pelo pagamento, conforme mencionado no caput deste artigo, à autoridade fazendária, que procederá a devolução, devidamente corrigida, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, tomando como termo inicial a data do pedido de devolução e final a do deferimento."

(3) Revogado pelo art. 2º da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redação anterior (Acréscitado pelo art. 5º da Lei nº 9.166, de 27.12.89):

"§ 3º No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita a requerimento do contribuinte, à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida pela BTRF, tomando como termo inicial a data do pedido de devolução, e como termo final a do deferimento."

a) os despachantes que tenham promovido os despachos de registro e licenciamento do veículo sem o pagamento do IPVA;

b) o leiloeiro, síndico, comissário, liquidante e o inventariante;

c) o adquirente de veículo com alienação fiduciária ou com reserva de domínio;

d) qualquer pessoa que detiver a posse do veículo; (1)

II - subsidiariamente, as pessoas arroladas nas demais hipóteses previstas no Código Tributário Nacional;

§ 1º O tributo pode ser cobrado do contribuinte ou do responsável, indistintamente, ficando este último subrogado nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária.

§ 2º No caso de haver recolhimento indevido do IPVA, a restituição do indébito deverá ser feita, a requerimento do contribuinte ou de seu representante legal, conforme mencionado no caput deste artigo, à autoridade fazendária, que procederá a devolução devidamente corrigida, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989, tomando por termo inicial a data do pagamento indevido e por termo final a data do efetivo pagamento pela repartição competente. (2)

§ 3º ... Revogado... (3)

LEI Nº 8.925/88 9

CAPITULO V

DO LANÇAMENTO

Art. 7º O IPVA será devido anualmente e lançado de ofício, ou por homologação, a critério da autoridade administrativa encarregada da realização do lançamento.

CAPITULO VI

DO PAGAMENTO

10 LEI Nº 8.925/88

III - o pagamento do imposto poderá ser feito em até 3 (três) parcelas.

IV - no pagamento integral do imposto em parcela única, no prazo regulamentar, será concedida uma redução de 30% (trinta por cento) do valor devido. (1)

V - para os casos previstos nos incisos I, II e III do §. 1º do art. 2º, o IPVA terá seu vencimento sessenta dias após a data da aquisição, do desembaraço aduaneiro ou da arrematação em leilão, respectivamente. (2)

Art. 8º O local, os prazos e forma de pagamento serão fixados em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda, observando-se:

I - o tributo deverá ser obrigatoriamente recolhido junto à rede bancária oficial do Estado, ficando a critério da Secretaria de Estado da Fazenda firmar convênios com outros estabelecimentos de crédito para recolhimento nas praças desprovidas de agência bancária da rede oficial do Estado;

II - para o caso previsto no inciso IV do §. 1º do art. 2º, o IPVA terá seu vencimento no dia da ocorrência do fato gerador, podendo ser pago, atualizado monetariamente, sem multa e juros, até a data do licenciamento que for adotada pelo órgão estadual de trânsito; (1)

CAPITULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 9º A falta de pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator a multa de 30% (trinta por cento) do valor do imposto não pago. (1)

§ 1º A multa prevista neste artigo será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

- a) no primeiro dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento);
- b) do segundo dia ao 15º, contados da data indicada na alínea anterior, para 10% (dez por cento);
- c) do 16º dia ao 30º, contados da data indicada na alínea "a", para 20% (vinte por cento).

§ 2º A multa será aplicada sobre o imposto atualizado monetariamente.

Art. 10. ... Vetado.

Art. 11. ... Vetado.

CAPITULO VIII

DA ATUALIZAÇÃO MONETARIA

Art. 12. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, será corrigido monetariamente, conforme critério de atualização do imposto a que se refere a Lei nº 8.933, de 26 de janeiro de 1989. (2)

Nota (1) da página anterior:

(1) Nova redação dada pelo art. 1º, alteração 6ª, da Lei nº 10.735, de 20.12.92.

Redações anteriores:

a) do art. 10 da Lei nº 8.216, de 31.12.85, com a redação da Lei nº 8.668, de 21.12.87, em razão do veto do Governador ao Capítulo VII da Lei nº 8.925, de 28.12.88;

"Art. 10. A falta de pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto não pago.

Parágrafo único. A multa prevista neste artigo será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

- a) no primeiro dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;
- b) no segundo dia ao trigésimo dia contados da data indicada na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago;
- c) do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia contados da data indicada na letra a, para 20% (vinte por cento) do imposto pago."

b) da Lei 9.166, de 27.12.89:

"Art. 9º A falta de pagamento do IPVA, nos prazos regulamentares, sujeita o infrator a multa de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto não pago.

§ 1º A multa prevista neste artigo será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

- a) no primeiro dia seguinte ao que tenha expirado o prazo de pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;
 - b) no segundo dia ao trigésimo dia contados da data indicada na alínea anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago;
 - c) do trigésimo primeiro ao sexagésimo dia contados da data indicada na alínea a, para 20% (vinte por cento) do imposto pago;
- § 2º A multa será aplicada sobre o imposto atualizado monetariamente."

14 LEI Nº 8.925/88

LEI Nº 8.925/88 13

II - de propriedade do Corpo Diplomático acreditado junto ao governo brasileiro;

III - ...Revogado... (1)

IV - utilizados no transporte público de passageiros, na categoria aluguel (TAXI);

V - tipo ônibus, exclusivamente empregados em linhas de transporte urbano, suburbano ou metropolitano de pessoas;

VI - especificamente construídos ou adaptados para permitir sua utilização por paraplegico ou outros portadores de deficiências físicas motoras que os impossibilitem conduzir veículos comuns, desde que recebam aprovação após vistoria realizada pelo DETRAN;

VII - ...Revogado... (2)

VIII - de propriedade de entidades assistenciais, sem fins lucrativos. (3)

(1) Revogado pelo art. 2º da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"III - nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 15 e mais de 25 anos de fabricação;"

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"III - nacionais e estrangeiros, respectivamente com mais de 10 e mais 20 anos de fabricação."

(2) Revogado pelo art. 2º da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redação anterior:

"VII - de propriedade de empresas públicas;"

(3) Nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.166, de 27.12.89.

Redação anterior:

"VII - utilizados por entidades assistenciais sem fins lucrativos e destinados ao transporte de doentes e portadores de deficiências físicas ou mentais e A.P.A.F.S. reconhecidas de utilidade pública por lei federal, estadual ou municipal."

CAPITULO IX

DOS JUROS DE MORA

Art. 13. O crédito tributário atualizado monetariamente será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento), ao mês, ou fração, calculado a partir do mês em que tenha expirado o prazo de pagamento.

CAPITULO X

DAS ISENÇÕES

Art. 14. São isentos do pagamento do IPVA, os veículos:

I - sobre os quais, em razão do tipo, a legislação específica proíba o tráfego em vias públicas;

Nota (2) da página 11:

(2) Nova redação dada pelo art. 1º, alteração 21, da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"Art. 12. O crédito tributário quando não pago no prazo regular, será corrigido monetariamente com base na variação percentual da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) ocorrida entre o mês do vencimento do imposto e o mês em que se efetivar o pagamento."

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"Art. 12. O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, quando não pago no prazo regulamentar será corrigido monetariamente com base na variação percentual do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) ocorrida entre o dia do vencimento do imposto e o dia em que se efetivar o pagamento."

Parágrafo único. No caso de extinção do BTNF adotar-se-á o critério utilizado pela União para atualização dos seus tributos."

CAPITULO XI

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 15. A regulamentação do procedimento administrativo relativo ao lançamento e apuração de infrações do IPVA, é de competência do Poder Executivo.

CAPITULO XII

DA FISCALIZAÇÃO E DO CONTROLE

Art. 16. Compete à Secretaria de Estado da Fazenda, com auxílio do Departamento Estadual de Trânsito, da Polícia Militar do Estado e, na forma de convênio, da Polícia Rodoviária Federal e dos Municípios, fiscalizar a execução desta Lei.

§ 1º Os órgãos estaduais a que se refere este artigo manterão um cadastro atualizado dos veículos vinculados obrigatoriamente ao IPVA.

§ 2º O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) não concederá: (1)

I - licenciamento ou transferência de propriedade de veículo sem prova de regularidade do IPVA a ele relativo;

(1) Nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.166, de 27.12.89.

Redação anterior:

“§ 2º O Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN, não concederá transferência de propriedade para outro Estado ou licenciamento de veículo sem prova de regularidade do IPVA a ele relativo.”

II - transferência de veículo para outro Estado sem quitação integral do imposto devido no exercício ou anteriores.
§ 3º ...Revogado... (1)

CAPITULO XIII

DA REPARTIÇÃO DA RECEITA

Art. 17. A parcela do IPVA pertencente ao Estado será repassada pelo estabelecimento bancário na forma e prazo estabelecidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, e a parcela pertencente ao Município do licenciamento do veículo, creditada na forma da legislação federal relativa à matéria e dos convênios porventura firmados entre as prefeituras e a instituição financeira arrecadadora, deduzidas as importâncias correspondentes às devoluções de indébitos. (2)

CAPITULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar créditos tributários cujo montante atualizado seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento) da UPF/PR. (3)

Art. 19. Os créditos tributários, de exercícios anteriores, decorrentes de imposto, atualizado monetária e multa, serão atualizados e convertidos em FCA, tomando-se por base o valor vigente no dia 1º do mês de janeiro de 1993, e atualizados pelo valor do FCA da data do pagamento. (4)

(1, 2, 3 e 4) Estas notas estão transcritas na página seguinte.

18 LEI Nº 8.925/88

LEI Nº 8.925/88 17

Art. 20. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1989. (1)

PALACIO DO GOVERNO EM CURITIBA,
em 28 de dezembro de 1988.

ARY VELOSO QUEIROZ

Governador do Estado em exercício

Luiz Carlos Jorge Hauily

Secretário de Estado da Fazenda

(D.O.E. de 28.12.88)

Nota (4) da página 16:

(4) Revogado pelo art. 2º da Lei nº 9.886, de 26.12.91 e revigorado pelo art. 1º, alteração 7ª, da Lei nº 10.235, de 28.12.92.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 1989."

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"Art. 19. Será permitido, no exercício de 1990, a antecipação do pagamento do IPVA, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda."

c) da Lei nº 9.485, de 18.12.90:

"Art. 19. Será permitida a antecipação do pagamento do IPVA, na forma prevista em Instrução da Secretaria da Fazenda utilizando-se para apuração do imposto o valor do BTH Fiscal vigente no dia do pagamento."

(1) Acrescentado pelo art. 7º da Lei nº 9.166, de 27.12.89.

Notas (1, 2, 3 e 4) da página anterior:

(1) Revogado pelo art. 2º da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redação anterior:

"§ 3º Nas hipóteses de roubo ou destruição total do veículo, deverá o contribuinte ou o responsável, conforme o caso, comunicar o evento, requerendo, no prazo de 30 (trinta) dias contado da sua ocorrência, junto ao Departamento Estadual de Trânsito, a sua exclusão do cadastro, na forma disposta em norma complementar."

(2) Nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 9.485, de 18.12.90.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"Art. 17. Os prazos e a forma do depósito e os critérios de distribuição da quota municipal do IPVA serão estabelecidos pelo Poder Executivo, observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria. A Secretaria de Estado da Fazenda transferirá aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPVA relativo aos veículos automotores licenciados em seus territórios."

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"Art. 17. Os prazos e a forma do depósito e os critérios de distribuição da quota municipal do IPVA, serão estabelecidos pelo Poder Executivo, observadas as normas específicas constantes da legislação federal relativa à matéria. A Secretaria de Estado da Fazenda transferirá aos municípios 50% (cinquenta por cento) do produto da arrecadação do IPVA relativo aos veículos automotores licenciados em seus territórios, debitando-lhes em igual percentual as importâncias correspondentes às devoluções do indébito."

(3) Nova redação dada pelo art. 1º, alteração 9ª, da Lei nº 9.886, de 26.12.91.

Redações anteriores:

a) da Lei nº 8.925, de 28.12.88:

"Art. 18. Ficam revogadas as disposições em contráriovetado...."

b) da Lei nº 9.166, de 27.12.89:

"Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a cancelar créditos tributários cujo montante atualizado seja igual ou inferior a 05 (cinco) BTH."

(4) Esta nota está transcrita na página seguinte.

MENSAGEM Nº 143/94

Curitiba, 04 de novembro de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva instituir, no Estado do Paraná, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.

A proposição ora formulada consulta aos superiores interesses da Administração e da Coletividade, eis que virá assegurar a melhor qualidade dos produtos de origem vegetal postos no mercado para consumo humano. A adiante transcrita justificativa que me foi apresentada pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, demonstra, mais detalhadamente, os aspectos de conveniência e oportunidade da medida:

"O Estado do Paraná, como é do conhecimento geral, tem por base de sua economia a agricultura e a indústria derivada.

Desse modo, é incontestável que todos os cuidados com a qualidade do produto de origem vegetal e seus derivados de valor econômico são imprescindíveis.

E a Lei ora apresentada vem justamente preencher uma lacuna nessa atividade indispensável. Isto é, institucionaliza a fiscalização da qualidade e embalagem do produto em todas as relações de comércio, armazenagem e transporte, abrangendo desde a classificação oficial, a adequação da embalagem à correção dos rótulos e marcações, até a conveniência dos meios de armazenagem e transporte.

Essa fiscalização já está sendo efetuada desde julho de 1988, porém por delegação do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e por falta de legislação própria.

A fiscalização delegada, já como ocorria com outras anteriores, quais sejam a Defesa Sanitária Animal, proteção do solo agrícola, controle da qualidade de fertilizante, etc..., é insatisfatória e inconveniente financeiramente. Primeiro porque o Estado, como mero delegado, muitas vezes tem que cingir-se à vontade do Delegante ainda que em detrimento dos seus interesses; em segundo lugar porque arca com todo ônus da fiscalização e os produtos de multas ou taxas são sempre recolhidos aos cofres federais.

Por essas razões, que se expõe em síntese, é que foram editadas anos atrás as leis estaduais de proteção do solo, da defesa sanitária animal, da proteção do insumo dos fertilizantes agrícolas e outras, todas em concorrência com a legislação análoga federal, as quais trouxeram efi-

ciência incontestável em todos os sentidos no trato da defesa da Agropecuária e do Estado.

Esta é a justificativa do presente projeto de lei que apoia-se, inclusive, no disposto na Lei Complementar nº 65 de 17.07.92."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica instituída, em todo o território estadual, a fiscalização da qualidade dos produtos vegetais, dos subprodutos e resíduos de valor econômico, destinados à comercialização interna, interestadual e à exportação.

§ 1º - A fiscalização constitui apoio e controle às atividades de classificação, às transações comerciais, à defesa do consumidor e aos sistemas tributários, municipais, estadual e federal.

§ 2º - A fiscalização de que trata este artigo, fica sujeita à organização normativa, supervisão técnica e execução específica da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se por fiscalização, o ato de verificar o cumprimento por parte dos interessados, das determinações previstas na Lei Federal nº 6.305, de 15 de dezembro de 1975, ou outra que vier a sucedê-la.

Art. 3º - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades públicas federais e municipais, objetivando melhor execução na execução das atividades instituídas nesta lei.

Art. 4º - Fica instituído na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o registro de pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, envolvidas com produtos vegetais, seus subprodutos, e resíduos de valor econômico.

Parágrafo Único - Ficam sujeitas ao regime estabelecido nesta lei, as pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que, por conta própria ou como intermediárias, produzam, armazenem, preparem, distribuam, transportem, beneficiem, rebeneficiem, industrializem, enfaudem, presem, represem, ensaquem, embalem, transfiram e comercializem produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

Art. 5º - Os produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico, sujeitos à fiscalização na forma desta lei, são os inscritos em "Pauta de Prioridade", para a classificação compulsória, estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, prevista pela Lei Federal nº 6.305 de 15.12.75.

Parágrafo Único - Quando houver necessidade de um controle maior de produtos não inscritos na "Pauta de Prioridade" prevista neste artigo, poderá haver fiscalização desde que determinada por Resolução do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Art. 6º - Ficam os interessados obrigados a permitir a fiscalização que, a juízo do órgão fiscalizador, seja necessária, podendo ser solicitado o apoio policial nos casos de resistência ou dificuldade da atividade preconizada por esta lei.

Parágrafo Único - No interesse da fiscalização poderá o órgão fiscalizador exigir vistas de documentos contábeis ou não, bem como, nos casos de necessidade, proceder a suspensão cautelar de produtos sob averiguação.

Art. 7º - Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a infringência da legislação de classificação e outros decorrentes desta lei, acarretará isolada ou cumulativamente as seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa de até 1.000 UFIR, ou de índice equivalente, aplicável em dobro em caso de reincidência;
- c) apreensão e/ou condenação das matérias-primas, produtos, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- d) suspensão, impedimento ou interdição temporária ou definitiva;
- e) denegação, cassação ou cancelamento de registro ou licenciamento;
- f) intervenção.

Art. 8º - O Poder Executivo baixará, dentro de 45 dias, o regulamento da presente lei.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob os nºs DTL/SAT/260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267 e 268/94, do Senhor Governador do Estado em exercício, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

284/9: De autoria do Deputado Arlindo Troian que declara de Utilidade Pública a Associação de Reabilitação de Lesões Lábio-Palatais - ARLEP, com sede e foro na cidade de União da Vitória - Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.918. **Anote-se. Arquite-se.**

301/94: De autoria do Deputado Orlando Pessuti que, declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Florestas Tropicais de Desenvolvimento Auto-Sustentado, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.919. **Anote-se. Arquite-se.**

326/94: De autoria do Deputado Toti Colaço que, declara de Utilidade Pública Estadual o Centro de Treinamento de Adolescentes - C.T.A., com sede e foro no Município de Rebouças - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.920. **Anote-se. Arquite-se.**

328/94: De autoria do Deputado Duílio Genari que declara de Utilidade Pública o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.921. **Anote-se. Arquite-se).**

276/94: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública Estadual o Centro Espírita Leocádio José Correia, com sede e foro na cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.922. **Anote-se. Arquite-se.**

324/94: De autoria do Deputado Elio Lino Rusch que, declara de Utilidade Pública a Associação Casa da Sopa Amor e Caridade, com sede e foro na cidade e comarca de Guaíra, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.923. **Anote-se. Arquite-se.**

273/94: De autoria do Deputado Cleiton Kielse Crisóstomo que declara de Utilidade Pública a Associação do Menor de Rua de Paranavaí, com sede e foro em Paranavaí, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.924. **Anote-se. Arquite-se..**

258/94: De autoria do Deputado Caio Quintana que, declara de Utilidade Pública a Fundação Cultural Rainha da Paz de Cascavel, com sede e foro na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.925. **Anote-se. Arquite-se.**

546/93: De autoria do Deputado Geraldo Cartário que declara de Utilidade Pública,

a Associação de Moradores da Vila Ulisses Guimarães, com sede e foro em Curitiba-PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.926. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 1.908/94, do Senhor Nestor Baptista, Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório das Atividades desenvolvidas por aquele Tribunal, durante o exercício de 1993. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº 1.940/94, do Senhor Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando Relatório das Atividades desenvolvidas por aquele Tribunal, durante o 3º Trimestre de 1994. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2408

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja apreciado em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 630/93, que autoriza o Poder Executivo a criar o "Conselho Escolar" e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO Nº 2409

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja apreciado o Projeto de Lei nº 421/92, que regulamenta o artigo 38 do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios da Constituição do Estado do Paraná, que trata dos débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias junto ao I.P.E., existentes até 05 de outubro de 1989, em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei, depois de apresentado, foi encaminhado à Superintendência do I.P.E., tendo aquele Instituto se manifestado favoravelmente à sua aprovação.

Tratando da regulamentação de dispositivo da Constituição do Estado do Paraná promulgada em 05 de outubro de 1989, portanto, há mais de cinco anos, tal norma até o momento permanece como letra morta na Carta Estadual, apesar de sua reconhecida importância.

É dever do Poder Legislativo, neste final de legislatura, colaborar de forma decisiva para a aplicabilidade da verba previdenciária em favor dos servidores públicos do Estado, seus legítimos benefi-

ciários.

Por tais motivos o signatário do presente, na qualidade de Autor do Projeto espera que o presente requerimento mereça a aprovação desse douto Plenário.

REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja apreciado em Regime de Urgência, o Projeto de Lei nº 755/93, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das folhas de pagamento dos servidores aposentados.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja apreciado em Regime de Urgência o Projeto de Lei nº 263/94, que Revoga o dispositivo no parágrafo único do artigo 16 da Lei 9937 de 20.04.92, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ALCEU SWAROWSKI

REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 142/94, que concede Título de Cidadão Honorário ao Senhor Osni Prates Pacheco, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) CARLOS SIMÕES

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, com todo respeito dessa Presidência, seja colocada na próxima Ordem do Dia, Projeto de Lei de sua autoria, sob nº 179/94, que tramita em Regime de Urgência, vale dizer com dispensa até de exigências regimentais, inclusive parecer escrito das Comissões Permanentes, nos termos do art. 182 e seguintes do Regimento Interno da Casa.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Ple-

Curitiba, segunda, em 07.11.94

nário, respeitosamente, REQUER preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 346/94, Mens. nº 117/94, de autoria do Poder Executivo, item 10 (dez), constante na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) RENATO ADUR

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ÉLIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido ontem, dia 02 de novembro, do Senhor Pedro Bertoncin.

Empresário conceituado na cidade de Arapongas, onde dedicou-se a cafeicultura, pecuária e comércio, teve sempre participação em todos os movimentos sociais, políticos e filantrópicos da comunidade.

Trabalhou com acendrado amor à terra e sobretudo o irrepreensível comportamento de cidadão e chefe de família, credenciaram-nos ao respeito de seus amigos.

Seu falecimento foi sentido por toda a população e principalmente pelos seus inúmeros amigos, que gozando de sua intimidade puderam sempre constatar suas virtudes.

Deixa viúva D. Mafalda Cogo Bertoncin e os filhos Dirce Bertoncin, Daniel Bertoncin casado com Zenete Visoni Bertoncin, Eunice Bertoncin e Denise Aparecida Bertoncin Ribeiro casada com Carlos Alberto Ribeiro.

A Assembléia Legislativa associa-se à dor dos seus familiares e deste Voto se pede seja dado conhecimento à família que reside em Arapongas, à Rua Marabu, 259 ap. 01.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO Nº 2424

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, voto de

profundo pesar pelo falecimento do Senhor Severo Canziane, considerado um dos pioneiros da Cidade de Londrina, e deste, seja dado conhecimento aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e Soberano Plenário, seja enviado voto de pesar à família Tessari, pelo passamento da Sra. Arminda Tessari, ocorrido em 05/11/94, em Imbituva.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2425

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata de voto de congratulações aos 40º aniversário da COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Do presente, seja cientificado o Ilustríssimo Senhor Presidente da Empresa.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de louvar os trabalhos desenvolvidos pela COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica - em seus 40 anos de existência, que vem trazendo ao longo desse tempo ao povo paranaense a energia elétrica e outros recursos necessários para o engrandecimento do Estado do Paraná com excelente nível de trabalho, determinação e capacidade.

A determinação da empresa é oriunda da boa formação técnica e profissional e principalmente a dedicação de seus funcionários para com a Empresa e também o Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2426

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a inserção em ata de voto de congratulações aos 60º aniversário da Viação Garcia.

Do presente, seja cientificado o Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente da Empresa.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o objetivo de louvar os trabalhos desenvolvidos pela Empresa Viação Garcia, em seus 60 anos de existência, ligando as cidades do Paraná e

do Brasil com excelente nível de transporte de passageiros e trabalhos turísticos, com determinação e capacidade, e por isso, venho parabenizar a Empresa que nos enche de orgulho pela sua eficácia e determinação nos trabalhos assumidos.

A determinação da empresa é oriunda da boa formação técnica e profissional com que são formados seus funcionários.

REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, no sentido de atender o pedido feito pelos pais dos alunos da Escola Municipal Foz do Iguaçu, localizada à Rua João Reffo nº 1080 - Santa Felicidade, os quais solicitam que seja escalado um policial de trânsito para ajudar as crianças atravessarem a rua.

O pedido está sendo feito devido o local ser muito movimentado e os alunos estão constantemente sujeitos aos atropelamentos.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo à Rua Carlos Fontoura Falavinha - Jardim Ana Terra - Colombo.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que durante o dia nunca tem água, chega por volta de 1:00 hora da madrugada e por volta das 4:00 horas acaba. Esse problema vem acarretando inúmeros transtornos a todos, principalmente às donas de casa que ficam impedidas de realizarem seus afazeres domésticos. A situação é muito crítica e necessita urgentemente de uma solução.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a colocação de uma lâmpada no poste à

Rua nº Um - Casa 501 - Planta Casa Blanca - Colombo-PR, próximo à Estrada da Ribeira. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais solicitam que o mesmo seja atendido pois à noite é muito escuro.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a limpeza das valetas da Rua Arapongas - Jardim Guaraituba, tendo em vista que as mesmas encontram-se cheias de mato e sujeiras, causando muitos transtornos a todos os moradores.

Pede-se que a solicitação seja atendida o mais breve possível, pois com a chegada do verão a situação tende a tornar-se mais crítica.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de implantar rede de esgoto à Rua São Domingos, proximidades do nº 87 - Pilarzinho, uma vez que todos moradores estão com muitos problemas com as fossas das suas residências.

Pedem eles que o pedido seja atendido, sendo que a cada dia que passa a situação vem se agravando.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2417

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do Jardim Boa Vista I, os quais solicitam que o caminhão de lixo passe mais vezes por esse bairro, sendo que o mesmo passa somente uma vez por semana e o lixo fica acumulado, exalando um mau cheiro insuportável, além de que há a proliferação de animais nocivos à saúde.

Pedem eles que o pedido seja atendido o mais breve possível, evitando-se assim que a situação venha a ficar mais crítica

do que está.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de executar reparos na Rua Gerônimo Mendes dos Santos, proximidades do nº 966 e também nas transversais dessa rua, tendo em vista que as mesmas encontram-se intransitáveis.

Pedem os moradores a limpeza de valetas desse local devido elas estarem entupidas, causando um mau cheiro insuportável, além de todos que lá residem ficarem propensos a contração de doenças.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de executar reparos nas ruas do Jardim Dourados - Lamenha Grande, uma vez que as mesmas encontram-se intransitáveis, cheias de buracos e quando chove, alaga tudo.

O pedido está sendo feito pelos moradores do bairro, os quais afirmam que nas chuvas, as crianças não têm condições de frequentar as aulas pois não há ônibus que faça a linha até a escola e como as ruas estão em péssimo estado, elas não conseguem chegar à escola.

Pedem providências urgentes sendo que toda a população está sofrendo com esse problema.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Jackson Baduy, Secretário de Estado de Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos de análises clínicas do município de Araruna.

Tal solicitação tem como objetivo, equipar adequadamente o Laboratório de Análises Clínicas do município, oferecendo assim, um amplo atendimento médico à população.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Jackson Baduy, Secretário de Estado da Saúde, solicitando a liberação de recursos financeiros destinados à construção de 50 (cinquenta) módulos sanitários.

A presente solicitação visa oferecer maior atendimento na área de saúde à população mais carente.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Senhor Diretor Geral do Departamento de Estrada e Rodagem, solicitando a colocação de lombadas na Rodovia PR-092.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação, tem por finalidade e objetivo a proteção dos usuários dessa importante Rodovia, principalmente agora, após o excelente trabalho efetuado de recuperação, quando além do movimento intenso, alguns motoristas inescrupulosos, têm provocado inúmeros acidentes, muitos deles com vítimas fatais. Todas essas transformações, somadas com a retirada das antigas lombadas, tornaram a PR-092 muito perigosa, requerendo a interferência urgente das autoridades competentes. Faz-se necessário a colocação de lombadas nos seguintes trechos:

- no declive sentido Curitiba - Almirante Tamandaré, nas proximidades da Transportadora CPT;
- nas proximidades da entrada da Fábrica de Bebidas Curitibaana;
- nas proximidades dos motéis;
- no trevo de acesso ao Município de Almirante Tamandaré;
- em frente ao Posto Monza;
- em Tranqueira, próximo ao antigo Posto Rodoviário;
- em Tranqueira, próximo à Escola;
- em Areias, próximo ao Super Mercado Seronato.

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Exmo. Sr. Roberto Lobo Blasi, Secretário

de Estado dos Transportes, solicitando:

1. Existem estudos ou projetos já prontos para o uso do Porto de Antonina?
 - 1.1 Se positivo, anexar cópia(s).
2. A área adjacente ao Porto (mapa anexo) será usada? De qual maneira?
 - 2.1. Nesta área existe habitações (casas). Qual será o destino destas, e após, quais procedimentos?
3. O Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento realizou um cadastro destes moradores (cópia anexa).
 - 3.1. Este órgão tem conhecimento?
 - 3.2. Se sim, qual a finalidade?
4. Recentemente a COPEL ia fazer a ligação de luz elétrica nestas casas. Isto foi impedido, sem mandado judicial, pelo Senhor Leopoldino.
 - 4.1. Este órgão tomou conhecimento?

Sala das Sessões, 07.11.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizado a realização do plebiscito para a criação do município de Tupinambá, desmembrado do município de Astorga.

Art. 2º - O novo município terá os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Astorga:

Inicia na cabeceira do Ribeirão Aurora, de onde por uma linha reta na direção geral Sudeste alcança a cabeceira do Ribeirão Astorga, desce por este até sua foz no Rio Pirapó.

Com o Município de Mandaguari:

Inicia na foz do Ribeirão Astorga no Rio Pirapó, desce por este até a foz do Ribeirão Alegre.

Com o Município de Marialva:

Inicia na foz do Ribeirão Alegre no Rio Pirapó, desce por este até a foz do Ribeirão Sarandi.

Com o Município de Maringá:

Inicia na foz do Ribeirão Sarandi no rio Pirapó, desce por este até a foz do Ribeirão Aurora.

Com o Município de Iguaçu:

Inicia no Rio Pirapó, na foz do Ribeirão Aurora, sobe por este até sua cabeceira.

Art. 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Resolução nº 17 de 19 de setembro de 1994, e demais disposições em contrário.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

A alteração trazida por este Projeto

de Resolução, no tocante aos limites e confrontações do novo município a ser criado, se faz necessária em virtude de memorial descritivo emitido pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em data de 01 de setembro de 1994.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 372/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadã Benemérita do Paraná, a Sra. Maria Christina de Andrade Vieira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Diplomada pela PUC - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Filosofia, a Senhora Maria Christina de Andrade Vieira, fez Especialização em Antropologia Social, na Universidade Federal do Paraná. Bancária e Empresária Rural, tem-se destacado como Executiva nos últimos anos, o que a levou a receber muitas homenagens, como: "Executiva do Ano de 89", pela Gazeta do Povo; "Destaque Cultural 90", pelo Jornal Indústria e Comércio; "Empresária Rural 90", pela H. Stern; entre tantas outras homenagens recebidas no Paraná.

Professora das disciplinas de Introdução à Filosofia e Deontologia em diversos cursos da Universidade Católica do Paraná de 1981 a 1983.

Diretora e Membro do Conselho de Administração da Bamerindus Participações e Empreendimentos, "holding" do Grupo BAMERINDUS.

Diretora Executiva da Associação Cultural Avelino A. Vieira.

Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal do Paraná. Gestão 93/94.

Atualmente membro do Conselho Superior da Associação Comercial do Paraná.

Membro da Diretoria da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil - ADVB - PR.

Membro do Conselho Diretor da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba.

Membro do Conselho Diretor da Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agrícolas do Paraná.

Membro da Coordenação Executiva do Conselho Consultivo Empresarial e Competitividade - CONCEC, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Membro do Conselho Deliberativo da Câ-

Curitiba, segunda, em 07.11.94

mara Brasil-Israel de Comércio e Indústria do Paraná.

Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT.

Membro do Conselho Consultivo do Centro Universitário Maria Antônia - USP.

Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

Membro efetivo do Centro de Letras do Paraná.

Sócia efetiva do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Artigos Publicados em vários jornais do Paraná e de outros Estados.

Foi Presidente da Associação Comercial do Paraná no período de 1992 a 1994.

Estas atividades, marcadas pela direção dinâmica e ousada que empreendeu na Presidência da ACP, fez a senhora Maria Christina de Andrade Vieira, merecedora com todas as honras do título que ora propomos.

O resultado de anos de dedicação fez desta mulher ousada, uma empresária bem sucedida, uma Paranaense de Destaque.

O fruto deste trabalho é o reconhecimento que esta Casa pretende mostrar, outorgando-lhe o Título de Cidadã Benemérita do Paraná.

CURRICULUM VITAE

1) DADOS PESSOAIS

Nome: Maria Christina de Andrade Vieira

Profissão: Bancária e Empresária Rural
Residência: Rua Valdivia, 285 - Curitiba-PR.

Filhos: Antônio Carlos de Oliveira Dias Filho, Mariella Vieira Dias e Leonardo Vieira Dias

2) FORMAÇÃO ESCOLAR

Curso Primário: Colégio Nossa Senhora de Sion (1957-1961)

Curso Ginásial: Colégio Nossa Senhora de Sion (1962-1966)

Curso Normal: Santa Terezinha do Menino Jesus (1967-1969)

Curso Superior: Curso de Filosofia da Universidade Católica do Paraná (1976-1979)

Especialização: Em Antropologia Social, Instituição Universidade Federal do Paraná (1981-1983)

3) PUBLICAÇÕES E VÍDEOS

Coordenação Geral: Livro Nossa Terra - Foz do Iguaçu - 1989

Coordenação Geral: Livro Palácio Avenida - 1991

Coordenação Geral: Vídeo Documentário - Coré-Etuba - 1991

Coordenação Geral: Livro Brasileiro Cidadão? - 1992

Coordenação Geral: Livro "Olhos de Banco" - 1993

Autora Livro - Dito e Feito - 1994

4) CURSOS REALIZADOS

Certificado Prático de Língua Francesa (1º Grau), conferido pela Universidade de Nancy, de 11 a 22 de dezembro de 1972.

Simpósio Internacional de Filosofia, promovido pela Universidade Católica do Paraná, de 05 a 08 de agosto de 1976.

1º Curo de Iniciação à Metodologia do Trabalho Científico (60 horas), de 27 de maio a 20 de setembro de 1978.

Semana de Estudos sobre o Folclore Paranaense, promovido pela Fundação Cultural de Curitiba, de 20 a 24 de agosto de 1979.

IV Simpósio Nacional - Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (SEAF), de 04 a 06 de julho de 1980.

Curso de Antropologia Social, promovido pela Universidade Federal do Paraná - "Escolas Sociológicas Francesas", Professor Luis Tarlei de Aragão, em outubro de 1980.

"Simpósio Internacional de Indagação sobre o Inconsciente" - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), de 08 a 12 de abril de 1981.

Semana de Filosofia, promovida pela Universidade Católica do Paraná, de 01 a 08 de junho de 1981.

Curso - "Identidade e Política", ministrado pelo Professor Dr. Peter Fry, da UNICAMP, Universidade Federal do Paraná, de 24 a 27 de agosto de 1981.

Curso - "Estudos do Meio Ambiente", ministrado pelos Professores: Gilberto Vello e Ruben George Oliven, de 05 a 08 de outubro de 1981, na Universidade Federal do Paraná.

Curso Inglês - Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa - Curitiba. University of Oxford - English a foreign language (Written English) - Preliminary Level.

Curso "Incorporações e Cisões Societárias" - agosto/90. Carga Horária 08 horas. KPMG - Auditores e Consultores.

Curso "Matemática Financeira e Aplicada" - agosto/90. Carga horária - 24 horas. KPMG - Auditores e Consultores.

5) ATIVIDADES DIDÁTICAS

De 1981 a 1983 - Professora das disciplinas de Introdução à Filosofia e Deontologia em diversos cursos da Universidade Católica do Paraná.

6) DADOS ATUAIS

Diretora e Membro do Conselho de Administração da Bamerindus Participações e Empreendimentos, "holding" do Grupo BAMERINDUS.

Diretora Executiva da Associação Cultural Avelino A. Vieira.

Presidente do Conselho de Mantenedores

do Instituto Liberal do Paraná. Gestão 1993/94. Presidiu a Associação Comercial do Paraná no período de 1992 a 1994, sendo atualmente Membro de seu Conselho Superior.

Membro da Diretoria da Associação de Dirigentes de Vendas do Brasil - ADVB - PR.

Membro do Conselho Diretor da Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais de Curitiba.

Membro do Conselho Diretor da Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do Paraná.

Membro da Coordenação Executiva do Conselho Consultivo Empresarial e Competitividade - CONCEC, do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo.

Membro do Conselho Deliberativo da Câmara Brasil - Israel do Comércio e Indústria do Paraná.

Membro do Conselho Consultivo do Instituto de Organização Racional do Trabalho - IDORT.

Membro do Conselho Consultivo do Centro Universitário Maria Antônia - USP.

Presidente do Conselho de Mantenedores do Instituto Liberal do Paraná.

Membro efetiva do Centro de Letras do Paraná.

Sócia efetiva do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

Artigos publicados em vários jornais do Paraná e de outros Estados.

HOMENAGENS

- 01) Executiva do Ano de 1989
Gazeta do Povo - 01/01/90
- 02) Destaque Cultural 90
Jornal Indústria e Comércio
- 03) Empresária Rural 90
H. Stern
- 04) "A arte de viver é saber ser mestra da vida. Sábia é você que nos indicou o caminho de um novo viver"
Obrigado por você existir.
Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Londrina. Março/91.
- 05) Homenagem do Rotary Club de Curitiba
Cidade Ecológica no Dia Internacional da Mulher.
Presidente: Cornélio Afonso Capaverde.
Curitiba, 06 de março de 1991.
- 06) Destaque Empresarial - Dama Rouge
Pelos relevantes serviços prestados à comunidade.
Presidente: Rosa Maria Chiamulera
Vice-Presidente: Anice Mesamar
Curitiba, 06 de abril de 1991.
- 07) Mérito Cultural - Centro Feminino de Cultura.
Pelos relevantes serviços prestados à cultura.
Curitiba, 11 de junho de 1991.
- 08) Placa com as Homenagens da ADESG-PR.

Curitiba, 15 de agosto de 1991.

- 09) Destaques do Estado do Rio de Janeiro pelos relevantes serviços prestados à comunidade do Estado do Rio de Janeiro.
Niterói, 14 de agosto de 1991.
- 10) Diploma em reconhecimento por serviços prestados ao Rotary Club Curitiba Gralha-Azul, outorgando-lhe o Título S6-cia Honorária Gestão 91/92.
Curitiba, 04 de outubro de 1991
- 11) Troféu de Incentivo a Arte, Cultura e Novos Talentos Danjê Corpodança.
Curitiba, 23 de novembro de 1991.
- 12) Troféu "Mulher do Ano 1991"
Woman's Club
Curitiba, 05 de dezembro de 1991.
- 13) Chapa de Homenagem (Patronesse)
Faculdade Católica de Administração e Economia.
Curitiba, 31 de janeiro de 1992.
- 14) Chapa de Homenagem (Patronesse)
Faculdade de Arte do Paraná
Curitiba, 22 de fevereiro de 1992.
- 15) Chapa de Homenagem (por sua dedicação e sensibilidade no engrandecimento cultural da sociedade curitibana) -
"Março Mulher" - 1992.
Conselho Municipal de Condição Feminina.
Curitiba, 30 de março de 1992.
- 16) Chapa de Homenagem (por relevantes serviços prestados à comunidade)
Eventos Rosas de Abril
Guarapuava, 25 de abril de 1992.
- 17) Diploma de Reconhecimento por Palestra no Rotary Club Gralha-Azul.
Tema da Palestra: "A Importância do Marketing Cultural no Mundo Empresarial".
Curitiba, 04 de maio de 1992.
- 18) Chapa de Homenagem (destaques especiais)
VII Conferência Distrital
"Conferência da Compreensão".
Caiobá, 15, 16 e 17 de maio de 1992.
- 19) Chapa de Homenagem (agradecimentos pela participação como palestrante)
Tema da Palestra: "Mulher: O Desafio do III Milênio".
Paranaguá, 02 de junho de 1992.
- 20) Diploma de Reconhecimento pela Palestra: "Associação Comercial Rotary Club de Curitiba Oeste".
Curitiba, 02 de fevereiro de 1993.
- 21) Diploma em Homenagem Especial ao "Dia Internacional da Mulher"
Auditório Petrônio Portella - Congresso Nacional
Brasília, 08 de março de 1993.
- 22) Diploma de Reconhecimento pela Palestra: "Ética Profissional no Comércio"
Rotary Club Curitiba Gralha Azul.
Curitiba, 30 de março de 1993.
- 23) Troféu em Homenagem a Maria Christina

- de Andrade Vieira 1º Encontro das COMAGS
Campo Grande, 24 de abril de 1993.
- 24) Prato Decorativo em Homenagem a Maria Christina de Andrade Vieira - Banco da Mulher - Seção Paraná.
Curitiba, 21 de junho de 1993.
- 25) Troféu Homenagem da Prefeitura Municipal da Lapa, para Maria Christina de Andrade Vieira
Lapa, 15 de setembro de 1993.
- 26) Prêmio "Clio de História" Conferido a Maria Christina de Andrade Vieira - pela obra "Palácio Avenida"
Academia Paulista da História - SP
São Paulo de Piratininga, 06 de outubro de 1993.
- 27) Diploma Conferido ao Banco Bamerindus do Brasil por ter contribuído com o Projeto para tornar Curitiba Capital do Natal.
Janeiro/94
- 28) Troféu Classic Turismo - Menção Honrosa - Conferido ao Coral Natalino do Palácio Avenida, por estar classificado entre os três melhores na categoria atração turística artificial no decorrer do ano de 1993.
Curitiba, 14 de dezembro de 1993.
- 29) Diploma por ter sido escolhida como Presidente da Associação Comercial do Paraná, através de votação do Júri de Personalidades convidadas para indicar os melhores do ano de 1993.
Curitiba, fevereiro de 1994.
- 30) Diploma por ter sido escolhida como Executiva do ano através de votação do Júri de personalidades convidadas para indicar os melhores do ano de 1993.
Curitiba, fevereiro de 1993.
- 31) Diploma por ter sido escolhida como Mostra Cultural através de votação do Júri de personalidades convidadas para indicar os melhores do Ano de 1993.
- 32) Placa com Homenagem da Associação Comercial de São Paulo a Maria Christina de Andrade Vieira, Empresária e Líder no Dia Internacional da Mulher
São Paulo, 08 de março de 1994.
- 33) Diploma com Homenagem do Soroptimist Internacional Of The Américas - Região da América do Sul - "Mulheres Destaque /93 - Área - "Desenvolvimento Social e Econômico".
Curitiba, 17 de março de 1994.
- 34) Diploma com Homenagem do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, por ser uma das "Dez Mulheres do Ano de 1993"
Rio de Janeiro, 29 de abril de 1994.
- 35) Placa com Homenagem do Conselho Nacional de Mulheres do Brasil, por ser "Mulher do Ano de 1993"
Rio de Janeiro, 29 de abril de 1994.
- 36) Homenagem (quadro) por ter proferido o 9º Painel "Marketing Cultural no

BAMERINDUS, por ocasião da 3ª INTERAER.

Santa Maria, 22, 23 e 24 de maio de 1994.

- 37) Certificado de Participação na 3ª INTERAER - Interação de Comunicação Social da Aeronáutica, proferindo 9º Painel "Marketing Cultural do BAMERINDUS"
Santa Maria, 14 de maio de 1994.
- 38) Certificado de Participação no "2º Congresso de Marketing do CONESUL" (Realização - de 29 a 31 de maio de 1994).
Curitiba, 31 de maio de 1994.
- 39) Diploma de Reconhecimento, consistente em sua brilhante palestra sobre "O Papel das Instituições de Classe".
Rotary Club de Curitiba Leste.
Curitiba, 05 de outubro de 1994.
- 40) Prêmio de Reconhecimento e Agradecimento pelo Apoio à Associação dos Representantes Comerciais do Paraná - ARCO.
Curitiba, 01 de outubro de 1994.
Paraná Clube de Curitiba.

PROJETO DE LEI Nº 373/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Grupographia - Criação e Edição", com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos seja declarada de Utilidade Pública Estadual, vem desenvolvendo constantes atividades no campo cultural do Paraná, com a divulgação da palavra escrita, seja sob a forma de crônicas, contos, poesias ou romances, e oficina de letras, propiciando o incentivo literário sempre tão bem vindo e o surgimento de novos talentos ou o aperfeiçoamento dos já existentes, bem como dos leitores em geral.

Trata-se de um grupo de abnegados paranaenses que vem dispendendo esforços que se apresentam sob o aspecto cultural à primeira vista, mas que contribuem, inquestionavelmente, para o desenvolvimento sócio-econômico como um todo, na medida em que é patente o liame que estreita o nível cultural de um povo com a sua situação humana.

A entidade preenche todos os requisitos legais necessários à aprovação da presente proposta, já tendo sido, inclusive,

declarada de Utilidade Pública Municipal, através da Lei Municipal nº 8.287, publicada no Diário Oficial do Município nº 85, de 16 de novembro de 1993. Além da documentação formalmente exigida, anexa-se a esta Proposição cópias de material literário publicado pelo "Grupographia", no desempenho de sua atividade precípua, desde o momento de sua criação.

Estes os motivos que nos levam a apresentar este Projeto de Lei, para o qual solicitamos a atenção e posterior aprovação dos nobres Pares desta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 374/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É obrigatório o registro das impressões digitais e da planta do pé, na mesma ficha das digitais da mãe, logo após o parto, de todas as crianças nascidas nas maternidades e casas hospitalares, mantidas pelo Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Aplica-se o disposto neste artigo às maternidades e casas hospitalares particulares subvencionadas pelo Estado, ou conveniados com o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Paraná.

Art. 2º - O registro referido deve ser mantido arquivado, juntamente com o prontuário, pelas maternidades e casas hospitalares, pelo prazo de 18 anos.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

"A criança é a nossa mais rica matéria prima. Abandoná-la à sua própria sorte ou desassisti-la em suas necessidades de proteção e amparo é crime de lesa-pátria".

Tancredo Neves.

Tendo a criança como prioridade maior, o parlamentar que esta subscreve propõe o presente projeto de lei visando não apenas, regulamentar o artigo 10 da Lei nº 8069, de 13.07.90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - mas também buscando dar segurança aos casais que têm seus filhos nascidos nas casas hospitalares e maternidades do nosso Estado, posto que, com uma criteriosa identificação dos recém-nascidos e suas mães, logo após o parto, evita-se a ocorrência da troca de bebês, nas maternidades e diminui a possibilidade de roubos dos recém-natos.

Assim, já tendo sido o autor, em nosso Estado, da "Lei do Teste do Pézinho", supre mais uma lacuna da nossa legislação buscando a preservação dos direitos fundamentais das crianças.

PROJETO DE LEI Nº 375/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola Especial Face da Vida, com sede na cidade de Nova Tebas - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Tebas, situada na Av. Brasília nº 241, com sede naquela cidade, já é reconhecida de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei nº 55/91.

É uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos e que possui em seus estatutos como objetivos gerais os de promover e coordenar medidas que visem assegurar o ajustamento e o bem-estar dos excepcionais, bem como, estimular estudos e pesquisas relativos aos problemas dos mesmos.

Todos conhecemos as dificuldades que as entidades de cunho social enfrentam para se manterem, pois, as mesmas somente podem receber subsídios de órgãos governamentais estaduais desde que sejam devidamente reconhecidas de utilidade pública.

Portanto, diante das nobres finalidades da entidade em questão, solicito aos nobres pares, com assento neste Poder Legislativo, o necessário apoio para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ARLINDO TROIAN

PROJETO DE LEI Nº 376/94
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, mantenedora da Escola de Excepcionais Luiz Bifon, com sede na cidade de Sarandi - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE da cidade de Sarandi, fundada em 23 de agosto de 1984, é uma sociedade civil de caráter assistencial sem fins lucrativos e com duração indeterminada.

Curitiba, segunda, em 07.11.94

da, sita a Rua Guaiapó nº 5.

Destacam-se como principais objetivos promover o bem-estar e o ajustamento em geral das pessoas excepcionais onde quer que se encontrem, bem como, estimular os estudos e pesquisas relativos ao problema dos mesmos.

O relatório anexo ao presente Projeto de Lei dá uma dimensão maior do atendimento prestado pela APAE de Sarandi e mostra o merecimento da Declaração de Utilidade Pública Estadual ora solicitada, para que a entidade tenha condições de receber ajuda financeira dos órgãos públicos estaduais.

Solicito, portanto, aos nobres pares com assento neste Poder Legislativo o apoio para a aprovação do presente Projeto de Lei.

PROJETO DE LEI Nº 377/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Médico-Assistencial do Trabalhador Rural de Ivaiporã, com sede e foro no Município de Ivaiporã-PR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.11.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que propõe-se declarar de Utilidade Pública Estadual vem atendendo aos fins estatutários que se destina.

Neste sentido contamos com a aprovação dos Senhores Deputados para esta proposição.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PL.

Concedo a palavra ao Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Não pretendo fazer neste instante e nesta Casa qualquer recapitulação sobre denúncias que oferece sem respostas até hoje.

Durante o tempo que medeia entre a mi-

nha posse como parlamentar e a presente data, o menos que posso dizer é que meu caminho foi difícil.

Dei ao parlamento estadual, em defesa da causa pública, o melhor nestes 4 anos da minha vida pessoal, embora esse engajamento tenha me valido as críticas mais injustas sobre meu comportamento e sensibilidade.

Também não quero falar de parte da imprensa paranaense que esteve ou está mobilizada pelo Poder Executivo, para propaganda de seus apaniguados, nem que para isso venha desmoralizar sistematicamente os demais Poderes Estaduais.

Quero referir-me a pedidos aprovados por esta augusta Assembléia, através dos Ofícios 2.130/93, de 15/07/93 e reiterados pelo Ofício nº 1.454/94, de 04/05/94, decorrentes de aprovação pelo Plenário de Auditoria a ser efetuada no BANESTADO, para apurar responsabilidade decorrentes de rescisões milionárias de contratos de trabalho, irregularidade havidas com gratificações e diretores e funcionários; licitações irregulares e transparências nos jogos contábeis de seus balanços.

Quero referir-me ainda aos ofícios 1.865/94 e 3.623/94, da Comissão Executiva desta Assembléia, de 20/05/94 e 06/07/94, provocados por decisões do Plenário que pedia informações acerca dos municípios do Paraná que ao sofrerem o controle externo, tiveram seus pareceres prévios do Tribunal de Contas, contrários as suas aprovações.

Quanto ao primeiro, embora o prazo máximo concedido ao Tribunal de Contas fosse de 180 dias, ou seja, 6 meses, faz mais de 1 ano, ou melhor, mais de 17 meses e sobre o assunto o Tribunal de Contas faz silêncio absoluto.

Quanto ao segundo, e para isso o prazo constitucional é de 30 dias, repete-se o mesmo silêncio há mais de 15 dias.

Repetidas vezes ouvi queixas feitas a atuação dos Tribunais de Contas, acusados de agir politicamente na fiscalização da administração pública aliada à apatia e lentidão dos seus trabalhos. Outras tantas vezes se diz que uma Nação se torna atrasada porque cria um "tribunal, onde o fiscal é nomeado pelo fiscalizado" quando se refere ao número de Ministros e Conselheiros indicados pelo Presidente da República e pelo Governador do Estado.

É verdade que 2/3 dos Ministros do TCU são escolhidos e aprovados pelos Congresso Nacional e no plano estadual paranaense 5/7 pela Assembléia Legislativa (art. 73, § 2º da C.F. e art. 77, § 2º, inciso II da C.E.).

Aqui no Paraná o constituinte, nas Disposições Transitórias, esdruxulamente, pelo art. 53 estabeleceu que a Assembléia

Legislativa escolherá os primeiros Conselheiros e os 5 primeiros Auditores após 89. Temos pois que os constituintes levaram ao "pê-da-letra" o artigo 75 da Constituição Estadual que diz que o controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas, ou seja, se ele - o Tribunal - é auxiliar do Legislativo, os parlamentares não só controlarão, mas até o ano 2.020 nomearão seus integrantes.

O Tribunal de Contas, como instituição, remonta a 1845 quando o Ministro (então do Império) Manoel Alves Branco o idealizou. Somente na República, por iniciativa de Rui Barbosa, foi que a idéia se corporificou e, aí tivemos o Decreto 966-A, de 1890, perfilhado pela Constituição de 1891.

Todas as Cartas Magnas que se seguiram mantiveram os Tribunais de Contas.

E a corrupção, nem por isso desapareceu e contrariamente se dissemina. Veja-se que "se a denúncia de qualquer cidadão" pode mover o Tribunal de Contas, mas a Assembléia Legislativa leva esse tempo todo, quanto tempo levará à do cidadão comum?

Enganam-se os que pensam que tenho indisposição por Bancos oficiais. Ou pelo BANESTADO. Também sei que isoladamente não é o BANESTADO, ou os Bancos estaduais, responsáveis pela condução na política monetária nacional. Também não quero discutir o mérito ou o pecado de escolherem suas diretorias por critérios políticos ou de nepotismo. Nem de que financiem somente empresas privadas dotadas de bons padriños.

Importa-me que o Banco do Estado do Paraná cumpra a sua real função econômica que é a de desempenhar o papel que não é desempenhado pelos bancos privados.

E ao cumpri-la, zele pelo patrimônio que é de todos nós, não enveredando pelo caminho da cumplicidade com o ilegítimo, como os das indenizações sem causa; das gratificações sem origem; das licitações estranhas e da propaganda abusiva e dirigida para fins políticos.

Não quero cometer a hipocrisia de fingir que nada acontece de anormal "no reino do Paraná".

Fingir espanto?

Vivemos num tempo em que os legisladores não legislam - e a Constituição depende de uma centena de leis para ser efetiva - seu órgão auxiliar - o Tribunal de Contas finge que fiscaliza; os governantes dizem que governam e não administram - nem é preciso mencionar dados ante a evidência dos fatos - e o Judiciário - que luta com dificuldades de toda a sorte - não julga - veja-se o número de processos represados.

Nós passamos.

A Assembléia fica.

Nesta conjuntura política e ética em

que nos encontramos, quando é necessário que grandezas de espírito conjuntamente com o esforço de modernização e redefinição da sociedade se unam, o que constitui o imenso desafio que se coloca ante nós, não deve haver espaço para o prevalecimento de valores corporativos, quaisquer que sejam, acima do sincero desejo de estabelecermos bases sólidas em defesa da cidadania e da confiança popular. É por isso que luto e é por isso que não abro mão de minhas prerrogativas.

Senhor Presidente, também esta Casa não pode ficar indiferente ao que se passa no Tribunal de Contas e não pode também ficar alheia diante de projetos apresentados, como ocorreu neste plenário em 23 de maio de 1994. Que apresentei à Mesa da Assembléia Legislativa requerimento de urgência que foi aprovado e que não consta, ainda, na Ordem do Dia.

Era, para a ocasião, um Projeto que deve se definir para as próximas ocasiões, que obrigava o Tribunal de Contas do Estado do Paraná a organizar e manter permanentemente atualizado banco de dados que contenha os nomes dos responsáveis cujas contas tenham sido julgadas irregulares, por decisão irrecorrível do Tribunal, nos cinco anos anteriores.

"Art. 2º - Para os fins previstos na letra 'g' do inciso I, do art. 1º da Lei Complementar Federal nº 64/90, a relação completa dos nomes contidos no banco de dados referido no art. 1º será enviada pelo Presidente do Tribunal ao Ministério Público Eleitoral até trinta dias antes da data prevista na lei eleitoral para término do prazo de registro das candidaturas às eleições que e realizem no âmbito do Estado e dos Municípios."

No âmbito do Estado o prazo já decorreu. Teremos agora as próximas eleições municipais.

E para tanto, Senhor Presidente, estou encaminhando no dia de hoje à Mesa um requerimento pedindo a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 179/94 para que os Senhores Deputados possam prestar, então, a sua melhor colaboração ao Poder Judiciário na apreciação...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência comunica que o Horário da Liderança está concluído e lhe concede mais um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, destino este minuto para que V.Exa. possa terminar a inclusão na Ordem do Dia do Projeto de Lei 179/94.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Lide-

rança do PTB.

(Declina).

Liderança do PFL.

(Declina).

Liderança do PP.

(Declina).

Liderança do Governo.

Com a palavra o Senhor Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tem sido comum no nosso meio, na classe política, e também até no meio dos comunicadores sociais, da imprensa escrita, falada, tecermos críticas a morosidade da justiça brasileira, tendo em vista a importância que a justiça tem na vida, no nosso cotidiano, na vida individual de cada um de nós, e poucas são as vezes em que nós quando fazemos coro com essas críticas, com as pessoas que têm esse entendimento, e que não raro estão com a razão, não temos procurado em todas as vezes que isto ocorre irmos a fundo para questionarmos o porquê que a justiça é morosa.

Por que a justiça é tardia? Por que a justiça a cada dia que passa se distancia mais das pessoas? Por que a justiça é cara? Em síntese, o que normalmente fazemos é uma análise muito superficial do funcionamento do aparelho judiciário neste País e de maneira muito simplista dizemos sempre que a justiça é morosa, que a justiça é emperrada e que a justiça não acontece.

Esta Casa está tendo uma oportunidade de dar uma grande contribuição para melhorar este estado de coisas aqui no nosso Estado. Primeiramente recebemos de quem tem competência constitucional para iniciar a matéria, um projeto de lei que visa criar o Juizado Especial de Pequenas Causas, de causas de menor potencial ofensivo na área criminal e também na área civil.

Todos sabemos que os nossos fóruns, as nossas comarcas, os nossos Tribunais, sejam eles da alçada ou de justiça, estão abarrotados diante do grande volume de processos, de feitos, de iniciativas, questionando direitos de relações interpessoais, muitas vezes entre o indivíduo e o próprio Estado. E temos instrumentos eficazes para melhorarmos este estado de coisas, o primeiro grande passo que nós demos foi com a constituição de 88 neste setor, e aqui no Paraná com a de 89. Mas isso só não basta. E o Judiciário, com base nessa nova ordem constitucional, começou a enviar a esta Casa Projetos, iniciativas, matérias visando dar essa complementação, buscando dotar o Paraná de uma justiça mais ágil, mais barata e muito mais acessível sobre tudo às pessoas menos possuídas da nossa sociedade.

Então, está aqui na Casa, não sei se os colegas Deputados sabem disso, há dois anos praticamente parado, um projeto que visa criar o juizado de pequenas causas criminal no Estado do Paraná para as causas de menor potencial ofensivo; com isso os nossos juizes, os nossos cartórios, as nossas comarcas, a nossa justiça, sobretudo de Primeira Instância, as comarcas de classe inicial e intermediária teriam condição de sobra de dar vazão ao grande volume de pleitos que hoje tem sob sua responsabilidade para análise e decisão.

Não há coisa mais doída para um indivíduo do que ver um direito seu, sagrado, não reconhecido pela justiça que ele paga através dos impostos. E temos aqui na Casa, há dois anos, um Projeto que poderia muito bem, se tivesse sido votado, poderia muito bem estar dando a sua contribuição inestimável para tirarmos esta justiça do imperramento, da morosidade e, porque não dizer, muitas vezes do próprio descrédito.

Projeto que cria o Juizado Especial para causas de menor potencial ofensivo, para delitos leves, para as contravenções como um todo, com isso estaríamos dando uma grande contribuição, nós da classe política que muitas vezes só fazemos é criticar a morosidade da justiça. Outros projetos de iniciativa constitucional do Poder Judiciário tramitam aqui na Casa, evidentemente a menos tempo, um deles eu gostaria também de me referir: é um que visa criar oito cargos de Desembargadores. Aparentemente o momento não é oportuno para discutirmos criação de cargos, sobretudo de cargos de nível de Desembargador, porque é o cargo que mais paga no Estado do Paraná. Agora, por que é que eu como Líder do Governo venho defender a agilização desse Projeto também, a sua análise, a sua votação? Porque está intimamente ligado a criação deste Projeto a aceleração do processo judiciário no Paraná. Criam-se oito cargos de Desembargadores, abrem-se oito cargos praticamente no Tribunal de Alçada, um no Ministério Público, e porque não dizer também um para ser preenchido pela Ordem dos Advogados do Brasil através do quinto constitucional.

E tem toda essa cadeia, vem do Tribunal de Justiça vai para a Alçada, vem para os Juizes da Capital, e conseqüentemente há uma oxigenação no instrumento que a justiça tem, que é a autoridade que decide, que é o Magistrado, como forma de aumentar um pouco o número de Desembargadores para podermos aí então atendermos mais e melhor a grande demanda de feitos que nós temos hoje na justiça de Segunda Instância no nosso Estado.

Então, não basta apenas criticarmos a morosidade da justiça, temos responsabili-

dade e por isso é a hora de darmos a nossa contribuição. Estão aqui na Casa esses dois Projetos, para ficarmos apenas nestes dois, dentre outros Projetos que o Judiciário para cá encaminhou. E eu gostaria, Senhor Presidente, de fazer um apelo à Mesa e informar o Plenário: o apelo é no sentido de que procuremos acelerar essas duas matérias, o que cria o Juizado de Pequenas Causas para infrações de menor potencial ofensivo foi constituída uma comissão composta de três Deputados, que tenho a honra de participar juntamente com o Deputado Toti Colaço e com o Deputado Ernani Pudell, estou convidando para vir ao Paraná, nos próximos dias o Deputado Michel Temer que foi autor do Projeto que visa regulamentar esta matéria, a nível nacional.

Assim que ele confirmar a sua vinda, promoveremos uma reunião da Comissão Especial, aonde também estarão presentes membros do Judiciário, do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil, para definirmos essa questão. Porque a OAB do Paraná tem uma posição, não totalmente contrária, mas que respeitamos, que é essa que enquanto não se aprovar a regulamentação, a nível nacional, não devemos aqui agilizar a regulamentação que o Judiciário para cá encaminhou, a nível estadual.

Portanto há uma discordância em relação ao que pensamos nós e ao que pensa segmentos da OAB, em relação a esta matéria.

Em relação a este Projeto, mais recente, que cria os oito cargos de desembargadores, eu encaminhei requerimento pedindo urgência, no dia 17 de outubro, que foi prontamente atendido pelo Plenário, e de lá para cá tenho recebido inúmeras correspondências de magistrados do Tribunal de Alçada e do Tribunal de Justiça e de juizes e da Associação dos Magistrados do Paraná, que além de correspondência formal, em reunião ordinária, convocada para discutir esta matéria, também recebi, pessoalmente, por várias vezes, a presença do Dr. Sidney Mora, Presidente da Associação dos Magistrados, pedindo urgência na tramitação desta matéria.

E o Regimento é claro quanto a isso, no seu Artigo 183, letra "A", que diz que aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência será este encaminhando da seguinte forma: a) será concedido o prazo de 48 horas a cada uma das comissões; b) expirados os prazos em apreço, já que eles estão expirados, será a proposição incluída na Ordem do Dia. Na falta desses Pareceres a proposição figurará em Pauta.

E é o que faço, neste momento, Senhor Presidente, requeiro a V.Exa., com base no Artigo 183, letra "C", do Regimento Inter-

no, que faça incluir, na Pauta, a referida matéria para que nós possamos dar a nossa contribuição efetiva a respeito dessa questão.

Concedo o aparte ao Deputado Anibal Khury.

O Sr. Anibal Khury - Senhor Deputado Tavares.

A Assembléia há poucos dias, mais ou menos um mês, aprovou uma Mensagem do Judiciário, criando vinte cargos de Juiz de Instância Superior.

Concomitante com essa Lei, o Ministério Público, e aí Vossa Excelência pense bem, criou vinte cargos de Procuradores, por Resolução do Ministério Público.

Parece-me isso inconstitucional e ilegal. Temos que pôr um paradeiro nessa exorbitância de funções de vários Poderes do Estado.

E ainda, recentemente, um Juiz Substituto, que está atuando no combate do jogo do bicho, analisou a posição de alguns políticos com uma violência muito grande, dizendo que havia políticos conspurcados com os banqueiros do jogo do bicho, ou melhor dizendo, incestuosos.

Então é preciso que também se respeite o Poder Legislativo e os políticos do Paraná.

Não podemos ficar aqui à mercê de acusações levianas que não têm a mínima procedência.

E a maneira de reagir da Assembléia é isto: tomando cuidado com esses projetos que, além de criar oito cargos de desembargadores, criam também por resolução, oito cargos de procuradores.

É preciso saber se não ultrapassa os 7% reservado ao Poder Judiciário. Temos que ter esse cuidado no próximo orçamento.

Apoiamos, irrestritamente, aqui o Poder Judiciário e o Ministério Público, em contrapartida não temos recebido nada, absolutamente nada.

Por isso, nobre Deputado José Tavares, antes do requerimento de Vossa Excelência, pedindo o Regime de Urgência há um requerimento do Deputado, se não me engano, João Iensen, pedindo a constituição de uma comissão de seis membros - dois Deputados, dois membros do Poder Judiciário e dois membros do Poder Executivo - para que elaborem ou apreciem esses destaques que o Poder Judiciário está fazendo por lei, ainda bem, porque o Ministério Público extrapolou e está fazendo por resolução.

Isto para que a gente possa também se fazer respeitar. Tenho profundas ligações com o Poder Judiciário, mas acho que está no tempo da gente reordenar estas relações.

E Vossa Excelência pode ler este despacho do juiz e Vossa Excelência vai fi-

Curitiba, segunda, em 07.11.94

car abismado com as acusações levianas feitas aos políticos, não era bem políticos, são Deputados, segundo o meu conhecimento.

Isto é grave e nós temos que pôr um fim, um basta nisto aí.

Era o meu aparte a Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, apenas para me referir ao aparte do Deputado Anibal Khury, gostaria de dizer o seguinte: caso, realmente, tenha havido esta afirmação por parte de um magistrado com relação a nós Deputados, acho isto muito grave.

E acho que, em vez de um presidente de partido, que tem legitimidade para isto, a Mesa deveria, representante que é do Poder Legislativo, tomar as providências cabíveis para argüir estas autoridades a respeito das suas declarações.

Agora, com relação à questão em si que estamos discutindo, que é o requerimento, queria informar ao Deputado Anibal Khury, que o meu requerimento de urgência é anterior ao requerimento criando comissão do Deputado João Iensen, inclusive votei favorável à criação da comissão, até porque o requerimento do Deputado João Iensen trata de uma comissão para estudar o Código de Divisão e Organização Judiciária que é uma coisa muito ampla.

E os projetos a que me refiro são dois distintos: o que cria o Juizado de Pequenas Causas para as Infrações de Menor Potencial Ofensivo e o que cria os oito cargos de desembargadores. E eu tenho colocado a minha posição muito clara a respeito dessas duas matérias pelas razões que aqui coloquei e também porque a Associação dos Magistrados, Excelência, tem me cobrado, como líder do Governo, esta posição. E o Governador tem reiterado a sua orientação no sentido de que aprovemos esta matéria o mais rápido possível.

O Sr. Anibal Khury - Nobre Deputado, mais um alerta.

O Tribunal de Justiça mandou, encaminhou uma mensagem criando quatro comarcas que, vamos dizer, que sejam justas, mas há muitas comarcas mais justas.

Estamos vendo aqui Pinhais com cem mil habitantes e não se fala na criação da comarca, quando lá, numa das comarcas, não tem nem vinte mil habitantes.

Então, é preciso que a gente examine tudo com cuidado, com respeito que o Judiciário nos merece.

Mas, vamos pôr pausas para meditação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Concordo com Vossa Excelência. Esta questão das comarcas não faz parte de nenhum dos dois projetos a que estou me referindo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Horário dos pronunciamentos dos Senhores Deputados. Passaremos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 44 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

A Mesa entende que esta proposta do Deputado Anibal Khury, não é para autorizar a realização de plebiscito, mas, sim, para alterar a Resolução nº 017/94, que já, aprovada pelo Plenário, autoriza a realização do plebiscito.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de três (3), de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de Lei em nº de dois (2), de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Renato Adur, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 346/94, de autoria do Poder Executivo. **Aprovado.**

O Deputado Durval Amaral registra a presença dos Vereadores de Santo Inácio, João Batista dos Santos e Antonio Evaristo dos Santos. **Registrado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Senhor Renato Adur, acima aprovado:

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 117/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.775.360.00 (onze milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. Aprovado. (Publ. no DA. nº 120, de 17.10.94).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 346/94

P A R E C E R:

AUTOR: Poder Executivo

Mensagem Governamental nº 117/94

O presente Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, objetiva solicitar aprovação para abertura de Crédito Suplementar no valor R\$ 11.775.360,00 (onze milhões, setecentos e setenta e cinco mil, trezentos e sessenta reais) ao vigente orçamento próprio da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conforme especifica.

Também especifica o plano de Lei a cobertura do crédito com o cancelamento de igual importância nas dotações conforme anexos.

Analisado sob os aspectos legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstruir o normal trâmite desta matéria.

Portanto, somos de parecer favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NELSON GARCIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 346/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo Estadual, o Projeto em análise, oriundo da Mensagem Governamental nº 117/94, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 11.775.360,00 (onze milhões, setecentos e setenta e cinco mil e trezentos e sessenta reais), aos vigentes orçamentos próprios da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual do Centro Oeste e da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conforme especifica.

A matéria foi analisada em parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que se pronunciou favorável à aprovação da mesma. Assim sendo, esta douta Comissão Técnica segue o entendimento da supracitada comissão, manifestando-se favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.11.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator

Passaremos ao restante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 219/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que institui normas gerais sobre sorteios da Modalidade denominada "BINGO" e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.

Tendo em vista o apelo que foi feito à esta Presidência pelas Lideranças das Bancadas Partidárias com assento nesta Assembleia Legislativa e tendo em vista o entendimento mantido com Sua Excelência, o Deputado Anibal Khury, autor do Projeto, esta Presidência, de ofício, adia a votação do Projeto nº 219/94, até que possamos chegar a um entendimento sobre a tramitação do mesmo.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 261/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo, celebrar Termo de Cooperação Financeira entre o Estado do Paraná e a Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E. Aprovado, artigo por artigo.

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/93, autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, que declara de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná com sede e foro em Cascavel. PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 127 de 21.09.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 517/93

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, o Projeto de Lei nº 517/93 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro no município de Cascavel-Pr.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais contidos na Lei nº 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos Servidores Públicos e seus dependentes matriculados regularmente em instituições superiores mantidas pelo Governo do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 14 de 08.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 053/94

P A R E C E R:

Autor: Deputado Paulo Maia

Curitiba, segunda, em 07.11.94

Súmula: Autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos Servidores Públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em Instituições de ensino superior mantidos pelo Governo Estadual do Paraná.

O Plano de Lei em espécie, pretende autorizar a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos Servidores Públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em Instituições de ensino superior mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Sobremaneira louvável a iniciativa de seu subscritor.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos Constitucionais, Legais e Regimentais, sendo simplesmente autorizatório, opinamos favoravelmente.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 11.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES PROJETO DE LEI Nº 053/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Maia, tem por objetivo autorizar a transferência em qualquer época do ano e independente de existência de vaga de Servidores Públicos e seus dependentes matriculados em instituições de ensino superior estadual.

A presente proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça e no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, louvamos a iniciativa do Nobre Deputado Paulo Maia para aperfeiçoar a utilização dos recursos humanos estaduais.

Assim sendo, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) EMILIA BELINATI - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 162/94, de autoria do Deputado Ernani Pudell, que concede o Título de Cidadania Honorária Paranaense a Doutora Zilda Arns Neumann. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 55 de 10.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 162/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Ernani Pudell, o Projeto de Lei nº 162/94, tem por finalidade conceder o Título de Cidadania Honorária Paranaense a Doutora Zilda Arns Neumann.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 5.538 de 14.09.67, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 168/94, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 56, de 11.05.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 168/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Nelson Justus, o Projeto de Lei nº 168/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapejara D'Oeste, com sede e foro no Município de Itapejara D'Oeste - PR.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais contidos na Lei nº 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 97 de 15.08.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 291/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Renato Adur, o Projeto de Lei nº 291/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito - PR.

Da análise do projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os requisitos legais contidos na Lei nº 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 339/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Pousada São Francisco de Assis de Matelândia do Sul. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 120 de 17.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 339/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Anibal Khury, o Projeto de Lei nº 339/94, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a Pousada São Francisco de Assis de Marilândia do Sul.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências da Lei nº 6.994/78, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
JOAO IENSEN - Relator

Há um erro na impressão, o correto é Marilândia do Sul. Peço aos Senhores Deputados que no item 08 considerem Pousada de São Francisco de Assis de Marilândia do Sul. **Aprovado.**

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 342/94, de autoria do Deputado Ovídio Constantino, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Dr. Ernani Moura Lima de Londrina. PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 121 de 18.10.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 342/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Ovídio Constantino, o Projeto de Lei nº 342/94, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Dr. Ernani Moura Lima, de Londrina.

Da análise do referido projeto, em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
CARLOS SIMÕES - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

Solicito, por gentileza, a inclusão na Ordem do Dia de amanhã do Projeto de Lei nº 206/92, que já foi votado em primeira discussão, foram apresentadas emendas e foi retirado da Ordem do Dia para ter os pareceres das comissões. Vossa Excelência disse que se não fosse dado, incluiria na Ordem do Dia se não tivesse os pareceres,

uma vez que já faz uns três meses que foi para as comissões.

Segunda questão, Senhor Presidente, protocolei requerimento junto à Mesa no dia 26 de outubro, Protocolo 238, aonde anexamos inúmeros pedidos de informação, já com prazo vencido de resposta e não foi dada a resposta, para que a Mesa tome as devidas providências, para fazer o processo crime de responsabilidade, uma vez que as autoridades competentes não estão respondendo. Protocolo 238, do dia 26 de outubro, junto à Mesa Executiva da Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência está sendo informada pela assessoria da Mesa que a resposta aos pedidos de informações chegaram no decorrer da semana passada, e que, deverá, no dia de amanhã, estar incluído no expediente e posteriormente ser repassado ao nobre Deputado.

Quanto ao Projeto nº 206/92 trata-se da reforma psiquiátrica. Esta Presidência determinará a publicação na pauta da Ordem do Dia das emendas apresentadas e que não receberam parecer. Após o que incluirá na Ordem do Dia.

Esta Presidência, atendendo apelo de diversos Senhores Deputados e tendo em vista aquilo que já ficou entendido na última reunião da Comissão Executiva da Assembléia na última quinta-feira, convoca todos os líderes de bancadas partidárias para, logo após a Sessão, uma reunião na Liderança do Governo para discutirmos se abrimos prazo ou não à proposta de criação dos Tribunais de Contas Municipais. Logo após a Sessão, reunião com as Lideranças Partidárias.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2438, de autoria do Senhor Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2408, 2409, 2410 e 2411, de autoria do Senhor Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418 e 2419, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2423, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2424, 2425 e 2426, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2429, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Le-

gislativa.

Requerimentos n°s 2430, 2431 e 2432 de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2433 e 2435, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2437, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Publique-se na pauta do dia 08 de novembro de 1994.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Tendo em vista o que dispõe o artigo 183, letra C, solicito à assessoria que faça publicar na pauta por três Sessões, conforme determina o Regimento, após o que será incluído da Ordem do Dia.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós estamos indicando o Deputado Valdir Rossoni para representar a Liderança do PDT na reunião logo após esta Sessão Plenária, que tratará da questão do Tribunal dos Municípios. E estamos indicando também o Deputado Algaci Túlio, representando o PDT na questão da regulamentação constitucional.

A indicação do Deputado Valdir Rossoni se prende também ao fato da impossibilidade de estarmos presentes devido a compromissos particulares após a Sessão e também da vice-Liderança através do Deputado Zuk. Estará nos representando e representando a Bancada, volto a frisar, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência também, tendo em vista a manifestação de diversos Senhores Deputados quanto a inclusão na Ordem do Dia de projetos de suas autorias, solicita que cada Senhor Deputado procure manter contato com os Presidentes de Comissões, a fim de agilizar aos pareceres a projetos de lei que porventura os Senhores Deputados tenham interesse de ver aprovados até o dia 15 de dezembro.

Ainda hoje pela manhã, reunido com o Deputado Paulo Maia, com o Dr. Mário Cruz e Dra. Lúcia, tivemos a oportunidade de verificar que existem centenas de projetos tramitando nas Comissões, de autoria dos Senhores Deputados e no aguardo, evidentemente, dos pareceres. E esta Presidência, evidentemente, não tem como, na ausência do Regime de Urgência e do apelo pessoal de cada um dos Senhores Deputados, de acompanhar isto pessoalmente.

Então, solicito aos Senhores Deputados que tenham interesse na aprovação de projetos que porventura apresentaram, que mantenham esses contatos com os Presiden-

tes de Comissões, para que seus projetos possam vir a Plenário.

Aqueles com regime de urgência nós já estamos solicitando à nossa assessoria que faça publicar na pauta da Ordem do Dia, para que possamos apreciar ainda neste período os projetos que já tiveram regime de urgência aprovado por este Plenário.

E apela mais uma vez às Bancadas do PMDB, PFL, PTB e PP, para que indiquem seus representantes à comissão de cinco membros de revisão constitucional.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 517/93, 053/94, 162/94, 168/94, 291/94, 339/94, 342/94 e 246/94.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 171/94, 268/94, 274/94 e 309/94.

Levanta-se a sessão.

Ato da Diretoria:

PORTARIA N° 0008/94

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no Art. 16 da Lei n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993,

R E S O L V E:

Ajustar o orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei n° 10.699 de 29/12/93, nas rubricas abaixo:

Cancelar	3132.0300	430.000,00
Suplementar	3132.1500	430.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 10.10.94.

(aa) ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Visto - Deputado ANIBAL KHURY

1º Secretário

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 3.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de setembro do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos tendo

sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 178/94, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus e que veda a fixação de anúncios Publicitários às margens das Rodovias Estaduais. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti, parecer CONTRÁRIO - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária da Comissão.

(a) ALGACI TÚLIO - Presidente
MIRIAN RIBEIRO PERCINOTO - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Sr. Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e, como nada constasse da Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 213/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 049/94, que acresce do art. 144, § 2º, da Lei nº 1.943, de junho de 1954, a alínea "e" (Código da Polícia Militar do Paraná). Relator Deputado Arlindo Troian, parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Mirian Ribeiro Percinoto, Secretária da Comissão.

(a) ALGACI TÚLIO - Presidente
MIRIAN RIBEIRO PERCINOTO - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
12.^a LEGISLATURA - 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 25.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro de mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões dessa Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Sr. Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Carlos Simões, Paulo Maia, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Nelson Garcia, Toti Colaço, João Iensen e José Arthur Ritti. Não havendo expediente e com número legal, passou-se à Ordem do Dia. 1) Projeto de Lei nº 302/94 do Depu-

tado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Projeto de Lei nº 745/93 do Deputado Elío Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 3) Projeto de Lei nº 346/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 4) Projeto de Lei nº 219/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Arlindo Troian - APROVADO, com voto CONTRÁRIO do Deputado Ernani Pudell; 5) Projeto de Lei nº 342/94 do Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 6) Projeto de Lei nº 339/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 7) Projeto de Lei nº 335/94 do Deputado Anibal Khury. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 8) Projeto de Lei nº 162/94 do Deputado Ernani Pudell. Parecer FAVORÁVEL do Deputado João Iensen - APROVADO; 9) Projeto de Lei nº 239/94 do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 168/94 do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 291/94 do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 313/94 do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS A DEPUTADA EMILIA BELINATI; 13) Projeto de Lei nº 517/94 do Deputado Luiz Henrique Bona Turra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 309/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 337/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Alceu Swarowski - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 300/94 do Deputado Caíto Quintana. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 315/94 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 329/94 do Deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 312/94 do Deputado Elío Rusch. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ernani Pudell - APROVADO. O Deputado Toti Colaço registra voto CONTRÁRIO ao parecer do Deputado Ernani Pudell no Projeto de Lei nº 300/94. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Deputado deu por encerrada a presente reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 5.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de ou-

Curitiba, segunda, em 07.11.94

tubro do ano de um mil, novecentos e noventa e quatro, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Segurança Pública, sob a presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos tendo sido lida e aprovada a ata da reunião anterior e, como nada constasse na Hora do Expediente passou-se a Ordem do Dia, oportunidade em que o Senhor Presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 337/94, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 114/94, que objetiva dar nova redação aos dispositivos das Leis nº 6.774, de 08.01.86 e 7.047 de 21.11.78, com suas posteriores alterações conforme específica, que foi aprovado sem observações. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais lavrei a presente ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Miriam Ribeiro Percinoto, Secretária da Comissão.

(aa) ALGACI TÚLIO

Presidente

MIRIAM RIBEIRO PERCINOTO
Secretária.COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E
COLONIZAÇÃO12.^a LEGISLATURA DA 4.^a SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4.^a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de outubro de um mil novecentos e noventa e quatro, reuniu-se ordinariamente na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Terras, Imigração e Colonização, sob a presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, com a seguinte Ordem do Dia: Projeto de Lei nº 171/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 024/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 025/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 026/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 027/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado

Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 029/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 030/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 031/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 033/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 034/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 035/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 037/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 038/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 040/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 042/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 043/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Edson Silva Lino. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 044/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Projeto de Resolução nº 045/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Miriam Ribeiro Percinoto, Secretária da Comissão.

(a) TOTI COLAÇO

Presidente

MIRIAM RIBEIRO PERCINOTO
Secretária